



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Rota dos Moinhos do Barreiro – O património cultural como base de desenvolvimento territorial.

Sílvia Vilela Brazão

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Rota dos Moinhos do Barreiro - O património cultural como base de desenvolvimento territorial

Sílvia Vilela Brazão

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer a todos os meus professores, sem exceção, que me acompanharam no meu percurso académico e de vida. Agradeço toda a generosidade. Uma palavra especial à Professora Sofia Costa Macedo por aceitar acompanhar-me na elaboração desta dissertação, por me mostrar sempre que o caminho pode ser leve e claro, e por me inspirar com o seu entusiasmo e rigor.

A todos os entrevistados, a Rosário Correia Machado, a Marta Fortuna e a Ricardo Hipólito, a Paul Golembiowski, a todos o meu obrigada por toda a disponibilidade e simpatia. Sem o vosso contributo esta dissertação não teria sido possível.

À Câmara Municipal do Barreiro pelo desafio lançado com a elaboração do Plano Estratégico do Património Moageiro do Barreiro. Um agradecimento especial ao António Pardal, ao Ricardo Ferreira e ao António Camarão pelos contributos na informação e esclarecimentos técnicos. Aos meus colegas de trabalho e profissão, Emanuel Santos e João Paulo Lopes, pela partilha e entusiasmo.

Aos meus amigos. A todos. Aos de longa data, e se têm mantido por perto. Aos que depois de muitos anos sem estarmos perto, voltaram, e ajudaram no percurso desta dissertação. Aos de hoje. Obrigada pelo constante incentivo e por ajudarem a desenlear alguns nós.

Uma palavra especial para os colegas de mestrado, a todos, mas não posso deixar de destacar, o João Ganhoteiro, a Chris Ribeiro, e a Marta Barata. Obrigada pelo companheirismo.

A toda a minha família por acreditar, comigo. Aos meus filhos pelo tempo de dedicação que lhes roubei, e pela paciência quando era eu que não a tinha. À Dália, pelas palavras de incentivo e ajuda com a Beatriz. Foi preciosa.

A ti Zé, por tudo. Por todo o teu amor. E afinal, ganhámos todos. Os filhos, não mais vão ter a certeza que não sendo eu a cozinar, o jantar será peixe cozido!

Ao meu irmão, agradeço, a amizade e paciência em me ouvir. Sem as nossas conversas o caminho seria mais difícil.

Ao meu pai, pelo impulso. Porque foi partir do orgulho que sinto em ti, por todo o bem que fizeste e como cuidaste dos outros, que estou aqui, hoje. Também eu quero, de algum modo, deixar essa marca nos outros.

À minha mãe, por tudo o que sou hoje. “Aquilo que deixo, aproveita para voltares a estudar. Nunca deixes de estudar, Sílvia! Nunca deixes de querer melhorar. Em tudo!”

Resumo

A presente dissertação teve a finalidade de inquirir modelos de gestão cultural, os quais nos possam dar pistas para melhor compreendermos um modelo mais apropriado para o desenvolvimento de uma rota tendo como objeto um bem patrimonial.

A pesquisa realizada teve como objetivo aprofundar o conhecimento de alguns modelos, a operar no terreno, que possam aportar informação para a construção de um entendimento do modelo que pode ser mais adequado para a dinamização de uma rota de visitação a implementar no Barreiro tendo como base de apoio o seu património moageiro.

Partimos da identificação dos objetivos e características dos recursos existentes e políticas no Barreiro, e fomos aferir outros casos, os quais assentes em património imóvel, e já implementados, têm gerado dinâmicas no desenvolvimento dos respetivos territórios

Identificámos e analisámos as dinâmicas culturais que, de forma genérica, foram sendo realizadas no nosso país, e o lugar do Barreiro dentro desse movimento. Por fim, investigámos exemplos de outras iniciativas similares, visando o reconhecimento e clarificação das ferramentas institucionais e atividades necessárias à operacionalização de um programa/rota cultural no território do Barreiro.

Palavras-chave: Património cultural, Rotas culturais, desenvolvimento territorial, Concelho do Barreiro, moinhos

Abstract

This dissertation aims to inquire into models of cultural management, which can give us clues to better understand a more appropriate model for the development of a route having as object a set of heritage assets.

The research carried out aims to deepen the knowledge of some real models, operating on the ground, which can provide information for the construction of an understanding of the model that may be more appropriate for the dynamization of a visitation route to be implemented in Barreiro based on its milling heritage.

We started from the identification of the objectives and characteristics of the existing resources and policies in Barreiro, and we went to assess other cases, which based on immovable heritage, and already implemented, have generated dynamics in the development of their territories.

We identified and analyzed the cultural dynamics, in a generic way, were being carried out in our country, and the place of Barreiro within this movement. Finally, we investigated examples of other similar initiatives, aiming at the recognition and clarification of the institutional tools and activities necessary for the operationalization of a cultural program/route in the territory of Barreiro.

Keywords: Cultural heritage, Cultural routes, territorial development, Municipality of Barreiro, mills.

ÍNDICE

Resumo	v
Abstract	vii
ÍNDICE	ix
Índice de Figuras	xi
Índice de Quadros	xi
Índice de Gráficos.....	xi
Glossário de Siglas.....	xii
CAPÍTULO 1	1
Introdução.....	1
CAPÍTULO 2	3
Metodologia.....	3
CAPÍTULO 3	7
Património Cultural: conceito e significado no desenvolvimento territorial	7
3.1. O conceito de Património Cultural Industrial. O Património Moageiro do Barreiro no Conceito de Património Cultural Industrial.....	8
3.2. Património Cultural e o Território	10
3.3. O Património Cultural e a Gestão Cultural.....	14
3.4. O Património Cultural e o Turismo.....	17
CAPÍTULO 4	21
Contextualização Territorial do objeto de estudo	21
4.1. Contexto territorial	21
4.2. Caraterização do edificado	26
 4.2.1. Moinhos de Maré.....	26
 4.2.2. Moinhos de Vento.....	28
 4.2.3. Cadastro do edificado	30
4.3. Referencial estratégico	31
 4.3.1. Visão	31
 4.3.2. Objetivos gerais	32
 4.3.3. Orientações/Eixos estratégicos	32
4.4. Análise síntese do diagnóstico prospetivo.....	33
CAPÍTULO 5	35
O município do Barreiro, contextualização nas políticas públicas da cultura.....	35
5. 1. O património e as políticas públicas em Portugal a partir de 1974	35
5.2. Fatores que tem vindo a influenciar a evolução das Políticas Públicas da Cultura	38

5.3. A identificação no Barreiro neste quadro	39
CAPÍTULO 6	45
Gestão de Património Cultural	45
6.1. A gestão do património cultural no contexto nacional, as rotas: três exemplos	45
6.1.1. A Rota do Românico	45
6.1.2. A Rota Histórica das Linhas de Torres	50
6.1.3. A Rota do Mármore do Anticinal de Extremoz.....	52
6.1.4. Quadro comparativo e considerações	54
6.2. Gestão do Património Cultural no contexto internacional, as rotas: três exemplos	58
6.2.1. Os Moinhos de Kinderdijk – Países Baixos.....	58
6.2.2. Os moinhos de vento da Consuegra – Espanha	62
6.2.3. Os moinhos de Lassithi – Grécia.....	63
6.2.4. Quadro comparativo e considerações	65
CAPÍTULO 7	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
7.1. Considerações finais sobre os projetos exploratórios.....	69
7.2. Perspetivas para os Moinhos do Barreiro	71
7.3. Conclusão	75
FONTES	77
BIBLIOGRAFIA	81
ANEXOS.....	I
Anexo A - Guião de entrevista a Rosário Correia Machado – Rota do Românico	I
Anexo B - Guião de entrevista a Ricardo Hipólito - Rota do Mármore AE	VII
Anexo C - Guião de entrevista a Marta Fortuna, Rota Histórica das Linhas de Torres.....	XII
Anexo D - Guião de entrevista a Paul Golembeivsky – Moinhos Kinderdijk, Países Baixos ...	XVI

Índice de Figuras

Figura 1. Esquema geral para Projetos Culturais, David Cerezuela.	5
Figura 2. Área Metropolitana de Lisboa, com indicação do concelho do Barreiro.	21
Figura 3. Extrato da carta dos arredores de Lisboa. Barreiro - Setúbal, 1816.	26
Figura 4. Carta Militar do Barreiro. Barreiro – Setúbal, 1902.	28
Figura 5. Localização e identificação de cadastro.....	30

Índice de Quadros

Quadro 1. Identificação da localização dos moinhos de maré, no concelho do Barreiro.	27
Quadro 2 - Identificação e localização dos moinhos de vento do concelho do Barreiro.	28
Quadro 3 - Comparação dos projetos exploratórios de contexto nacional.....	54
Quadro 4. Comparação dos projetos exploratórios de contexto internacional.....	65

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Despesa prevista com cultura e despesa capital, Divisão de Cultura e Património Cultural, CMB.....	40
Gráfico 2 - Despesa por domínios, Divisão de Cultura e Património Cultural, CMB.	41

Glossário de Siglas

AMAC – Auditório Municipal Augusto Cabrita

CMB – Câmara Municipal do Barreiro

CCDRN – Comissão de Coordenação do Norte

CECHAP- Centro de Estudos de Cultura, de História, Arte e Património

DGEMN - Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

EVPMB – Estratégia de Valorização do Património Moageiro do Barreiro

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P.

INTERREG – Programa de desenvolvimento entre Regiões

IRHU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P

ONU – Organização das Nações Unidas

PDM – Plano Diretor Municipal

PILT – Plataforma Intermunicipal das Linhas de Torres

POLIS – programa da Política de Cidades em Portugal para o período 2007-2013

PP – Plano de Pormenor

PU – Plano de Urbanização

RMAE – Rota do Mármore do Anticlinal de Extremoz

RRVS – Rota do Românico do Vale do Sousa

TICCIH – Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

CAPÍTULO 1

Introdução

"Stave off decay by daily care."

William Morris

O objeto de estudo da presente dissertação surge na sequência do trabalho desenvolvido pela mestrandona enquanto técnica superior na Câmara Municipal do Barreiro, no qual foi iniciado o desenho de uma estratégia para a valorização do património moageiro do Barreiro.

Esse trabalho ambicionou a criação de um produto turístico promotor dos valores históricos e patrimoniais da indústria moageira do Barreiro, que possibilitasse o contacto direto com os objetos arquitetónicos refuncionalizados no seu atual contexto temporal. Identificados os recursos primários – os moinhos de maré e de vento existentes na frente ribeirinha do concelho e a sua capacidade de recuperação arquitetónica, traçado o percurso territorializado de uma rota cultural e turística, importa agora reconhecer a dinamização e gestão, que lhes sendo associadas, sejam mais adequadas, tendo em vista a sua continua sustentabilidade.

A presente dissertação tem a finalidade de inquirir modelos de gestão cultural, os quais, nos possam dar pistas para melhor compreendermos um modelo mais apropriado para o desenvolvimento de uma rota tendo como objeto este património.

A pesquisa realizada tem como objetivo aprofundar o conhecimento de alguns modelos, a operar no terreno, que possam aportar informação para a construção de um modelo que pode ser mais adequado para a dinamização de uma rota de visitação a implementar no Barreiro tendo como base de desenvolvimento o seu património moageiro. Assim, torna-se importante compreender como, em outros exemplos, quais os mecanismos e procedimentos tomados que tiveram maior sucesso e que condições foram reunidas para esse resultado. Mas, mais importante é dar a conhecer exemplos e sensibilizar os decisores para a questão, de importância maior, que é a gestão sustentada deste património e do vínculo que tem de ser permanentemente cuidado com as comunidades, constituindo-se assim efetivamente como recurso impulsionador de desenvolvimento e valorização do território. Caso contrário todas a diligências e encargos tomados para sua recuperação só o vão tornar um fardo de longa duração para a tutela ou então numa ruína a médio e longo prazo, a partir do momento em que os intervenientes iniciais já não possam, da mesma forma, preservá-los. O património não pode ficar refém de um tempo determinado ou intermitente de intervenção, sob pena de ser

sempre difícil e oneroso e de se correrem mais riscos de perda de parte importante da memória. O património tem de ser um ativo e não um passivo para os territórios e comunidades.

Assim, partimos da identificação dos objetivos e características dos recursos existentes no Barreiro, e fomos aferir outros casos, os quais assentes em património imóvel, e já implementados, têm gerado dinâmicas no desenvolvimento dos respetivos territórios.

Identificámos e analisámos as dinâmicas culturais que, de forma genérica, foram sendo realizadas no nosso país, e o lugar do Barreiro dentro desse movimento. Por fim, investigámos exemplos de outras iniciativas similares, visando o reconhecimento e clarificação das ferramentas institucionais e atividades necessárias à operacionalização de um programa/rota cultural no território do Barreiro.

O presente trabalho foi estruturado em três partes. Partimos de uma revisão bibliográfica sobre os conceitos estreitamente relacionáveis com o tema da rota cultural que pretendemos defender/promover, e apresentamos os métodos de análise utilizados, os quais, são de base qualitativa intensiva. Numa segunda parte contextualizamos o objeto de estudo no seu âmbito territorial e na conjuntura orçamental destinada à cultura pelo município tendo e como referência o arco temporal de 2010 a 2021, para depois fazer uma apresentação do referencial estratégico para o estabelecimento de um produto de cariz cultural, que para facilidade de comunicação designamos de Rota dos Moinhos do Barreiro que por nós foi delineada, tendo em consideração a metodologia de elaboração de projetos culturais de David Cerezuela.

Por fim, uma terceira parte da pesquisa que se tornou imperativa na perseguição do objetivo de realização de um diagnóstico, ou estado da arte, sobre a temática das rotas culturais capaz de nos aportar conhecimento que seja orientador.

Na escolha dos projetos já implementados como fontes de informação e de conhecimento, esteve presente o critério de um amplo âmbito territorial e não só o contexto nacional, mas também o internacional. E não sendo primordial o recurso primário ser moinhos, teve-se em consideração e ser impulsor de desenvolvimento territorial.

CAPÍTULO 2

Metodologia

A metodologia que utilizámos para a realização desta dissertação foi a qualitativa intensiva com procura documental em fontes secundárias, como estudos e informação disponibilizada nas plataformas digitais relativas aos casos analisados, e como fontes primárias a realização de entrevistas. O modelo de análise utilizado foi o modelo de estudo comparativo, fundamental para a obtenção de informação técnica e de experimentação de situações. “Saber o que os outros fazem e como fazem é importante” (Figueira, 2012, p. 71).

Como ponto de partida foi realizada a inventariação dos moinhos ainda existentes atualmente no território. Coube-nos atualizar o Inventário, primeiro realizado pela Câmara Municipal¹, mais completo em 2017 para o procedimento de classificação de interesse municipal do sítio de Interesse Municipal o espaço característico envolvente de Alburrica e do Mexilhoeiro, dos objetos patrimoniais proto industriais do concelho do Barreiro, ligados à moagem, quer de vento quer de maré. A sua elaboração é norteada pela matriz construída pelo IRHU, e ex-IGESPAR que foi mantida pela Direção Geral do Património Cultural - DGPC, pelo volume KIT 01, Património Arquitetónico, Geral, atual Instituto do Património Cultural, IP. Cabe esclarecer que, parte da informação inscrita no enquadramento histórico ou de propriedade, e que integra a ficha de inventário de cada elemento, assentou, numa revisão da literatura.

As entrevistas exploratórias, semiestruturadas, foram realizadas a personalidades ligadas ao desenvolvimento dos casos de estudo analisados, e tiveram como objetivo perceber em primeira mão o que esteve na base da sua implementação e de como conseguiram ou não a sua contínua sustentabilidade. Recolhemos os testemunhos de seus interlocutores, reconhecemos motivações e expectativas, propósitos e vicissitudes, opiniões sobre a sua experiência. Inicialmente preparamos um guião comum que teve como propósito deter o entendimento do que tem sido realizado neste tema de turismo cultural - as rotas. À medida de que fomos avançando na pesquisa sobre cada um dos projetos, fomos adequando as questões à informação que fomos adquirindo. Das entrevistas, as três de âmbito nacional foram realizadas presencialmente, uma foi realizada via zoom. Essa entrevista por zoom foi realizada dia 29 de dezembro de 2021, a Rosário Correia Machado, que esteve, desde o início,

¹ Inventário do Património Imóvel do concelho do Barreiro, em 1999, que incluía os moinhos, numa edição da Câmara Municipal do Barreiro.

e até junho de 2021, estreitamente ligada à Rota do Românico (Anexo A). Da Rota do Mármore do Anticlinal de Extremoz, entrevistámos a 3 de março de 2023, Ricardo Hipólito, um dos criadores da ideia e a ela estreitamente ligado desde o início (Anexo B). Seguidamente, a 8 de março de 2023, entrevistámos Marta Fortuna da Divisão de Cultura de Torres Vedras, e atualmente uma das representantes pela Câmara na Associação da Rota Histórica das Linhas de Torres (Anexo C). Do âmbito internacional a entrevista que foi possível, foi realizada através de email, de característica mais fechada, mas, por junção de informação por parte do entrevistado, foi, ainda assim, também aberta. Foi concedida por Paul Golembiewski, coordenador da equipa de moleiros e manutenção dos moinhos de Kinderdijk, nos Países Baixos (Anexo D). Não deram resposta os projetos Moinhos da Consuegra, em Espanha e os Moinhos de Lassithi, na Grécia.

Com os projetos que escolhemos para observação - a qual, como acima descrito foi realizada de forma não participante; os quais se constituíram como fonte de informação, pretendemos ficar cientes de algumas experiências que existem, no nosso país independentemente do objeto e fora dele, e de âmbito internacional centrando-nos na zona europeia, e em experiências cujo objeto são moinhos. Apresentar o que se tem feito, como se tem feito e quais os seus resultados, identificar problemas e resultados, realizando posteriormente a sua comparação para podermos realizar uma reflexão e melhor compreender o que considerando, o território do Barreiro, se pode empreender (Figueira, 2012). Na estrutura do quadro de comparação teve por base, uma vez mais, a estrutura material daquela que é delineada por David Cerezuela, para projetos culturais.

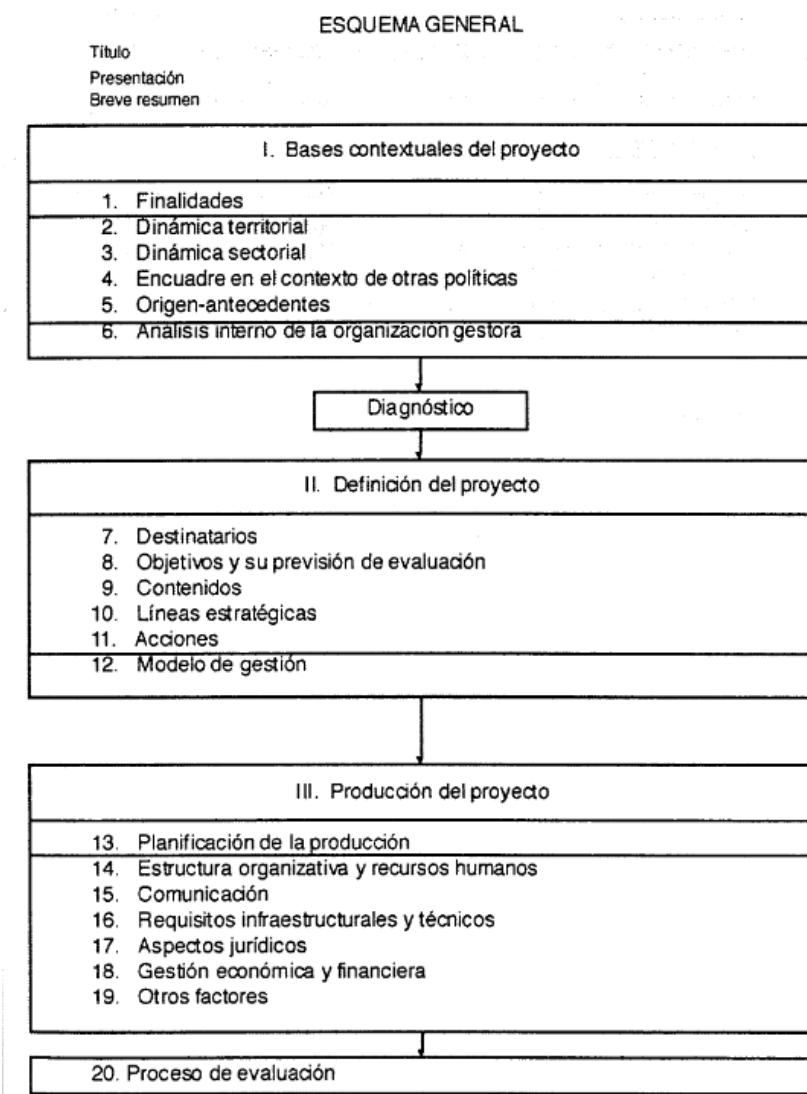


Figura 1. Esquema geral para Projetos Culturais.
Fonte: Cerezuela, 2007, p. 43.

CAPÍTULO 3

Património Cultural: conceito e significado no desenvolvimento territorial

Desde o período do pós Segunda Guerra Mundial, que a preocupação com o património cultural se tem vindo a assumir como um valor de dimensão global. Ainda em 1945, foi criada a UNESCO, durante a Conferência de Londres², convocada já a essa data com o objetivo de constituir uma organização que encarnasse a verdadeira cultura da paz. No seu texto ficaram inscritos como propósitos a "solidariedade intelectual e moral da humanidade" e, ao fazê-lo, pretendeu-se evitar uma nova guerra mundial.³

Anos antes (1942), a Conferência dos Ministros Aliados da Educação delineara já os seus objetivos, com base na proposta de uma organização internacional que viesse a substituir a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, organismo vinculado à Sociedade das Nações. Com o término da II Guerra Mundial e a dissolução da Sociedade das Nações, dá-se a formação da Organização das Nações Unidas (ONU) à qual se vincula a UNESCO o órgão especializado em promover uma política de cooperação cultural e educacional. No seu seio e no plano internacional, a proteção do património comum foi concebida como forma de impulsionar um movimento de solidariedade entre os Estados, com vista à paz e à segurança, ao progresso tecnológico e ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Assim, considerando a natureza difusa dos bens ambientais, cuja titularidade universal e coletiva alcança toda a sociedade atual, incluindo as gerações vindouras, é importante o resgate da história e da identidade cultural. É preservando os bens culturais, que se constrói a memória das sociedades. Para isso, torna-se imprescindível ao poder público zelar pela preservação do meio cultural, porquanto, sob o ângulo do desenvolvimento sustentável, impõe-se resguardar aquilo que, uma vez perdido, é impossível resgatar à posteridade. (Moura, 2012:91)

² <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-unesco/sobre-a-unesco/historia>

³<https://unesdoc.unesco.org/search/N-EXPLORE-23826104-9d47-474b-8394-9d8862d3379c>. Texto constitutivo da UNESCO

3.1. O conceito de Património Cultural Industrial. O Património Moageiro do Barreiro no Conceito de Património Cultural Industrial

Importa agora para o nosso trabalho fazer um breve apontamento, da integração do objeto de nosso estudo - os moinhos de maré e de vento do Barreiro, nesse conceito de património cultural.

E começamos por utilizar por antagonismo um dos primeiros conceitos – o de monumento, que do seu valor arqueológico introduzido por Furetiére (1689), a sua evolução passa, um século mais tarde, e por Quatremére Quincy, a “um edifício, quer construído para eternizar a recordação de coisas memoráveis, quer concebido, erguido ou disposto de forma a tornar-se num agente de embelezamento e de magnificência nas cidades, e sob esta segunda relação, a ideia de monumento mais relativa ao efeito do edifício do que ao seu objeto ou à sua finalidade, pode convir e aplicar-se a todos os géneros de edificações” (Choay, 1999). Monumento vê assim a sua função de memória do presente ampliada para valores estéticos promovendo os movimentos estilísticos, de prestígio e de grandeza constituindo-se em objeto construído com essa prévia intenção, é figurativo do poder e dos grandes desígnios públicos.

Nesta definição, o nosso objeto de estudo não tem cabimento. A sua relevância não advém do seu papel no mundo da arte, da elevação de sua beleza ou como símbolo de magnificência. O seu valor cultural assenta fundamentalmente na importância da memória que evoca, quer pelo registo de evolução técnica que representa, quer pela importância da sua função na disponibilização do elemento essencial na confeção de um alimento primordial da dieta mundial – o pão⁴. Vê assim o seu valor patrimonial impresso por via da etnologia rural e urbana e antropologia cultural. Mas também da história, não deixando de ser símbolo de poder económico. Havia ao tempo algum distanciamento, que os faz integrar na expansão tipológica do património histórico e assim, nas práticas de conservação e restauro deste século (Choay, 1999, 2008: 24-25; 224-225).

Só no início do século XX, se assiste, com o alargamento de conceito património cultural, à inclusão das listas de bens culturais destes edifícios de carácter vernacular e pré-industriais. Atualmente o Património Cultural Industrial é entendido como sendo constituído por sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens, bem como pelas máquinas, objetos ou documentos conexos que comprovem processos industriais de produção passados ou em curso, a extração

⁴ https://culturานorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/2005-convencao_de_faro-conselho_da_europa.pdf

de matérias-primas e a sua transformação em bens, e as infraestruturas energéticas e de transportes integradas⁵.

O património industrial reflete a profunda ligação entre o ambiente cultural e natural, - nos territórios que ocupa, uma vez que os processos industriais dependem de fontes naturais de matérias-primas, energia e transportes redes de produção e distribuição de produtos para mercados mais amplos. Inclui tanto bens materiais, quanto dimensões imateriais, como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores, e o complexo legado social e cultural que moldou a vida das comunidades e trouxe grandes mudanças organizacionais para sociedades inteiras e para o mundo em geral – o seu valor histórico. (Oglethorpe, 2021: 19) Esse legado material e imaterial pela ação do contínuo desenvolvimento tecnológico e científico é sempre marca de um tempo, importa preservar e reconhecer.⁶

Na integração no conceito de património cultural as estruturas industriais debatem-se com duas grandes dificuldades: uma é a variedade de escalas e temáticas às quais as estruturas estão associadas e a outra é a capacidade de se preservar o valor material das estruturas em simultâneo com o respetivo valor imaterial. Ou seja, para estas estruturas edificadas quer sejam elas infra estruturas - pontes, linhas férreas ou percursos de carris, fornos, quer sejam grandes edifícios, importa não só a sobrevivência através da sua recuperação arquitetónica, mas também a sobrevivência do seu âmbito imaterial – o conhecimento da sua operacionalidade e da sua capacidade tecnológica, juntamente com os registos e documentos que os veiculam.

No que diz respeito ao seu valor arquitetónico, ainda que aliado à técnica da sua construção, ele é composto também pela posição que ocupam no território, como moldam e se integram na paisagem e dela são elemento. Os Moinhos de Maré e de Vento marcam de forma característica a paisagem do Barreiro, integrados na linha de margem do rio Tejo e da Ribeira de Coina, junto a praias e dispondo as suas caldeiras num território interposto, assumem uma posição de relevo na estrutura da malha urbana e representam o primeiro momento de industrialização do território. O valor destes elementos patrimoniais prende-se também com a envolvente de valor paisagístico e ambiental onde se encontram e dela fazem parte, e ainda com a raridade que atualmente já constituem estas estruturas de moagem, muito embora em número ainda considerável neste território facto que não deixa de influenciar, neste caso, o seu valor emblemático e de serem símbolo identitário dos barreirenses.

⁵ "Princípios de Dublin" foram acordados conjuntamente pelo TICCIH e pelo ICOMOS, em 2011

⁶ Carta de Nizhny Tagil, sobre Património Industrial, aprovada pelo TICCIH, em 2003

Esta comparação que fazemos com os monumentos é ainda díspar neste caso, no que diz respeito a sua forma de proteção, que se manifesta não só na ausência de enquadramento teórico e de uniformidade metodológica, a qual compromete a validade e utilidade dos registos patrimoniais vernaculares, enquanto expressões fundamentais da identidade das comunidades históricas passadas, tornando os procedimentos instaurados meros testemunhos anexados aos relatórios arqueológicos, sem reverterem para uma base de dados informativa que possibilite o seu conhecimento e divulgação (Branco, 2018), e sem que hajam políticas e estratégias para a divulgação deste património, as quais, apenas a eles reservadas sejam suporte mormente financeiro para a sua valorização. A mais das vezes, são os produtos financeiros destinados à recuperação dos territórios, à proteção ambiental e biodiversidade pela sua abrangência ou linhas programáticas conseguem de forma indireta realizar essa valorização. Disto que dizemos é exemplo o programa Revive, o qual tendo o seu âmbito iniciado essencialmente com edifícios, detentores de formas arquitetónicas mais eruditas e de uma maior dimensão e monumentalidade, só posteriormente e, nomeadamente com o programa Revive Natureza⁷, que uma vez mais envolve o território envolvente e natural, veio incluir edifícios de carácter popular. Ou ainda, e por outro lado, o programa POLIS, que direcionado para a recuperação de territórios urbanos e do espaço público só de uma forma indireta consegue alavancar essa valorização, ficando às expensas e esforço dos orçamentos autárquicos a efetiva intervenção de recuperação e valorização.

3.2. Património Cultural e o Território

Tem-se vindo a assistir, desde meados do século XX e logo após o final da Segunda Guerra Mundial, a uma crescente preocupação com a proteção património cultural, e consequentemente com a inscrição e definição de princípios de ordem global que concorram para conceção de uma atitude, verdadeira e efetiva, na defensa desta matéria. Reconhece-se ainda o progressivo alargamento no seu objeto, não só no seu âmbito físico e territorial – em edifícios; conjuntos e sítios, como ainda na sua qualidade – natural, histórico, ambiental, arquitetónico e imaterial.⁸

Ainda antes, em 1931, e pela primeira vez na Carta de Atenas, definiram-se princípios básicos da preservação e restauro de edifícios antigos, esta preocupação teve repercussão e encontrou agenda nas organizações provindas dos ecos da Segunda Guerra Mundial - A Organização das Nações Unidas com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a

⁷ Fundo Revive Natureza, Decreto-Lei n.º 161/2019, de 25 de outubro.

⁸ Artigo 2.º da Convenção de Faro, Conselho da Europa, 2005

Ciência e a Cultura (UNESCO), o ICOMOS, e ainda o Concelho da Europa, todos comprometidos com esta matéria, são produtores de documentos que a preconizam e testemunham. Logo em 1972 é adotada a Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Em 1976 é criado o Comité do Património Mundial e em 1978 são inscritos os primeiros sítios na Lista do Património Mundial.⁹

Muitos têm sido os documentos elaborados que o expressam, são divulgadores e sensibilizadores da sua matéria, e estabelecem normas e conceitos que o têm como objeto. E neste âmbito que os valores ambientais surgem primeiramente alistados às políticas de âmbito cultural. Sublinhamos que, desde esse momento que o conceito de património cultural delineado foi associado e em articulação com outro conceito, - o património natural¹⁰, e só posteriormente se vem a relacionar com a gestão dos territórios¹¹.

Com o desenvolvimento e aprofundamento do conceito de património natural, que passa da preocupação do controlo da poluição, com o estabelecimento do conceito de biodiversidade e mais tarde com o aquecimento global ou as alterações climáticas, o património cultural - também ele um conceito que tem vindo a ser evolutivo e cada vez mais abrangente, vem estabelecendo uma relação mais estreita, ganhando um papel importante na chamada sustentabilidade ambiental.

Primeiramente, e particularmente, começa por essa via - ambiental, quer nas medidas realizadas a um nível mais global, com a ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Conferencia da Terra) que teve lugar no Rio de Janeiro, em 1992, na qual se entendeu que numa estratégia de desenvolvimento territorial pleno e duradouro, a sustentabilidade cultural, é critério essencial a ter em consideração; quer a nível europeu, com o Conselho da Europa e com a Comunidade Europeia, de que é exemplo a Conferência que decorreu em Hanôver no ano de 2000, (III Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis)¹², a valorização do património cultural aparece já aí como uma das dez obrigações da política de ordenamento do território, a par de outras, das quais destacamos, a de incentivar o desenvolvimento gerado pelas diversas funções urbanas. Note-se que nesta conferência, tendo no seu âmbito as cidades e sendo dirigida aos municípios com a participação dos executivos, a tónica já é sobretudo nas políticas de ordenamento e gestão territorial.

⁹ <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial>

¹⁰ UNESCO (1972), *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*.

¹¹ UNESCO (1976), *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea*.

¹² <https://sustainablecities.eu/conferences/hannover/>.

As novas ameaças á diversidade cultural tanto a nível europeu, com a sua união e com o seu sucessivo alargamento, como a nível mundial com a globalização, cuja expressão territorial se materializa com a urbanização de referências uniformizadoras e descaracterizadoras, originou um sucessivo e intenso cuidado com este tema. Enfatizou a necessidade de preservação de identidades individuais e coletivas, e ficou claro que esta está depende da proteção que as comunidades humanas realizam às suas heranças históricas materiais e imateriais, pois são estas que diferenciam e atribuem valor aos territórios. O valor de memória e identitário que o património cultural encerra aparece assim sublinhado. É este valor identitário que é auxiliar de coesão territorial, com a estruturação do sentimento de pertença ao lugar e a grupos, que se constrói e desenvolve o sentido de comunidade.

Por fim, o fator económico, ainda que com algumas reservas, é trunfo para o contexto do desenvolvimento territorial. Funciona como um ativo, ao qual associadas dinâmicas de atividade como o turismo cultural ou associadas a este, são constituintes de atratividade, que vai estimular mais investimento e assim fomentar a competitividade entre territórios (Henriques, 2004).

Desde a década de 1980 que a salvaguarda do património cultural, em Portugal, integrou as políticas de gestão territorial quando, com a definição do Plano Diretor Municipal¹³ foi incluída a sua preservação como objetivo principal. Refira-se ainda que mais uma vez este objetivo anda a par do património natural ou recursos naturais, e que a sua formalização era remetida essencialmente para regulamentação. Quase em simultâneo, as políticas para a salvaguarda do património cultural acautelavam a sua menção e disciplina de proteção nos instrumentos de ordenamento e gestão territorial¹⁴. Como já aqui mencionado esta coincidência não será alheia à preparação que então decorria para que o nosso país integrasse a Comunidade Europeia.

Só decorrida mais de uma década se assume a importância da identificação dos bens patrimoniais, e do estabelecimento de diretrizes e medidas para a sua gestão no quadro dos instrumentos de gestão territorial, apresentando-os os Planos Diretores Municipais de 1.^a Geração (Raposo, 2003: 84-85), materializados essencialmente nos inventários municipais, ainda como listagens desprovidas de medidas de preservação, e a apenas com transposição das medidas associadas ao património classificado nas respetivas plantas de condicionantes. Mas é principalmente quando decorrido o tempo de vigência destes primeiros documentos,

¹³ Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio, define o quadro regulamentar dos planos diretores municipais;

¹⁴ Lei n.º 13/85, 6 de julho, Art.22.º, n.º8 e Artigo 44.º, n.º1, primeiro diploma sobre Património Cultural Português;

que no desenvolvimento da sua revisão se beneficia a ocasião também com o segundo quadro legal quer no âmbito do património cultural¹⁵ quer no âmbito do Ordenamento e Gestão Territorial¹⁶. E ainda, com o alargamento da produção dos elementos de caracterização dos sistemas de redes organizacionais do território temáticos como as cartas municipais - da Educação, Social, Desportiva e do Património ou Cultural, a serem assumidas como instrumento de suporte à gestão urbanística e de acompanhamento dos PDM, as quais para além de apresentarem a identificação sistematizada, são cada vez mais, um instrumento orientador e regulador da estratégia preconizada pelo município. Contudo, ainda há um caminho longo a ser realizado, porquanto as medidas e os exemplos existentes na realidade ainda são em número escasso, e maioritariamente naqueles que são os centros de maiores dimensões territoriais e de peso político-administrativo em Portugal.

Assim, apesar de se assistir ao desenvolvimento destes mecanismos de identificação metódica e sistemática nos processos de gestão urbana, este acontece essencialmente ao nível teórico e convencional. E no que aos valores patrimoniais diz respeito ainda persiste uma inconsistente prática e um vazio no suporte legal, fundamental enquanto legitimador. O que impõe necessariamente uma interpretação sistémica da realidade sobre a qual se pretende intervir, que é no fundo a perspetiva do ordenamento do território, obrigando nomeadamente a que se preste uma especial atenção à qualificação dos espaços públicos e à melhoria das condições de habitabilidade e do quadro de vida das populações em geral.

Por outro lado, no seguimento da adesão de Portugal à Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1979, assiste-se à tomada de consciência pelos decisores políticos e técnicos, da importância estratégica da preservação e valorização do património cultural e natural, no quadro as políticas de desenvolvimento local e regional. Os processos e estratégias delineados e concretizados caracterizaram-se em geral por um papel relativamente parcelar e segmentado dentro do quadro das estratégias urbanas de desenvolvimento económico e social.

No caso da inscrição de centros históricos na Lista de Património Mundial os processos centraram-se em geral num conjunto de instrumentos de natureza urbanística e um forte investimento ao nível físico, com intervenções de restauro, de recuperação ou de renovação de monumentos, do edificado mais relevante dentro de área delimitada e do espaço público mais próximo. Foram mobilizadas metodologias de planeamento específicas quer ao nível da

¹⁵ Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, 8 de setembro.

¹⁶ Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

elaboração e da aprovação de instrumentos de gestão territorial. Estes processos integraram objetivos de promoção local, nacional e internacional do conjunto patrimonial de valor singular, favorecendo condições para a sua interpretação, divulgação e promoção, nomeadamente junto do mercado turístico.

Desde a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia veio abrir outras oportunidades para a promoção de estratégias de desenvolvimento e afirmação das cidades baseadas no património cultural e na cultura. A evolução a nível teórico e técnico, que, entretanto, se tem sedimentado desde meados da década de 90, a nível mundial tem vindo a gerar um efeito igualmente importante na maneira como as autoridades públicas em Portugal que passam progressivamente a integrar o património cultural e a cultura dentro de uma visão sistémica da cidade e do território. Por outro lado, a evolução dos conceitos e das abordagens políticas para o património cultural, inscritos entre outros pela Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade de 2005, pela Declaração de Namur, de 20215 e pela Agenda 21, que reconhece a Cultura como o 4.º pilar do desenvolvimento sustentável; da evolução dos conceitos de indústrias culturais e criativas e da forte aposta, nomeadamente no âmbito dos órgãos europeus, na compreensão e defesa da importância do património cultural como fator de desenvolvimento local e regional; do reconhecimento de uma nova disciplina económica especificamente centrada na cultura, da qual David Throsby é o principal precursor; ou da emergência das novas redes de atores urbanos e regionais centradas na criatividade e na cultura, como o caso das redes de Cidades Criativas da UNESCO, que reúne um forte campo de referenciais, teóricos, políticos e técnicos, que os decisores políticos nacionais têm vindo a aproveitar para introduzir inovação no campo das suas estratégias de desenvolvimento urbano e territorial. (Babo 2020, pág.32)

3.3. O Património Cultural e a Gestão Cultural

Na legislação nacional¹⁷ as formas de proteção dos bens culturais assentam na classificação e na inventariação, a primeira entendida como o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que um bem possui um inestimável valor cultural.

Contudo, estes dois mecanismos são só parte do amplo ânimo que a valorização do património cultural exige. Note-se que a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, 8 de setembro), diploma emissor destes mecanismos, engloba o vocábulo, - valorização, mas o que na realidade vemos

¹⁷ Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Diário da República n.º 206/2009, Série I.

acontecer é que com ele, apenas cumprimos com a preocupação da sua proteção. Este remete-nos antes para a preservação e defesa resumindo a nossa ação apenas contra a degradação decorrente da passagem do tempo e às ameaças provenientes dos novos modos contemporâneos. E muito embora venha a iniciar o estabelecimento da relação com os instrumentos de gestão territorial, no seu capítulo II, Secção III, subsecção II, dos artigos 51.^º a 54.^º, ela é muito mais entendida como restritiva, do que construtiva de um modo de atuação de índole positivo. Desta forma, o património é apenas percecionado como objeto imóvel de ações de proteção de uma herança ou memória, acarretando mais condicionantes à sua utilização e, as mais das vezes, ser obstáculo ao desenvolvimento e qualificação dos territórios.

Desde 1976 que a UNESCO consagrou, nomeadamente nos pontos 33 e 35 da Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea, um âmbito mais alargado de funções para o património, as quais tendo em consideração várias escalas de valor do objeto patrimonial, sejam veículo de cooperação entre variados grupos da sociedade (Henriques, 2004).

Já neste documento, a salvaguarda do património integrava todas as ações que vão para lá da identificação dos valores patrimoniais e das medidas a tomar para a sua proteção, não se resumindo à componente jurídico-administrativa. Com efeito, consagrou um conjunto de recomendações que tem por objeto medidas técnicas, económicas e sociais, nas quais já vemos plasmados princípios de gestão com o objetivo da continua sustentabilidade na preservação do património cultural. A estas medidas associa as atividades que manterão funcionais e divulgarão esses patrimónios, envolvendo toda a comunidade a diferentes níveis e com diferentes vínculos.

“O custo das operações de salvaguarda não deve avaliar-se apenas em função do valor cultural das construções, mas também do seu valor de mercado decorrente do uso que delas se possa fazer. Os problemas sociais da salvaguarda não podem ser corretamente analisados sem ter em conta estas duas escalas de valor. Os usos a dar às edificações terão de adaptar-se às necessidades sociais, culturais e económicas dos habitantes, sem desvirtuar o carácter específico do conjunto histórico. Uma política de animação cultural deverá converter os conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e conferir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes.”¹⁸

¹⁸ Medidas Técnicas, Económicas e Sociais, da Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea” (UNESCO, 1976), ponto 13.

Parece, então que o valor de mercado do conjunto de atividades que têm o património cultural como objeto, traduz que estes têm um valor económico associado. Num conceito mais alargado, incluem-se nas indústrias da cultura áreas complementares como as do restauro e conservação do património, o turismo de motivação cultural ou a distribuição em escala significativa de produções artísticas como, espetáculos ou exposições (Vilar, 2007:136).

Há muitas definições de gestão cultural, - Throsby (1999) Byrnes (2009) ou Chong (2010) que define como:

“Uma área do conhecimento que permite combinar gestão, com técnicas artísticas e organizacionais com atividades que fazem a diferença na vida dos indivíduos e das comunidades. A gestão cultural é a facilitação e organização das atividades cultural e artística. O gestor cultural é o indivíduo que trabalha no âmbito da gestão cultural, aquele que permite que a arte aconteça. De uma forma simples, os gestores culturais são aqueles que juntam público e artistas”.

Mas gerir será sempre organizar e conduzir o processo combinatório de meios físicos (terrenos, edifícios, equipamentos) humanos, financeiros e técnicos (know-how, patentes), com vista à realização de determinados fins (a produção de bens ou serviços), num enquadramento evolutivo e mutável. (Vilar, 2007:139)

Sendo os meios escassos e apenas parcialmente substituíveis entre si, gerir significa, também, procurar a combinação que permita o melhor resultado possível para uma determinada quantidade e qualidade dos meios disponíveis. Neste sentido no caso do Património Cultural, interessa dar particular atenção e evitar situações de sobre abuso e sobre exposição que possam contribuir para a sua degradação. Mas não só!

O crescimento da produtividade, possível nas atividades de reprodução, permanece limitado, ou praticamente impossível. Ora o Património Cultural só consegue estar presente nesta situação naqueles que são as suas manifestações imateriais capazes de serem produzidas ou reproduzidas, contudo aqui vai relevar sempre e mais uma vez a não perda de autenticidade, ou dito numa forma mais “mercantil” a não perda da qualidade. (Vilar, 2007:141) O restante património cultural - imóvel (edifícios monumento, sítios e centros históricos) só pode aqui ser objeto se associado às artes performativas, eventos culturais ou relacionados com sua interpretação educacional, com carácter patrimonial ou não, figurando como recetáculo, de excelência, para mesmas.

“Os poderes públicos apoiam as indústrias da cultura, por estas representarem não só um complemento ao aparelho educacional, mas também por a cultura se assumir como uma instância de integração social e de reforço da identidade cultural. A esse título, a cultura

desempenha uma função, sem paralelo, fazendo com que tudo aquilo que se lhe refere tenha uma importância muito maior do que aquela que resulta da procura estritamente económica que lhe é dirigida” (Vilar, 2007: 141).

Nesta ótica, importa entender que será tanto melhor para a sustentabilidade do Património cultural, se associado a uma continua e planeada gestão dos seus objetos em programas que façam dele o próprio produto capaz de se revitalizar no vínculo que as comunidades detêm com ele.

3.4. O Património Cultural e o Turismo

É muito divulgada a ideia de que o Turismo Cultural tem a sua origem no *Grand Tour*, que se generaliza entre as elites europeias nos séculos XVIII e XIX (Henriques, 2003:163-164). Mas esta ideia de uma viagem educacional, a viagem como meio de adquirir conhecimento fazendo parte da educação do individuo, talvez tenha começado muito antes. Ainda no século XVI, nas grandes elites italianas e francesas, temos ecos dos filhos das famílias aristocratas saírem em viagens prolongadas por anos senão com o objetivo educacional, com o objetivo do encontro e da experiência na aquisição e estabelecimento de conhecimento.

Este conceito de viagem educacional evolui, no decurso dos séculos XVII a XIX, até à ideia de turismo, que se terá afirmado a partir de meados do século XIX, podendo ver-se a realização da Grande Exposição de Paris, em 1855, como a consagração dessa transição (Brodsky-Porges, 1981 apud Serra, Piñeiro-Naval 2018: 12). O *Grand Tour* vai-se modificando gradualmente em termos de classe (da aristocracia para as classes médias), de idades (de jovens para menos jovens), de educação (deixa de ser exclusivo dos universitários), de duração (de até três anos para cerca de dois meses), de época do ano (concentrando-se no verão), até se aproximar do conceito de turismo que emerge no século XIX. No entanto o turismo “lugar de democrático”, é comumente identificado a partir da era industrial com a distinção entre tempo de trabalho e tempo de lazer.

No entanto, é sobretudo com as novas condições de vida trazidas pelo pós-II Guerra Mundial e pelo *welfare state* que o turismo se torna uma atividade de grande escala (“de massas”) e relevância económica, social e cultural, nomeadamente sob a forma do chamado turismo dos três S’s (*sand, sun and sea*) o turismo cultural é apresentado como alternativa ao turismo massificado dos três Ss, tendo hoje atingido ele próprio uma fase de massificação, que leva a que autores e estudos diversos afirmem que, do total dos turistas, 35% a 80% (os cálculos variam) serão turistas culturais (Cros & McKercher, 2015 apud Serra, Piñeiro-Naval, 2018: 13).

Tal como o conceito de património tem vindo a ser alargado de forma crescente, também o conceito de turismo cultural tem vindo a alargar a sua amplitude¹⁹. Atualmente, o turista deixou de ter apenas o seu contacto com a cultura na sua ida a um museu ou visita a um monumento, hoje o turista pretende uma experiência para além do entretenimento e contacto com a cultura local em momentos de lazer fora deste locais, numa ida a praia ou simples passeio pelo centro da cidade, refeição em restaurante local ou compra de artesanato, hoje procura uma experiência marcante e interativa, aquando da visita ao museu ou monumento. Há mais envolvimento por parte de todos os interessados, quer dos turistas, quer das comunidades locais.

O protagonismo do património cultural na sociedade contemporânea, está cada vez mais associado à capacidade que os monumentos, bens, sítios ou lugares, eventos ou manifestações culturais têm de se tornarem ou serem lugares de vivências com significado marcante, onde a autenticidade é o valor que sobressai, nele próprio, e na relação concebida com a comunidade local. Isto tem a ver essencialmente com a circunstância do património encerrar em si uma realidade social e cultural, presente em todas as ações, em que o mesmo é exposto, intervencionado, é elo entre a sua comunidade e nas escolhas que se tomam tendo-o como objeto.

“O turismo cultural é um tipo de atividade turística na qual a motivação essencial do visitante é aprender, descobrir, experimentar e consumir as atrações/produtos culturais tangíveis e intangíveis num destino turístico. Essas atrações/produtos referem-se a um conjunto de características materiais, intelectuais, espirituais e emocionais distintivas de uma sociedade, que engloba artes e arquitetura, patrimônio histórico e cultural, patrimônio culinário, literatura, música, indústrias criativas e culturas vivas com os seus estilos de vida, sistemas de valores, crenças e tradições” (WTO, 2018: 13).²⁰

Desta interação sobrevêm alguns riscos. Um deles é a “invasão”, isto é, o destino turístico ser visitado por grande número de turistas, acabando por deturpar a vivência dos locais. Desvanece-se a presença da comunidade local, dando lugar às dinâmicas dos visitantes, mais do que às suas próprias. Disto que dizemos é exemplo a cidade de Paris, que no verão é mais fácil encontrar estrangeiros do que os próprios parisienses; o mesmo sucede em Roma ou Florença, e atualmente o mesmo tem vindo a acontecer em Lisboa. Já há lugares da cidade

¹⁹ e

²⁰ Conceito da Organização Mundial de Turismo, (WTO) adotado na Assembleia Geral na sua 22.^a sessão em Chendu, China, em 2017. Transcrito no relatório sob o nome “Tourism and Culture Sinergies”, publicado em 2018.

que são maioritariamente vividos por turistas do que pelos próprios lisboetas, é o caso da Baixa Pombalina e o Terreiro do Paço.

Outro risco é a globalização²¹. Há medida que a diferença vai sendo incorporada ou faça sucesso do seu consumo, há a tentação do mimetismo, dissipando o genuíno e a diferença. Disto são exemplo as lojas também presentes na nossa baixa pombalina do chamado artesanato internacional, isto é, dos produtos de base igual apenas diferindo os *print's* das localidades, os lenços, as bolsas, ou, as pantufas da serra da estrela, os atoalhados com galo de Barcelos, tudo *made in China*, vendidos por paquistaneses que pouco ou nada falam português. Ou a “paella”, como prato principal do menu dos restaurantes mais antigos e emblemáticos de Lisboa.

Por último, a globalização pela via a comunicação digital, as redes sociais. As opiniões menos boas, sobre um destino, podem ter consequências devastadoras para mesmo.

Todos eles, são nefastos para o património construído, uma experiência num local sobrelotado, que divulgue e promova *merchandising*, pouco genuíno ou “disneyficado”, perde autenticidade. Um comentário que divulgue esta experiência pode desencorajar todos os potenciais visitantes e em pouco tempo o local, museu ou monumento cai no descrédito e/ou no esquecimento. (Serra, Piñeiro-Naval, 2018:15,16)

Desta atividade turística de carácter cultural ou se quisermos da “culturização” do turismo que temos vindo a assistir, não sobrevêm apenas riscos. Mas os benefícios são já sobejamente reconhecidos, e neles que assenta também a grande evolução do turismo cultural. Focamo-nos naqueles que mais sobressaem no desenvolvimento territorial local e assim nos interessam neste estudo. Fundamentalmente, o desenvolvimento económico, que os serviços turísticos disponíveis nos locais visitados transferem para os seus habitantes ou empreendedores envolvidos no sector, assume grande importância. Assiste-se também à recuperação dos territórios e dos lugares, com a reabilitação do espaço físico e arquitetónico do edificado mais característico ou identitário. Também no âmbito imaterial a recuperação é identificada, na revitalização das tradições onde se incluem festas e artesanato, com celebrações e *performances* em recriações de acontecimentos históricos ou feiras medievais. Destes pontos sublinhados, resulta uma imagem positiva do turismo, nomeadamente, pelas comunidades locais, nas quais se reconhece promoção o valor identitário coletivo, com a tomada de consciência do valor da sua História e Património.(Silva, 200 : 87-96)

²¹ https://culturานorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf

Importa assim, para que se possa alcançar o equilíbrio sustentado destes lugares ou territórios, o estabelecimento de estratégias para combater o já denominado *Overturism*, o qual teve já sessões dedicadas pela Organização Mundial de Turismo, num estudo focado em cidades, que resultaram num relatório designado “Overturism: compreender e gerir o Turismo urbano além das percepções”²²

²² <https://www.publituris.pt/2018/09/18/omt-propoe-11-estrategias-e-68-medidas-para-combater-efeitos-negativos-do-turismo>

CAPÍTULO 4

Contextualização Territorial do objeto de estudo

4.1. Contexto territorial

O Barreiro é um dos dezoito municípios integrantes da Área Metropolitana de Lisboa (AML) (figura2). Localizado geograficamente na margem sul do estuário do Rio Tejo, com ligação fluvial à cidade de Lisboa, dispõe de uma frente ribeirinha, adjacente ao Tejo e à Ribeira de Coina, num total aproximado de 20 km, a qual proporciona valor ambiental, paisagístico e cénico de grande relevância.



Figura 2. Área Metropolitana de Lisboa, com indicação do concelho do Barreiro.

Fonte: www.skyscraper.com

Integrado na região da Península de Setúbal, faz parte do terceiro eixo de desenvolvimento turístico do plano estratégico do turismo de Lisboa, no qual em conjunto com os outros municípios ribeirinhos ligados ao Tejo é identificado como protagonista no crescimento de turismo de natureza, náutico e equestre. Neste eixo, remete-se ao Barreiro e Seixal, um papel na valorização do turismo industrial também de natureza cultural, pela presença de diversos exemplos representativos da laboração daquela atividade, atravessando um longo período histórico temporal, que se inicia na proto indústria com exemplares de

moinhos de maré e de vento, e que chega até aos nossos dias com indústrias desativadas, e empresas subsequentes ainda a laborar.

A imagem tradicional do subúrbio industrial limítrofe de Lisboa, tem vindo a ser dissipada com a promoção da qualidade ambiental e, consequentemente, das condições de vida das populações. Sendo detentor de determinadas características ambientais e paisagísticas associadas a esta frente ribeirinha, interessa também

“preservar e integrar a estrutura ecológica na dimensão de fruição turística: qualificar e valorizar os espaços com maior valor paisagístico e ambiental (frentes ribeirinhas, corredores ecológicos), assegurando, por um lado, a sua continuidade e o funcionamento dos sistemas e, por outro, prevendo a sua integração harmoniosa no espaço urbano através da sua preparação para o recreio e lazer, a visitação, a investigação e a interpretação e educação ambiental”²³

É no contexto do Arco do Tejo, que o Barreiro poderá vir a assumir uma posição de complementaridade no contexto turístico e da visitação da região de Lisboa.

Os Moinhos de Maré e de Vento marcam de forma característica a paisagem do Barreiro, assumindo uma posição de relevo nas frentes ribeirinhas e na estrutura da malha urbana, representam o primeiro momento de industrialização do território.

As unidades moageiras, hoje integralmente desafetadas dos fins e objetivos iniciais, adquiriram um novo caráter central, despidas de preocupações produtivas, despojadas de uma utilidade aparente, são agora símbolos maiores de uma história e de um percurso.

No território do Barreiro, a moagem constituiu uma base económica de fixação e permitiu o desenvolvimento de uma estrutura urbana do seu povoamento, primeiramente sustentada por moinhos de maré. No concelho o vestígio mais antigo desses edifícios, proto industriais e industriais, é datado de 1484 – o Moinho da Verderena, pertencente a um conjunto de numerosos moinhos de água, localizados na zona ribeirinha, estes vão gradualmente cessando a atividade durante todo o século XIX. Alguns destes moinhos faziam parte do Complexo Real de Vale de Zebro (construído no reinado de D. Afonso IV e em funcionamento até finais do século XVIII), constituído por um conjunto de fornos e respetivas infraestruturas de apoio que fabricavam biscoitos para abastecer a armada portuguesa que partia de Lisboa para a Índia e Brasil.

Dos 12 moinhos de maré referenciados no concelho (figura 3), encontram-se ainda traços dos de Coina (1), Palhais (1), Telha (2), Verderena (2), Grande (1), Pequeno (1), do Cabo (1), e do moinho de El Rei (1), em Vale de Zebro, que era no século XV, o maior do estuário do

²³ Estratégia de Valorização do Património Moageiro do Barreiro, 2017, pp.4-5

Tejo, com oito moendas, mas que foi suplantado pelo do Braamcamp (1) no Barreiro (século XVIII) com dez moendas. E ainda no Lavradio (Barra-a-Barra) existiram dois moinhos.

Os moinhos de vento (Figura 4) cuja edificação é mais tardia vão contribuir para a cessação da atividade dos primeiros, por se demonstrarem mais eficazes, contudo, a sua atividade que tem expressão durante todo o século XIX, vai cessando também gradualmente até no final daquele século e no princípio do século XX.

Em finais do século XVIII, princípios do século XIX, aproveitando os ventos predominantes de Norte são edificados moinhos de vento, da Recosta à Praia dos Moinhos, no Lavradio, estando documentados doze destes engenhos (desaparecidos: Moinho da Caldeira, Moinho da Recosta, quatro moinhos da praia dos moinhos no Lavradio, Moinho do Meloal também no Lavradio).

Destes, erguem-se ainda hoje em Alburrica o Nascente e o Poente (1852), ambos de tipologia tradicional portuguesa, e o Gigante (1852), que, tal como o moinho do Jim (1827) na antiga Praia Norte (Av. Bento Gonçalves), possui três pisos e tipologia inglesa/holandesa com pás de madeira.

O valor desta paisagem cultural²⁴ prende-se também com a envolvente ecológica onde se implantam, a importância regional da atividade proto industrial explorada no século XIX, com a raridade das estruturas de moagem eólicas e com o valor emblemático que detêm, paradigma do arranque da Vila Industrial do Barreiro nos princípios do século XX. Jorge Custódio refere-se ao valor da indústria moageira no Barreiro, do qual o sítio de Alburrica é testemunho, nos seguintes termos:

“No caso do Barreiro a incidência de um conjunto de transformações no campo das técnicas de moagem, a construção de novos moinhos, bem como de unidades a jusante da moagem (bolacharia) e ainda, a articulação destes novos acontecimentos com a estrutura técnico-produtiva anterior pode apresentar-se como um certo modelo de industrialização induzida a partir do centro-Lisboa. A confirmar esta hipótese seríamos levados a admitir que o Barreiro moderno não nasceu com a implantação dos caminhos-de-ferro (1861), como afirmou Armando da Silva Pais, mas sim na 1.ª metade do século XIX, quando o moinho gigante do Barão do Sobral era já uma ruptura significativa na paisagem rural. Isto significa que se admite que a moagem teve um papel pivô no processo de transformação do Barreiro. Pode talvez considerar-se como o 1.º surto industrial que, se não criou uma vila industrial, pelo menos a faz entrar na era da protoindustrialização” (Custódio, 1986: 11).

²⁴ Convenção europeia da paisagem, Conselho da Europa, 2000. https://culturานorte.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/2000-convencao_europeia_da_paisagem-conselho_da_europa.pdf

Com o aparecimento de moagens mecânicas e industriais no século XX, assistiu-se ao desmantelamento destes engenhos. Ao cessarem a sua atividade, os Moinhos de Vento de Alburrica adquiriram valor simbólico constituindo uma memória das atividades económicas proto industriais barreirenses. Posteriormente, ainda foram reutilizados para habitação. Desta forma, acrescendo à memória económica, a memória de fixação humana.

Em suma, os Moinhos de Vento de Alburrica adotaram ao longo dos anos as exigências evolutivas determinadas pelas diferentes funções assumidas, sendo representativos de uma área física e cultural, onde a relação entre meio natural e as forças económicas, sociais e culturais se processou de forma coerente. Atualmente desativados constituem um testemunho civilizacional de valioso prestígio local – ex-libris do Barreiro – mantendo parte dos seus valores originais.

Com a construção da moagem industrial no Barreiro, os moinhos de vento perdem valor económico. Porém, a importância da atividade moageira foi de tal ordem, e a sua localização apresenta-se tão cénica, que os barreirenses adotaram os engenhos de Alburrica como ex-libris da cidade.

Motivo de inspiração de pintores, vertente da identidade barreirense, do seu passado e das suas gentes, acrescentamos, da sua relação basilar território/rio, o sítio de Alburrica / Mexilhoeiro transformou-se na “marca” do Barreiro.

A classificação dos moinhos de Vento de Alburrica e Moinho de Maré Pequeno integrados no Sítio de Alburrica e Mexilhoeiro e seu Património Moageiro, ambiental e paisagístico como conjunto de Interesse Municipal constitui um momento bastante importante pelo valor histórico-patrimonial, ambiental e cultural que estes elementos significam para a cidade e a sua história. O interesse em classificar estes imóveis prendeu-se com a importância da atividade industrial por eles desenvolvida, durante os séculos XVII a XIX, e também pela sua envolvente com uma riqueza ambiental única como é o caso das caldeiras²⁵.

O Município tem vindo a adquirir, de forma progressiva, estes imóveis com o objetivo de salvaguardar a memória destas estruturas, pré-industriais. Atualmente, a CMB possui o moinho de maré Pequeno²⁶, o moinho de maré Grande²⁷, o moinho de maré da Quinta do Braamcamp²⁸ e o conjunto dos quatro moinhos de vento de Alburrica; Gigante²⁹, Poente³⁰, Nascente³¹, e o moinho do Jim, concessionado ao *Rotary Club*.

²⁵ Procedimento de Classificação do sítio de Alburrica e do Mexilhoeiro e seu Património Moageiro, ambiental e paisagístico, 2017

²⁶ Caderneta Predial Urbana, Artigo matricial 192, Portal das Finanças.

²⁷ Caderneta Predial Urbana, Artigo matricial 224, Portal das Finanças.

²⁸ Integrado na Ficha n.º 513/10030324, inscrição a favor da CMB n.º AP 939 de 2016/12/22.

²⁹ Escritura de 5 de dezembro de 1997. Livro de Escrituras Diversas, n.º 48, Folha 61; Ficha da Conservatória do Registo Predial do Barreiro, n.º 2026/20090519, inscrição a favor de CMB n.º 1427, livro n.º 5, Extrato da inscrição n.º 48673, fls. 20 do G-93.

³⁰Caderneta Predial Urbana, Artigo matricial 227, Portal das Finanças.

³¹ Caderneta Predial Urbana, Artigo matricial 225, Portal das Finanças.

4.2. Caraterização do edificado

4.2.1. Moinhos de Maré

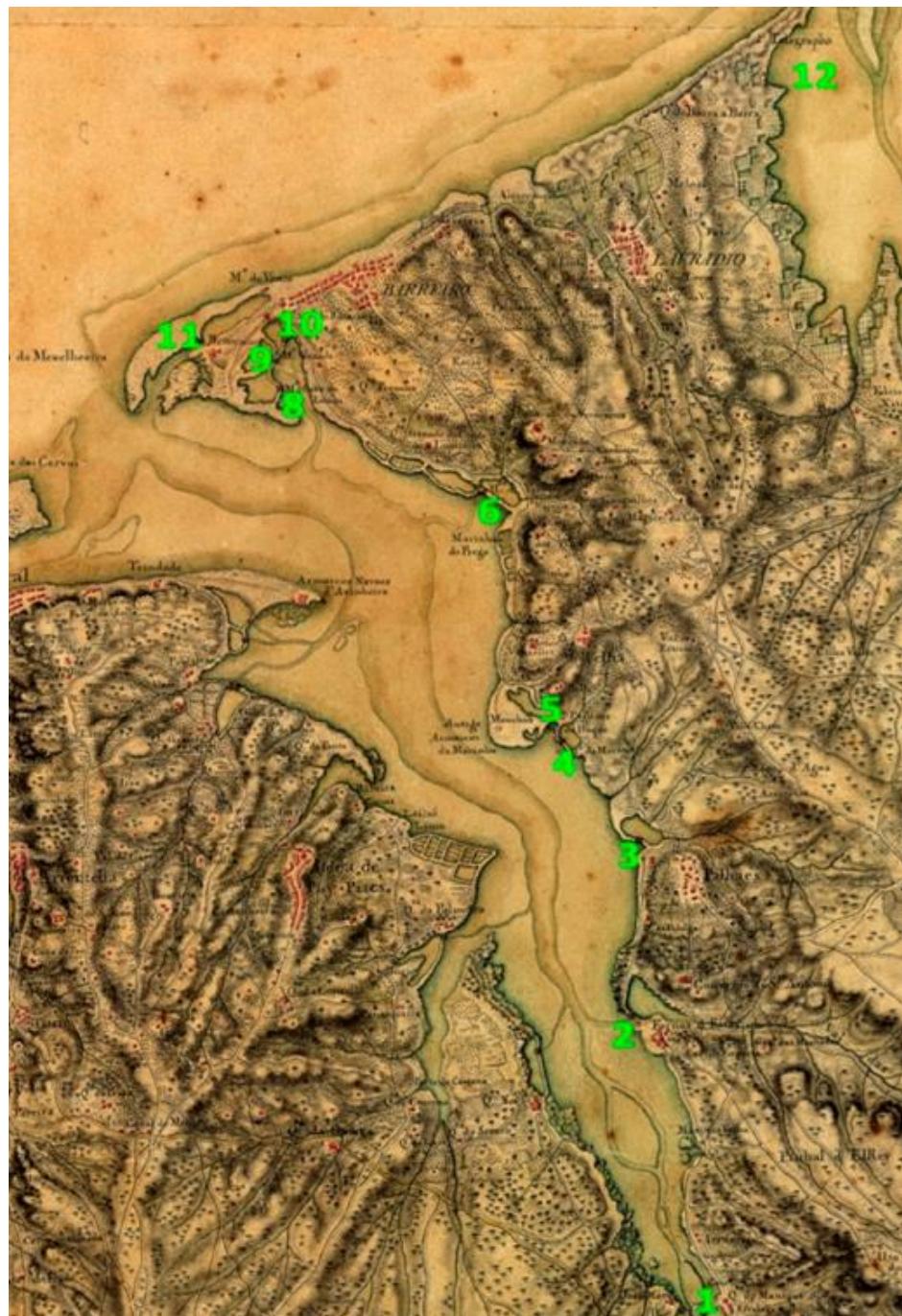


Figura 3. Extrato da carta dos arredores de Lisboa. Barreiro - Setúbal, 1816.
Fonte: IPCC. Arquivo Municipal do Barreiro. Escala: Indefinida no documento.

Quadro 1. Identificação da localização dos moinhos de maré, no concelho do Barreiro.

Fonte: CMB, PEVPMB

N.	Nome	Descrição
1	Moinho do Olival	Data pelo menos do sec. XIV e apresenta cinco moendas podendo ter sido inicialmente de três.
2	Moinho d'el Rei	Moinho de maré de oito moendas que se encontrava afeto aos reais fornos do biscoito, sendo, portanto, de pertença real. Deve datar do sec. XV.
3	Moinho de Palhais	Moinho da Ordem esteve na posse da família Mealheiro que também teve responsabilidades nos fornos de Vale de Zebro. Data do sec. XV e tem seis casais de mós e casa para moleiro
4	Moinho do Maricote (desaparecido)	Situava-se na praia da Telha e a sua edificação ficou a dever-se a Pedro Eanes Cota, no início do século XVI, revelando a grande influência e importância que esta família teve no antigo lugar da Telha.
5	Moinho do Duque	O Moinho do Duque, sito na Telha, Freguesia de Santo André data provavelmente do séc. XVI, advindo o seu nome pelo facto de ter pertencido ao Duque de Cadaval. Tinha seis engenhos e casa do moleiro, encontra-se dentro da atual Parceria Geral de Pescarias
6	Moinho da Verderena – Pequeno	Edificado por Gaspar Correia em 1484, de início teria 5 mas foi ampliado para 6 moendas. Marcava documentalmente em 1521 a demarcação entre o Barreiro e Alhos Vedros.
7	Moinho da Verderena – Grande	Será do final do séc. XVIII. Também conhecido como moinho da moagem da Bonfim. Inicialmente com 6 moendas terá sido ampliado para 9 no último terço do sec. XIX. O edifício atingiu os 3 pisos quando abrigou a Empresa de Moagem Bomfim, Lda., que ali funcionou a partir dos anos 20 do sec. XX.
8	Moinho do Cabo da Lenha	Situado no Cabo de Pero Moço ou Cabo da Lenha. São de facto dois moinhos justapostos com 4 moendas cada, o primeiro data do sec. XV e do outro só se tem notícia a partir do sec. XVIII
9	Moinho Grande	Datará do séc. XVII. O número de moendas seria de 7(+). Em 1892 Luís de Albuquerque d'Orey, Engº da C.P., adaptou-o a serração de madeiras, que laborou com o nome Companhia da Fábrica da Serração, de Orey Antunes & Cº, tornando-se por isso conhecido como “moinho da serração”. Ardeu em 1909, abandonado desde então até aos anos 20 reabrindo como firma Henry Burnay & Cº, tornando-se uma fábrica de moer e de misturar diversos produtos de origem animal e vegetal. Passa a ser conhecido por “moinho do Burnay”.
10	Moinho Pequeno	Moinho de Maré de São Roque ou Moinho de Maré Pequeno. Datará do sec. XVII apresenta zona de laboração das 3 moendas, habitação do moleiro em contíguo recebeu um armazém que de teve 2 pisos, No início do séc. XX o Moinho Pequeno moía trigo e fabricava massas.
11	Moinho do Braamcamp	Provavelmente do Início do sec. XVIII, foi seriamente danificado quando do terramoto, de início com sete moendas foi de ampliado para 10 moendas possivelmente aquando da sua reconstrução, sendo o maior do estuário do Tejo. Foi também fábrica de bolacha de embarque e desde 1828 padaria de Miguel Byrn para fornecimento de Lisboa.
12	Moinho do Cabo do Alcoitão (desaparecido)	Ainda resta a incógnita se seria <u>um ou dois moinhos</u> e se coincidiam na frente nascente da Ponta da Passadeira.

4.2.2. Moinhos de Vento

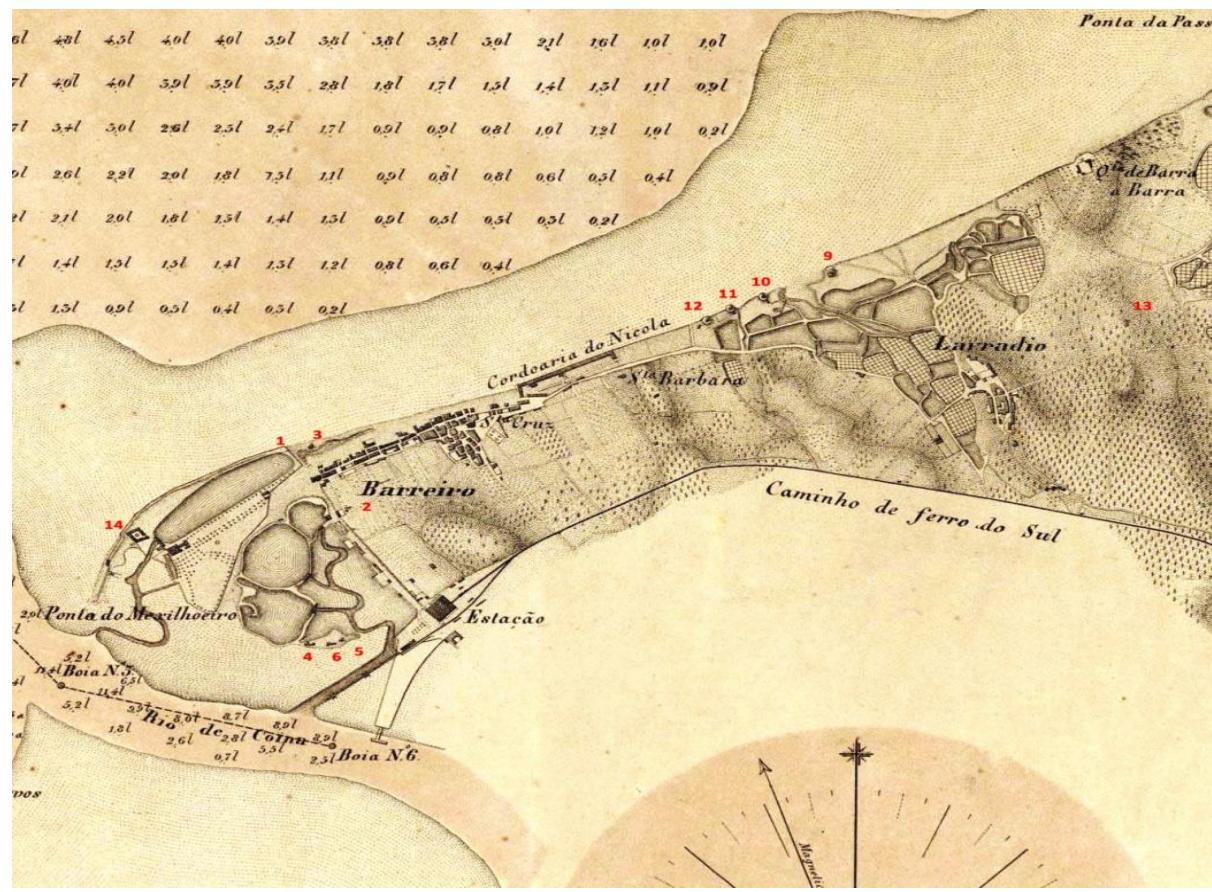


Figura 4. Carta Militar do Barreiro. Barreiro – Setúbal, 1902.

Fonte. IGC. Escala 1:50000 (indefinida no documento).

Quadro 2 - Identificação e localização dos moinhos de vento do concelho do Barreiro.
Fonte: CMB

1	Moinho da Caldeira (desaparecido)	Situado na praia Norte, no final da caldeira do Braamcamp, em 1816 já se achava em ruínas foi transferido para o alto da recosta.
2	Moinho da Recosta (desaparecido)	Transferido da praia Norte, foi para o Alto da Recosta, também foi chamado de “moinho pequeno da Estrada Nova do Rosário”. Terá sido depois demolido para dar lugar às fábricas de cortiça do Cantinho e Marques.
3	Moinho do Jim	Construído em 1827 por Diogo Hartley ou James Hartley era da tipologia inglesa com pás de madeira encapadas a lona e com o capelo em duas águas. Teria quatro pisos.
4	Moinho Gigante	Construído em 1852 por José Pedro da Costa, era da tipologia inglesa com quatro pás de madeira encapadas a lona. Capelo primitivo em formato de duas águas, amovível pelo exterior por intermédio de uma cremalheira, cujos vestígios de fixação se encontram atualmente na alvenaria. Composto por rés-do-chão e provavelmente quatro pisos – dois sistemas de moagem, a que corresponderiam dois

		arreios, perfazendo deste modo os quatro pisos. Com acesso por dois lanços de escada. Similar ao moinho do Jim.
5	Moinho Nascente	Construído em 1852 por José Pedro da Costa, é do tipo comum de quatro varais para velas latinas.
6	Moinho Poente	Construído em 1852 por José Francisco da Costa, é do tipo comum de quatro varais para velas latinas.
9	Praia dos moinhos, Lavradio I (desaparecido)	Moinho de João dos Santos Costa
10	Praia dos moinhos, Lavradio II (desaparecido)	Moinho de Francisco Rompana
11	Praia dos moinhos, Lavradio III (desaparecido)	Moinho de Maria Joaquina Costa
12	Praia dos moinhos, Lavradio IV (desaparecido)	Moinho de José Silvestre
13	Lavradio Meloal (desaparecido)	Para este moinho só existe referência cartográfica
14	Moinho do Barão do Sobral (desaparecido)	Moinho de 6 pisos com cauda orientadora, construído no início do séc. XIX (1816), destinava-se a alimentar a fábrica de bolacha que ocupava os edifícios que o envolviam.

4.2.3. Cadastro do edificado

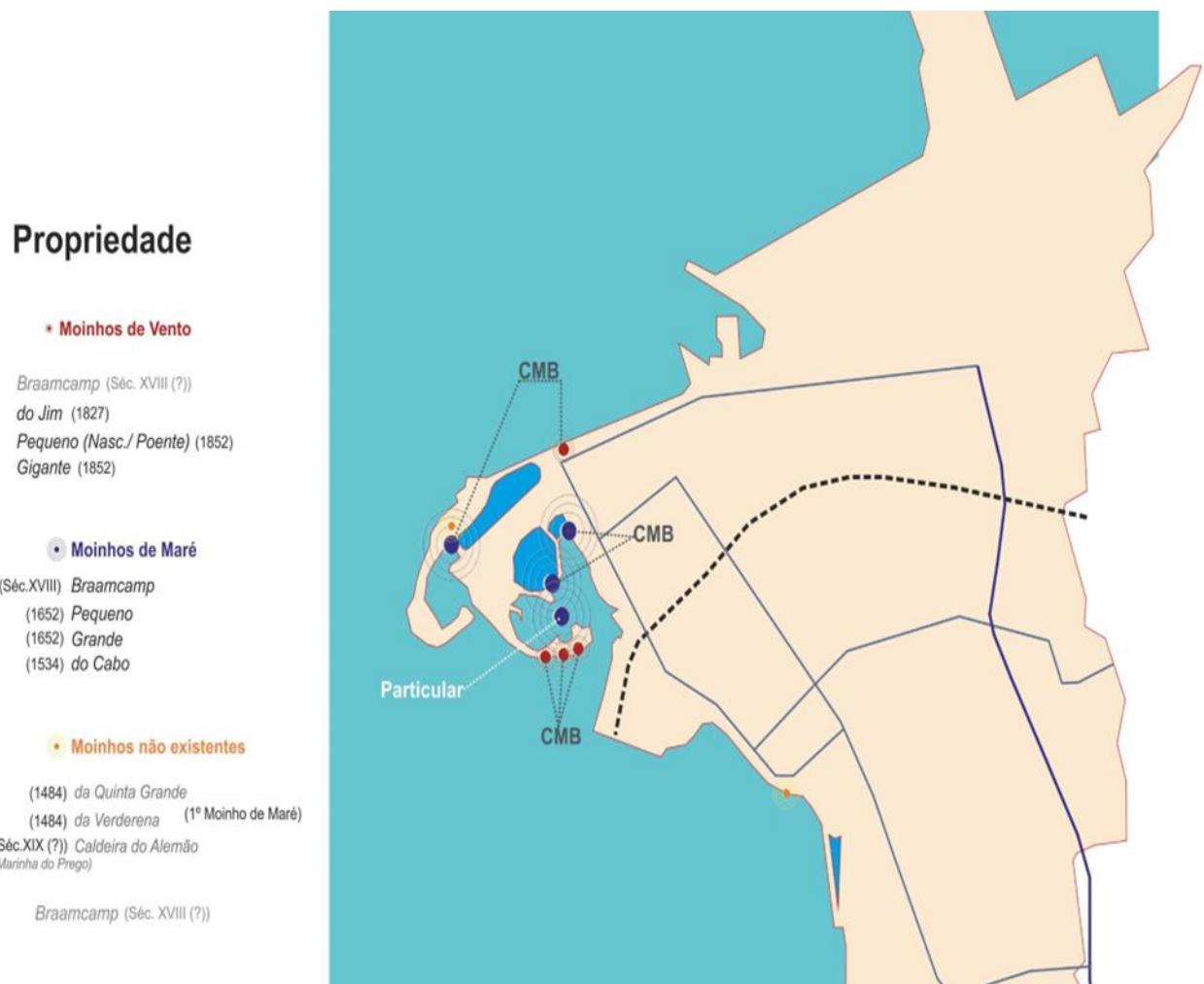


Figura 5. Localização e identificação de cadastro.

Fonte: CMB, EVPMB (2017)

Os restantes moinhos identificados no percurso, ausentes da imagem acima não são propriedade do município, e são os seguintes:

- Moinho do Duque – Propriedade privada.
- Moinho de Palhais – Propriedade privada.
- Moinho d'El Rei – Pertence ao Estado Português
- Moinho de Coina – Propriedade privada.

4.3. Referencial estratégico

A presente investigação está intimamente ligada com o Plano Estratégico de Valorização do Património Moageiro do Barreiro. Esse trabalho tinha como objetivo o desenho de uma estratégia para o desenvolvimento territorial da zona ribeirinha do concelho do Barreiro, baseada nos valores patrimoniais, históricos, culturais, paisagísticos e ambientais em presença. A sua implementação no território continua a ser um propósito que acalentamos. Esse entendimento impeliu-nos a refletir sobre as ações concretas a tomar, num contributo para a sua evolução, construindo assim a presente dissertação. De seguida, enquadramos o que, naquele âmbito, tinha já sido diagnosticado e desenhado.

4.3.1. Visão

Criação de um produto turístico que promova os valores históricos e patrimoniais da indústria moageira do Barreiro, assente em percursos ciclo turísticos, pedonais e rodoviários que possibilitem o contacto direto com os objetos arquitetónicos refuncionalizados no seu atual contexto temporal.

Sublinhado o interesse deste legado patrimonial, a estratégia deve progredir baseada na inovação e modernidade para a criação de um produto de valor, que seja uma marca diferenciadora e geradora de atratividade. Têm-se ainda como ambição, originar e integrar iniciativas públicas e/ou privadas, que contribuam para a concretização e consolidação da sua gestão sustentada e equilibrada.

Podemos então dizer que o percurso proposto terá a capacidade de consagrar diversidade de oferta num território mais ou menos contido, constituindo – se globalmente num produto significante a nível concelhio, o qual, interligando-se com iniciativas existentes nos concelhos mais próximos - por exemplo Seixal, Moita, Palmela e Setúbal, poderá apresentar-se numa rede ampliada, seu alicerce e sua impulsionadora. Acresce a intensão de ser criado um edifício novo que albergue o Centro interpretativo, o qual, fundado na temática da moagem possa abrir portas para outros conteúdos, suas resultantes, forma de apropriação do espaço territorial sua expansão e indústrias sequentes. Pretende-se ainda que seja um local associado às novas tecnologias de informação, e multimédia.

A concretização da presente visão implica, o cumprimento das ações de implementação em tempo e consequentemente dos seus objetivos. Importa por isso, que a Câmara Municipal se munha de todos os instrumentos e apoios que a habilitem, quer estruturalmente, quer de forma focalizada a prossecução da sua realização.

A origem desse suporte pretende-se que seja institucional e/ou pública e também privada.

É essencial que se conquiste o envolvimento de entidades que, em razão do presente território e temática, possam contribuir para a efetivação da estratégia apresentada.

4.3.2. Objetivos gerais

- Promoção e desenvolvimento de valor cultural, turístico e de lazer diferenciado;
- Requalificação e integração de espaços urbanos e paisagísticos adjacentes;
- Salvaguarda e divulgação dos valores paisagísticos e ambientais do lugar;
- Recuperação arquitetónica e funcional do património moageiro;
- Valorização e promoção do património moageiro enquanto referência cultural e identitária;
- Reforçar a identidade e estima do local;
- Contribuir para uma imagem diferenciadora do Barreiro no âmbito regional e nacional;
- Promover a imagem do concelho e na sua afirmação e consolidação enquanto destino Turístico-Cultural.

4.3.3. Orientações/Eixos estratégicos

Assim, propomos uma estruturação assente em duas Fases e três Eixos, a saber:

Fase 1

Eixo 1 - Recuperação os recursos patrimoniais edificados e naturais: Concretizar ações para a mitigação da erosão da margem ribeirinha e regeneração de espécies endógenas; recuperação e/ou reabilitação das edificações de valor patrimonial. Classificação do lugar de interesse municipal.

Eixo 2 - Qualificar a frente Ribeirinha em contínuo, num percurso homogéneo gerador de uma marca territorial: dotação de um novo equipamento de recção aos visitantes (Moinho de Maré Pequeno) e, numa fase subsequente, Centro Interpretativo, inovador e atual na transmissão da informação e conhecimento, e, representativo da história e da temática tenha imagem arquitetónica valorizadora do local.

Fase 2

Eixo 3 - Valorizar os recursos recuperados como fator de competitividade: Desenvolvimento de ações que cooperem para a valorização dos recursos territoriais; das atividades culturais e económicas, através da implementação de boas práticas que garantam a

divulgação, preservação e sustentabilidade dos recursos patrimoniais edificados, ambientais e paisagísticos (EVPMB, 2017, p. 17-18).

4.4. Análise síntese do diagnóstico prospetivo

Observando as tendências internas que mais podem atuar na implementação da estratégia, e na concretização da visão apresentada, importa em primeiro lugar considerar que atualmente o Barreiro já não é uma cidade eminentemente industrial, cuja população seja maioritariamente trabalhador operário. Com uma população essencialmente ligada ao sector terciário de serviços e comércio, o Barreiro tem assistido nestas duas últimas décadas a uma valorização do nível de habilitações literárias da população residente, contudo, simultaneamente tem-se assistido a uma perda significativa de população, verificando-se uma transformação no que diz respeito à vivência urbana da cidade, aumentando o número de residentes cujo quotidiano é assente em movimentos pendulares, metamorfoseando- se o Barreiro num dormitório de Lisboa.

Importa assim que, potenciando o seu excelente contexto patrimonial e paisagístico de proximidade com os estuários fluviais e com a cidade de Lisboa, o Barreiro possa criar condições de ligação aos territórios adjacentes, capazes de gerar movimentos de visitação impulsionadores de uma vivência urbana de estadia, que muito embora de curta duração, se demonstre revitalizadora.

Interessa ainda que, sejam criadas ou alargadas as atividades que num contexto cultural, alimentem a atividade turística, assente num tecido coerente e estruturante gerem um impacto positivo na economia local e consequentemente no crescimento e reafirmação do Barreiro enquanto cidade.

CAPÍTULO 5

O município do Barreiro, contextualização nas políticas públicas da cultura

5. 1. O património e as políticas públicas em Portugal a partir de 1974

A atuação cultural pública em Portugal tem tomado o património cultural como eixo central de atuação.

O contexto português iniciado com o 25 de abril de 1974 revelou-se propício à definição de políticas culturais, sobretudo públicas, centradas na preservação do património cultural. As novas práticas, embora propusessem novos modelos face aos anteriores, sobretudo os emanados do Estado Novo, não serão de rutura tomará contornos diferentes e nunca será total no que respeita às manifestações e narrativas culturais e patrimoniais. Muito embora, numerosos valores e símbolos mais associados à doutrina e propaganda do regime anterior tenham sido abandonados ou secundarizados, eles foram principalmente questionados, e muitas vezes foram-lhes associadas novas leituras e narrativas, as quais, melhor assistindo os valores da democracia, conseguiram ultrapassar a sobrevalorização política ideológica investida, sobretudo no património. “Mas será preciso esperar até à década de 1980 para que a cultura de massas reincorpore ideias e símbolos antigamente hiperpoliticizados” (Silva, 2014: 15).

Exemplo disto, mais relacionada com a experiência cultural - e para além todos os apresentados por Augusto Santos Silva (2014) é a política que tem sido alvo o Palácio Nacional da Ajuda. Aberto ao público em 1968 como sitio visitável, desde a década de oitenta do século XX, que se tem vindo a destacar na sua ação museológica no panorama nacional e internacional, começando-se a proceder à reconstituição desta residência real, alicerçada em rigorosa investigação histórica³². Oferece uma narrativa que é demonstrativa processo de reencontro com a história nacional, baseada na releitura da composição e do significado, do alcance identitário dessa história. Espaço, objeto de visitas guiadas com uma narrativa direcionada à democratização da cultura, mudança na sua leitura e diversa na sua exposição, foi já também palco de diferentes e descentradas iniciativas, com eventos musicais e exposições de cariz contemporâneo, aventurando até, como foi o caso da exposição de Joana Vasconcelos em 2013.

³² <http://www.palacioajuda.gov.pt/pt-PT/palacio/hoje/ContentDetail.aspx>.

Mas se, no que respeita ao património assistimos à mudança da narrativa da sua exposição e transmissão às gerações mais novas assentes na abertura democrática, no que diz respeito às manifestações culturais, manter-se-ão ainda, e ainda que também transformadas, até aos dias de hoje aquelas que estão relacionadas à cultura festiva estival e recreativa popular, como os grupos folclóricos e as bandas de música, ou estruturas de formação alternativa e resistência ao regime ditatorial (Silva, 2007: 12) – estas ainda são visíveis no território do objeto o do nosso estudo, mesmo que a par de outras como mostraremos mais à frente.

Outro marco temporal de basilar importância até à atualidade para as políticas públicas da esfera autárquica tem sido a integração europeia de Portugal, formalizada em 1986. A partir desta data foi possível às autarquias um maior investimento financeiro em infraestruturas e recursos físicos, para além daqueles que satisfazem as necessidades básicas coletivas, e foi disponibilizado conhecimento, materializado quer em legislação regulamentar (transposições de legislação europeia ou programas aplicados noutras territórios europeus de similar natureza e dimensão), quer em legislação de enquadramento sob a forma de recomendações, cartas de princípios, programas, redes e iniciativas que de forma mais indireta imprimem novas configurações no plano da conceção e desenvolvimento de projetos. Disto que dizemos, damos o exemplo da Agenda Urbana da Comissão Europeia, a qual, fornece apoio político, estratégico e técnico e ajuda a desenvolver capacidades associadas a cada cidade, em todas as suas dimensões. Uma das iniciativas desta agenda é o Fórum das Cidades, o qual, em 2020, teve lugar no Porto, onde se apresentou o estado das suas atividades; se trocaram ideias, boas práticas e experiências com todos os municípios parceiros. O tema da Cultura e Património Cultural fica abrangido por esta agenda, e desde novembro de 2020, tem um Plano de Ação formalizado, no qual estão delineadas onze ações³³. A integração europeia imprimiu assim, e ainda aos governos, a necessidade de envolverem o poder local nesta demanda de alargamento de acção e recursos, ao mesmo tempo foram sendo criados contextos que impeliram para mais exigência e renovação.

Desde 1976, ano da institucionalização do poder local democrático, com as eleições autárquicas, e até aos dias de hoje, podemos dizer que, as políticas públicas culturais estão muito centradas nas Câmaras Municipais não existindo muita iniciativa por parte das Juntas de Freguesia, nem a ação, de vários municípios em associação, se tem constituído como prática. Contudo, apesar de coordenadas primeiramente pelas Comissões de Coordenação Regional, muitas são atualmente as iniciativas que têm na sua origem ou gestão associações

³³<https://ec.europa.eu/futurium/en/culturecultural-heritage/final-action-plan-partnership-culturecultural-heritage.html>

municípios ou comunidades intermunicipais e algumas das quais são iniciativas que são paradigmáticas. Destas, podemos nomear um exemplo de âmbito supramunicipal que assenta exatamente num caso, que enunciado por Augusto Santos Silva, a esta data já podemos retratar uma evolução desde essa circunstância. Trata-se do projeto da Rota do Românico, que temos a oportunidade de estudar e reportar aqui, o qual tendo sido delineado em 1997³⁴ e envolvendo a Associação dos Municípios do Vale do Sousa, fundado no planeamento e a cooperação intermunicipais, àquela data só ainda tinha produzido resultados no abastecimento de água ou nos sistemas de tratamento de resíduos, ainda não se tinha estendido, sequer como experiência ou projeto-piloto, para o campo cultural (Silva, 2007: 12). É um facto que desde 2007 até aos dias de hoje muito se tem alterado

Outra característica que se pode destacar das políticas públicas da cultura de apresentação autárquica é a sua indiferenciação ideológica que podemos justificar pelo interesse concelhio e/ou pela abrangência do compromisso local com as necessidades das populações; pelo facto de o poder estar centrado nos presidentes de câmara na construção e gestão das redes sociais e na definição de finalidades e procedimentos e finalmente por a cultura, talvez a temática que mais propicia à divulgação de valores associados a uma base, - apesar da educação, ser constantemente a última das prioridades, sendo as mais primárias ainda, as temáticas das infraestruturas básicas e da ação social. O que não significa ausência de discurso político, como discurso de legitimação e comunicação pública sobre opções e finalidades (Silva, 2007:13). O caso do Barreiro é paradigmático disto mesmo, por ter estado desde 1976 sempre com presidência do Partido Comunista Português (PCP), apenas com breve interregno entre 2001-2004, e agora desde 2017 com a eleição do Partido Socialista, “o domínio da cultura, tal como, aliás, o da educação. E, corrobora o que Augusto Santos Silva nos diz sobre o a influência que durante parte importante daqueles anos, teve

“o conjunto do discurso político local sobre a cultura: de facto, tópicos estruturantes da doutrinação comunista — a ênfase na democratização, como generalização do acesso gratuito a equipamentos e eventos culturais, a hipervalorização do associativismo local, como protagonista dos processos de criação e receção artísticas, a reivindicação de competências e recursos, como condição necessária e suficiente para a alavancagem da vida cultural local, e a definição da cultura como uma oportunidade maior para a legitimação social dos executivos e a projecção supralocal dos territórios — todos foram tópicos em que o PCP foi pioneiro, face

³⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº 164/97 de 25-09-1997, Cria o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa (PROSOUSA)

aos demais partidos, e que por assim dizer moldaram, durante vários anos, o discurso político-cultural municipal” (Silva, 2007: 13).

5.2. Fatores que tem vindo a influenciar a evolução das Políticas Públicas da Cultura

A autonomização do pelouro da cultura, é um sinal de uma nova identidade e centralidade da política e da administração cultural local, mas vale também como formação de uma tecnoestrutura local envolvida nas dinâmicas culturais, composta por técnicos e quadros superiores, cuja importância específica na formação das políticas tem sido evidente.

Sem dúvida que se tem vindo a assistir a um gradual e crescente desenvolvimento da capacidade de valorização técnica desta unidade funcional nas autarquias, e que esse facto tem sido basilar, na elaboração de novas políticas culturais. No entanto, nem sempre é apenas esse fator que importa. Na conceção e concretização de uma agenda de intervenções e de uma oferta cultural não está sempre diretamente ou apenas relacionado, com a capacidade técnica ou universo de contactos académicos e com a acessibilidade aos modelos de representação e ação, podendo muitas vezes, e ainda, estar relacionado com os contacto sociais e contactos próprios dos meios artísticos, nacionais ou eventualmente internacionais, o que cremos serem recursos absolutamente decisivos para conceber e concretizar um discurso de legitimação e mobilização.

Esta evolução também cremos ser fulcral para a passagem da simples manutenção de atividade nos recursos existentes, para uma utilização realizada numa ótica plural das expressões aí representadas bem como dos públicos a quem se destinam, atenuando a distância entre receção e criação, numa lógica de serviço público municipal para a cultura.

Não é apenas o apoio ao tecido associativo e artístico local, é a estruturação de parcerias de média e longa duração entre serviços autárquicos e estruturas de criação e difusão urbanas, com particular ênfase nos domínios da formação e profissionalização dos criadores, acolhimento e divulgação das criações e programação dos equipamentos e eventos da cidade é orientar tudo isto numa lógica de valorização do património local, pleno aproveitamento das oportunidades e reposicionamento da cidade num patamar mais avançado de modernidade (Silva, 2007: 19).

No caso do Barreiro, se por um lado tem sido visível a influência na capacidade da oferta, a partir do momento que existem condições básicas de receção, como a existência dos edifícios de equipamentos coletivos e disto que dizemos tem sido exemplo qualquer dos

edifícios coletivos existentes, como a biblioteca municipal, primeiramente, o auditório municipal Augusto Cabrita (AMAC), o espaço memória - espaço destinado à exposição e transmissão do património cultural local por excelência, e por fim, o mais recente, o *Wellcome Centre*, o qual sediado no edifício constituído pela reconversão do antigo moinho de maré designado Pequeno, cuja localização podemos considerar como a entrada do território delimitado Sítio Classificado como de Interesse Municipal de Alburrica e Mexilhoeiro, que se pretende seja apenas o inicio da recuperação da globalidade deste território, é o local de apresentação e divulgação e representativo dos valores patrimoniais, culturais e ambientais deste sítio, dos mais emblemáticos e identitários do concelho.

Por outro lado, tem sido visível o incremento na participação da autarquia do Barreiro nas redes culturais, e mais recentemente, sobretudo, naquelas mais relacionadas com a programação cultural, de que é exemplo a Artemrede³⁵. Desta evolução e crescente preocupação para um crescimento sustentado da cultura é ainda exemplo o acolhimento de associações culturais de âmbito nacional como a Associação Cultural Ephemera, e a instituição e instalação de residências artísticas.

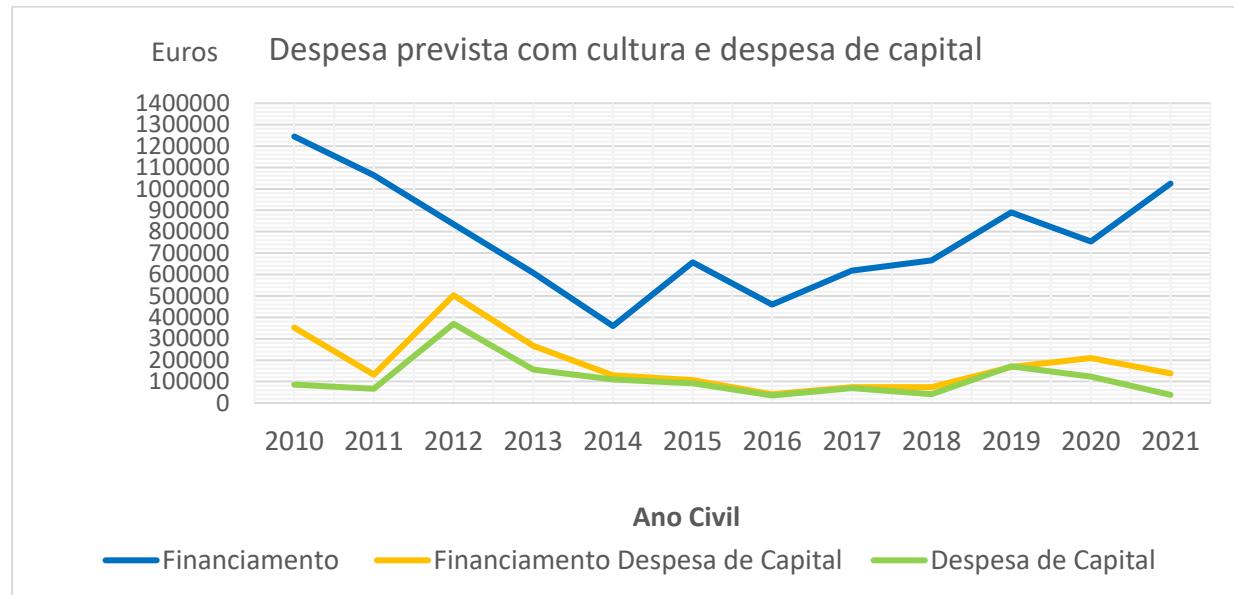
5.3. A identificação no Barreiro neste quadro

Assim, podemos dizer que o Barreiro é um exemplo a comprovar o padrão consensual da evolução que as políticas públicas das autarquias ao longo deste período temporal. Revelando primeiramente, um acentuado e contínuo relevo no investimento na obra física, — o equipamento cultural.

³⁵ <https://www.artemrede.pt/convocatoria20e21/pt/>

Gráfico 1. Despesa prevista com cultura e despesa capital, Divisão de Cultura e Património Cultural, CMB.

Fonte: Grandes Opções do Plano, Câmara Municipal do Barreiro (CMB). Elaboração: própria.

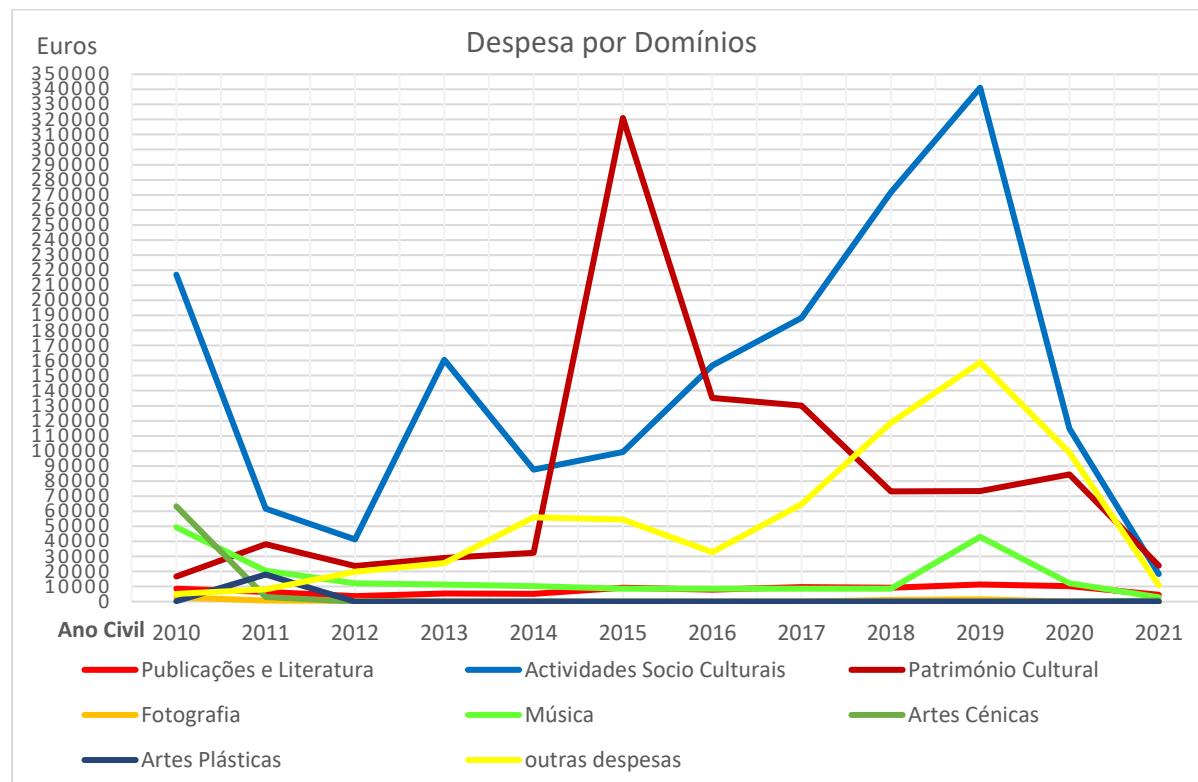


Nota: Foi considerada a despesa da Divisão de Cultura e Património, Biblioteca e festivais de música na Divisão de Juventude. (sem despesas com recursos Humanos).

Sendo a despesa capital, toda a despesa realizada com investimento - Equipamentos, que podem ser em imóveis, material necessário à boa execução das atividades (hardware e software, todo o material de suporte). O ano cuja despesa de capital efetiva se distanciou mais da inicialmente prevista foi no ano de 2010, para voltar a acontecer em 2020. Anos de crise, em que se fez menos investimento?

Os anos que disponibilizaram mais dotação para despesa de capital e a concretizaram foram de 2014 a 2018. Comparando com o financiamento global para a cultura, o ano que houve menos investimento de capital foi o ano de 2011.

Gráfico 2 - Despesa por domínios, Divisão de Cultura e Património Cultural, CMB.
 Fonte: Grandes Opções do Plano, Câmara Municipal do Barreiro. Elaboração: própria



Verifica-se que as atividades socioculturais são o domínio com mais expressão. Este domínio compreende as iniciativas de expressão cultural com grande abrangência de públicos – desde a festa anual do Município do Barreiro (festa de Verão), até encontros expositivos de criativos, tertúlias, Animação de espaços públicos. Inclui ainda a plataforma Artemrede.

Segue-se o Património Cultural, que tem um grande incremento no ano de 2015, por ter sido inaugurado o espaço memória, que é um espaço expositivo e onde têm lugar, ou partem, grande parte das iniciativas com o património cultural do município, daí apresentar maior dotação desde essa data, ainda que com grande quebra logo após a sua inauguração, ocorrendo apenas a sua manutenção.

O domínio - Outras Despesas, acompanha a linha das atividades socio culturais, por se referir em grande parte às despesas com aquisição de serviços de logística essenciais às iniciativas socioculturais.

Música, começa por ter expressão por nos três primeiros anos da década, por ter vários festivais de música – *OutFest* e o Barreiro *Rock's*, que têm mantido um interregno, para depois voltar a ter expressão em 2019 com o primeiro festival de Jazz no Barreiro, o qual foi

um sucesso e não voltou a ter edição por causa da pandemia, muito embora esteja dotado em 2020 e 2021.

Um outro domínio que tem lugar nos primeiros anos da década é a Fotografia. Para depois perder expressão. O domínio das Publicações e Literatura mantém-se mais ou menos constante e inclui exclusivamente a despesa com aquisição e publicação de livros, revistas e publicações periódicas. Outras iniciativas dedicadas à fomentação da leitura, ou com base em literatura encontram-se englobadas em atividades socioculturais.

Consideramos que o presente gráfico (Gráfico 2) não consegue demonstrar de forma efetiva os domínios das Artes Cénicas e Artes plásticas. Nas Grandes Opções do Plano não aparecem discriminadas, como por exemplo, as exposições de Ilustração, ou alguns eventos de Teatro que apesar de pontuais e de periodicidade inconstante, têm lugar no Município. Exceção para o ano de 2010, no qual ocorreu a iniciativa “Mês do Teatro” e ainda se encontrava aberta a galeria de Arte que, entretanto, fechou como lugar autónomo. As iniciativas expositivas têm agora lugar no Auditório Municipal Augusto Cabrita (AMAC) outro grande equipamento contruído.

Numa outra reflexão, se numa primeira instância, é apresentada uma menor capacidade para a sustentabilidade desses equipamentos, com uma fraca utilização destes recursos porque não totalmente capazes desde logo de operarem para os objetivos que se lhe põem, isso tem vindo a ser atenuado desde que se reconhece a integração das autarquias em programas e redes, adotando ou tendo a capacidade de integrar a designadas políticas de terceira geração - as que intervêm no âmbito das práticas de criação artística, e da democratização do acesso, quer na receção quer na criação cultural.

Depois, muito embora já manifestando alguma mudança, é o direcionamento da sua atividade e apoio para comunidade escolar e coletividades. E essa mudança verifica-se nomeadamente no que concerne ao apoio e ao estabelecimento de parcerias com coletividades e outras associações. Disso é exemplo a Associação Cultural Ephéméra, que tal como outras - Escola de Jazz do Barreiro, Nós, RUMOS, ARTEVIVA, são também organizadoras e geradoras de iniciativas e eventos, e são depositárias das tradições e elos de ligação e representativas de identidade, mobilizando assim os seus próprios públicos e imprimindo notoriedade essencial no processo de legitimação.

Ainda, a realização das ancestrais manifestações culturais, representadas pelas festas estivais e pelo apoio nunca abandonado à Banda Municipal de Música, e sua escola – disto que dizemos tivemos notícia e constatação aquando da realização do trabalho de grupo com a observação das Grandes Opções do Plano entre os anos 2010 e 2020. Se verificámos a

intermitênciа de realização de outros eventos, a qual é de lamentar pelas consequências adversas que pode ter nomeadamente, no que diz respeito à consolidação de públicos, no que diz respeito ao apoio à Escola de Música da Banda Municipal apresentou-se sempre constante.

Por fim, a necessidade de, assente nos recursos patrimoniais e identitários consubstanciar-se como comunidade geradora de valor, enquanto projeta esse valor para fora dos seus limites territoriais, - regionais, nacionais ou internacionais. Uma necessidade também ela imanente à ação e à comunicação social e política, mas a que o turismo, de um lado, e, do outro, a competição interlocal e interregional por pessoas, investimentos e poder, vieram conferir outra densidade. Este é o ponto em que o Barreiro, ainda não conseguiu afirmar-se, e muitas vezes já debatido não foi ainda consensual, a direção a tomar numa estratégia que deverá ser delineada. Não investiu na sua integração na Rede de Museus industriais, nem instituiu um evento que dentro deste âmbito pudesse alavancar este território num plano mais global, extravasando os limites concelhios.

É nosso entendimento que, esse movimento científico e cultural, no sentido de privilegiar uma abordagem sistémica e contextual do património só pode favorecer esta divulgação. Valorizando, não apenas este ou aquele monumento, mas também a sua inscrição num território e o conjunto que forma com outros bens e valores patrimoniais, com os sítios e os seus habitantes, a lógica patrimonial pode articular-se produtivamente com outras dimensões de intervenção e, em particular, das políticas locais. As operações integradas de qualificação regional assentes em valores patrimoniais – como a já acima enunciada Rota do Românico ou a Rota Histórica das Linhas de Torres, são exemplos elucidativos deste potencial identitário, económico para além de cultural, do património de um território que importa integrar numa política cultural global, a qual socorrendo-se de referências culturais diversas, complementares que apelem e criem dinâmicas amplas, se renovem e originem comunidades e cumplicidades de gosto.

CAPÍTULO 6

Gestão de Património Cultural

Depois de expormos a pesquisa efetuada, quer através de estudos já anteriormente realizados quer em sites e informação veiculada na internet, aos projetos por nós escolhidos e, na realização de um diagnóstico, apresentamos a análise realizada às entrevistas e à informação disposta em quadros comparativos. A estrutura dos quadros comparativos teve base na estrutura delineada para projetos culturais por David Cerezuela.

Como anteriormente já mencionado na escolha dos projetos fontes de informação e de conhecimento, esteve presente o critério de um amplo âmbito territorial, não só o contexto nacional, mas também o internacional. E não sendo primordial o recurso primário ser - moinhos, teve-se em consideração serem impulsionadores de desenvolvimento territorial.

Tendo por base a transversalidade do objetivo primordial ser impulsionador de desenvolvimento territorial, regendo-se todos os projetos pelos princípios da proteção e valorização do património, disponibilizando o seu acesso, tornando este património um meio de educação e de identificação das suas comunidades, na estrutura da análise realizada ás entrevistas e nos quadros comparativos destacamos quatro temas que agrupamos como principais para a formação do conhecimento sobre a gestão das mesmas: o modelo de gestão; as parcerias realizadas, o modelo de comunicação e o modo de financiamento.

6.1. A gestão do património cultural no contexto nacional, as rotas: três exemplos

6.1.1. A Rota do Românico

Como exemplo exploratório, identificámos a Rota do Românico, um projeto turístico cultural e de desenvolvimento regional, do território do Vale do Sousa, Douro e Tâmega, (municípios de Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Resende) através da valorização do património cultural daquele estilo arquitetónico. A nossa escolha, prende-se não só com o cariz de rota temática, - paralelo ao que se pretende desenvolver no Barreiro, mas também com a escala interpretativa e valorativa, que ambos os elementos patrimoniais, têm dentro do universo territorial e cultural.

Tendo sido delineado em 1997³⁶ e envolvendo a Associação dos Municípios do Vale do Sousa, inicialmente foi fundado no planeamento e a cooperação intermunicipais, àquela data só ainda tinha produzido resultados no abastecimento de água ou nos sistemas de tratamento de resíduos não se tinha estendido sequer, como experiência ou projeto-piloto, para o campo cultural (Silva, 2007). Neste campo, o projeto Rota do Românico do Vale do Sousa (RRVS) inicia-se um ano depois, em 1998, quando no âmbito do PROSOUSA (Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa), a então Comissão de Coordenação da Região Norte, promoveu a elaboração dos relatórios preliminares de apoio à seleção do património que constitui a RRVS. Tendo beneficiado primeiramente, e na concretização desses objetivos, do Quadro Comunitário de Apoio II, só a partir dos anos 2000 com o Quadro Comunitário de Apoio III e agendado pela Ação Integrada de Base Territorial, vem a poder ser, mais tarde, concretizado neste campo. Até hoje, tem vindo a ampliar a sua ação e capacidade.

A existência de um importante património de edifícios românicos, muito heterogéneos em termos de dimensão construtiva, e a sua reunião num projeto comum permite que esse leque muito alargado e completo das tipologias sejam testemunho do desempenho que outrora este território teve na história; desta região, nacional e também ibérica. Nesta Rota são incluídos conjuntos monásticos, igrejas paroquiais e santuários isolados; estruturas funerárias, torres senhoriais e/ou defensivas e arquitetura civil, - pontes. Originariamente eram em próximo de uma vintena (19-21), atualmente já são mais que meia centena (53). Apresentando-se como um recurso qualificador do seu território quer no âmbito cultural como turístico, o projeto arrancou tendo como objetivos primordiais a recuperação arquitetónica destes recursos, criando-se condições para a sua visitação e para a implementação de um itinerário de visita integrado (Machado, 2008: 240).

Outro dos recursos primários que tem é o Centro de Interpretação do Românico. Este equipamento de arquitetura contemporânea dispõe de espaços de receção, cafeteria e biblioteca, é constituído por uma superfície expositiva de cerca de 650 metros quadrados, distribuída por um amplo átrio central e por seis salas temáticas: Território e Formação de Portugal; Sociedade Medieval; O Românico; Os Construtores; Simbolismo e Cor; Os Monumentos ao longo dos Tempos. O projeto expositivo oferece uma série de experiências interativas proporcionadas pelos seus conteúdos museográficos. É também lugar de iniciativas do serviço educativo deste projeto, e alberga o Centro de Estudos do Românico e do Território. No desenvolvimento das atividades lúdicas e pedagógicas disponibiliza uma série

³⁶ Resolução do Conselho de Ministros nº 164/97 de 25 de setembro, que cria o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa (PROSOUSA).

de materiais didáticos - jogos, filmes de animação e publicações destinadas aos mais novos. O Centro de Estudos, corporiza o objetivo da Rota do Românico de produção e disseminação de conhecimentos, fulcrais para a compreensão deste legado histórico e patrimonial, possuindo uma linha editorial, colabora com investigadores e estudantes interessados na valorização desta região e cultura. É privilegiado com o trabalho do seu grupo de Cuidadores do Património que de forma dedicada e incondicional, zelam e acarinham os monumentos.

A Rota do Românico já é uma referência a nível europeu. Tanto pela sua metodologia e estrutura como rota turística, como ainda, pelas boas práticas que exerce as quais que têm importância no desenvolvimento da região do Vale do Sousa. Desses práticas são exemplo o projeto pedagógico que realiza com a comunidade educativa no seu conceito mais alargado, o qual não sendo um projeto ou serviço pedagógico intrínseco, por si só é um projeto com características transversais no seu âmbito e forma, e o facto de abranger ainda uma forte componente de investigação com presença de uma comissão científica, fatores que fazem do projeto da Rota do Românico, na perspetiva europeia, um projeto de excelência.

Inicialmente assente em ações fundeadas no território, tem conseguido abranger outros temas na circunscrição da cultura. Disso são exemplo os prémios que ganhou em 2019 - Prémios da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), o Centro de Interpretação do Românico que venceu nas categorias "Aplicação de Gestão e Multimédia", "Filme" e "Trabalho de Museografia". Recebeu, ainda, uma menção honrosa como "Melhor Museu do Ano". E o Centro de Interpretação do Românico venceu o *Architecture MasterPrize*³⁷, na categoria Arquitetura Cultural. Em junho de 2020, o projeto "Cuidadores do Património" da Rota do Românico é um dos 11 vencedores do concurso "Histórias do Património Europeu 2020", promovido pelo Conselho da Europa e pela Comissão Europeia. E no ano de 2021 viu serem aprovadas as operações "Cultura em Rede — Tâmega e Sousa" e "Escrita em Cena — Programação Cultural em Rede do Tâmega e Sousa", submetidas ao Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (Norte 2020). A Rota do Românico define-se como:

É um itinerário estruturado que leva os visitantes à descoberta de mais de meia centena de elementos patrimoniais. (...) A ideia começou a germinar em 1998 quando a VALSOUZA-Associação de Municípios do Vale do Sousa, a CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a antiga DGEMN – Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o antigo IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico, entre outras entidades, deram início a um processo de colaboração que viria a culminar na

³⁷ <https://architectureprize.com/about/>

criação da então Rota do Românico do Vale do Sousa, atualmente designada de Rota do Românico. Desde a sua génesis, a Rota do Românico assume-se como um projeto de cariz supramunicipal, que visa contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentado do Vale do Sousa e, mais recentemente, de toda a região do Tâmega, fomentando a competitividade, a coesão e a identidade territoriais, numa ótica de qualificação e de valorização económica de um conjunto de recursos endógenos distintivos – o denso e rico património edificado e intangível desta região (Costa, 2017: 75).

O perfil do público do nosso estudo-caso foi já aferido em dois momentos. O primeiro por Duarte Pinheiro em 2012, na sua dissertação de mestrado em Património e Turismo Cultural, na qual utilizou uma metodologia que incluiu dois questionários com âmbitos diferentes e, sediados em vários recursos secundários integrantes da rota. Um dos questionários teve como público o turista que visitava o território geográfico da rota do românico, o outro, o visitante que teve como motivação a visita à rota do românico.

Num segundo momento em 2017, foi avaliado por Joaquim Luís Costa, e teve como base os registo dos turistas realizados nos centros de informação desta rota. Existem, desde logo, muitas diferenças entre estes dois momentos, o primeiro baseou-se em questionários direcionados para o efeito (com dados sociodemográficos aos turistas e de satisfação aos visitantes), cujo período de temporal coincidiu com a época alta entre junho de 2011 e março de 2012. O segundo momento, apesar de mais tardio, baseou-se somente nos registo de entrada dos visitantes do centro de informação da rota, num período mais alargado, desde o ano 2010, (data de início da disponibilização de quatro centros de informação da rota do românico ao público), e o fim do ano civil de 2016.

O conteúdo destes elementos informativos é, desde logo, também diferente, não sendo possível no segundo momento fazer a aferição de género, habilitações literárias ou rendimentos, e distinção de âmbito territorial semelhante ao anterior, diferenciando entre turista e visitante. Pelo conteúdo, apenas se pode confirmar a sua faixa etária, e o território ou localidade de proveniência.

Tendo em consideração a comum e alargada faixa etária verificada - entre os 19 e 65 anos, não são muitas as deduções que daqui podemos tirar, a não ser que, maioritariamente são indivíduos em idade laboral, e de que, os jovens dentro da faixa etária dos estudos universitários, também têm presença.

No que diz respeito á sua proveniência territorial, no segundo momento confirmaram-se as conclusões que haviam sido inferidas no primeiro momento. O público da rota do românico é maioritariamente português, senão residentes na área de intervenção do projeto (49%), são-

no nos concelhos vizinhos (45%). Quanto às nacionalidades estrangeiras, em ambos os momentos, se confirmou serem maioritariamente oriundos de Espanha e França. Das outras nacionalidades nomeadas pouco há a valorizar. Desconhecemos o porquê de tão dispares origens, sem que sejam, - tanto quanto é do nosso conhecimento e também nada é referido sobre esta questão, nacionalidades tradicionalmente visitantes do nosso país: Dinamarca, Itália, Bélgica ou Canadá. Fica por apurar se se deveu a algum grupo que se tenha deslocado entre aquele período de aferição (relembramos - junho de 2011 e março de 2012). Os estrangeiros como todos “Tem como principal motivação conhecer a gastronomia, a história e visitar locais de interesse histórico-cultural” (Costa, 2017; Pinheiro, 2012).

No primeiro momento de aferição (2012) outras deduções foram possíveis construir. O visitante, bem como o turista, têm uma escolaridade elevada e os seus rendimentos são médios ou altos, o que infere que sejam normalmente exigentes na qualidade dos serviços. Daqui também se poderá dizer que, em ambos os grupos deslocam-se por motivações culturais, num comportamento de respeito e admiração pelo património cultural e pela comunidade local.

Para os turistas segmentaram-se dois grupos etários, entre os 25 e 35 e entre os 50 a 65 anos, e os visitantes com a média de idade, para as mulheres, de 47,9, e para os homens 51,6, arriscamos a dizer que viajam sobretudo em casal, mas também em família (Pinheiro, 2015): “A evolução do número de visitantes/turistas à Rota do Românico foi a seguinte: em 2008 – 1093; em 2009 – 3378; em 2010 – 5721; e em 2011 – 11213” (Pinheiro, 2012). Desde esta data tem vindo a decrescer, com uma ligeira subida em 2016. (Costa, 2017). Desta data em diante não nos foi possível aferir.

Em 2009, a Rota do Românico avança no caminho da sua internacionalização e integra a Rota Transromânica. A Rota Transromânica é uma entidade constituída em associação autónoma, fundada em 1986, em regiões europeias detentoras de património românico nos seus territórios. De 2013 a 2019, a Alemanha e Portugal compunham a sua direção. Os membros têm diferentes formas de estar presentes. Portugal e a Alemanha participam com duas fortes rotas, estruturadas e de âmbito territorial alargado, mas outros países marcam presença com imóveis únicos, como o caso da região de Castilha-Leon; ou outra tipologia é a da França, que está presente com uma entidade – um Centro de Estudos que gere Património Cultural de âmbito mundial do estilo românico no seu país. Um dos pontos fortes que vale apena salientar é a estreita ligação empreendida e dinâmicas comuns, criando eventos simultâneos em todos os membros desta associação. No dia 9 de maio - o Dia da Europa, são realizados nos seus territórios lugares ou edifícios, eventos com a sua chancela.

6.1.2. A Rota Histórica das Linhas de Torres

Na zona norte da cidade de Lisboa, entre o Atlântico e o rio Tejo, até Torres Vedras, no início do século XIX, antecipando a terceira invasão Napoleónica foram discretamente construídas três linhas defensivas num sistema constituído por 152 engenhos militares, de grande impacto territorial e histórico. Estas construções encontram-se atualmente distribuídas no território de seis municípios – Loures, Mafra, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Com o objetivo de recuperar e valorizar este património histórico-militar, estes seis municípios aliaram-se primeiramente de forma informal, numa designada Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT), tomando iniciativas para a valorização do património edificado existente em cada um dos seus municípios. Com os recursos humanos das câmaras municipais, realizaram os levantamentos arqueológicos, arquitetónicos e históricos. Posteriormente, elaboraram uma candidatura de financiamento no âmbito da EEA Grants³⁸, com a qual dos 152 edifícios inventariados, 30 foram valorizados - acessos, arquitetura, sinalética, em 6 percursos mais pequenos, cada um integra um centro de interpretação. Esta candidatura deu o arranque, do que se constituiria mais tarde, como a Rota Histórica das Linhas de Torres (RHLT).

Simultaneamente e para o aniversário dos 200 anos (2010) das Invasões Francesas, foram realizados vários eventos em suportes muito diversificados, que contaram com participação e apoio logístico da comunidade local. Durante aquele ano comemorativo o trabalho realizado foi muito focado na interpretação e educação patrimonial. Para a preparação de todo o trabalho foi instituída a Comissão executiva e consultiva, que em que cada Câmara Municipal contou com dois técnicos destacados para realização desse trabalho. A Comissão de Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres foi a mentora da ideia da realização do filme “As Linhas de Wellington”, que foi um desafio proposto ao produtor Paulo Branco e que acabou por envolver uma vasta equipa internacional e atores bem conhecidos de todos nós como o Nuno Lopes, John Malkovich, Vitoria Guerra, Soraia Chaves, Catherine Deneuve, entre outros, contando com vários apoios financeiros.

É então criada em 2014 a Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, que atualmente gere a RHLT, sendo a “casa mãe” do projeto. Esta

³⁸ <https://business.turismodeportugal.pt/pt/Investir/Financiamento/mais-oportunidades-financiamento/Paginas/eea-grants.aspx>.

associação tem como sócios fundadores os municípios acima nomeados aos quais mais tarde se vieram a associar os municípios de Bombarral e Lourinhã.

Na gestão desta Rota o papel da associação está essencialmente no que podemos apelidar de *backoffice*, naquilo que é toda a habilitação e preparação de candidaturas capazes de proporcionar capacidade financeira e na instituição de produtos divulgadores como workshops e ações de *networking* com parceiros, sempre focados nos objetivos da sustentabilidade da Rota. Atualmente encontram-se as desenvolver “workshops” de gastronomia da época e ações de *networking* com parceiros e potenciais parceiros no sentido de consolidar esse produto turístico. Estão ainda a elaborar candidatura para a aquisição e utilização de equipamentos de realidade virtual e aumentada.

Cada Centro Interpretativo tem a sua gestão integrada em cada Câmara Municipal e tem como objetivo dar de forma contínua apoio na receção ao visitante disponibilizando a informação já trabalhada e divulgada anteriormente, proporcionando as experiências programadas pela Associação.

Ainda não tem um estudo de públicos, mas têm a estatísticas e alguma informação dada pelas plataformas digitais que têm para marcação de visitas, e referem-se às entradas na rede dos seis Centros de Interpretação afetos à RHLT e as visitas guiadas que os municípios dinamizam no âmbito desta temática. Os dados recolhidos são o número de visitantes e respetiva nacionalidade. Todos os anos, durante os meses de verão, também recolhem informação junto dos visitantes através do preenchimento de um inquérito que permite saber o perfil do visitante nomeadamente, a origem; faixa etária; como teve conhecimento do Centro de Interpretação e se já visitou outros locais da RHLT. No primeiro lugar como visitantes estão, os ingleses e espanhóis, mas recentemente têm vindo a receber mais franceses e brasileiros.

Para a garantia da sustentabilidade da Rota muito tem contribuído desde as primeiras ações tomadas pelos municípios fundadores, a consciência do valor da temática que é transversal a todos os intervenientes, desde o poder político, passando pelos técnicos e munícipes.

Em 2014, a RHLT venceu o prémio *EuropaNostra* (Prémio Europeu no domínio do património atribuído pela Comissão Europeia) na categoria “Conservação”. Neste mesmo ano, a Assembleia da República instituiu o dia 20 de outubro como o Dia Nacional das Linhas de Torres (DNLT).

Após a Direção Geral do Património Cultural ter classificado as Linhas de Torres como Monumento Nacional³⁹ em 2019, no ano seguinte saiu a primeira edição da revista INVADE, revista publicada pela Associação da RHLT. É uma revista dedicada à temática, ao património cultural em geral, ao turismo e ao lazer naquela região.

6.1.3. A Rota do Mármore do Anticinal de Extremoz

Iniciada com um trabalho académico de pós graduação (ISCTE), por Ricardo Hipólito e Carlos Filipe, na Unidade Curricular ministrada pelo Professor Alfredo Tinoco, formalizou-se em 2011 com a constituição de uma associação sem fins lucrativos, designada Centro de Estudos de Cultura, História, Arte e Património (CECHAP), tendo apenas a começado a operar em 2014. A grande impulsionadora da implementação da Rota do Mármores do Anticinal de Extremoz (RMAE) foi a formalização da Associação, que apesar de ter atividades descentradas da Rota, com a disponibilização de uma biblioteca, galeria de exposições, workshops para a comunidade escolar e sénior, e investigação com a edição de várias publicações nas quais teve a parceria da academia – ISCTE-IUL e Universidade Nova de Lisboa, tem nos últimos anos - desde 2018, tido maior desenvolvimento.

Delimitada pelos Concelhos de Borba, Extremoz e Vila Viçosa, esta última onde se encontra a sede da associação, é constituída por percursos integrantes dos municípios que a delimitam, nos quais estão presentes para além das pedreiras que operam na zona, portanto a dimensão geológica e industrial do tema, o património construído em pedra mármores – Igrejas, fontes, estatuária e arquitetura civil. Mais recentemente foram incluídos os municípios de Alandroal e Sousel.

São seus objetivos, a divulgação do património cultural da região o conhecimento da história do mármores, a difusão das memórias e dos saberes artesanais de antigos mestres, contribuindo para uma economia integrada e sustentada no desenvolvimento do território. Visa ainda contribuir, para a valorização do território, sendo um agente ativo na reflexão sobre as diversas problemáticas como o ambiente, resíduos, ordenamento, cultura, museologia, turismo e a economia.

Com dois técnicos – guias, a operarem em exclusivo a Rota do Mármore AE, tem tido maioritariamente a procura por parte da comunidade escolar e sénior e assim também maioritariamente visitantes portugueses. Depois do período da pandemia têm vindo a notar muita diferença do perfil dos visitantes. Têm mais visitantes estrangeiros, do que portugueses,

³⁹ Decreto-Lei nº 10/2019, de 27 de março, Classificação de Monumento Nacional das Linhas de Torres

com prevalência das nacionalidades espanhola, francesa e belga, no entender de Ricardo Hipólito na muito por serem nações com um maior envolvimento histórico com património industrial. Esta informação é trabalhada com base nas estatísticas e na informação disponibilizada através das reservas ou formalização de compra de ingressos. No que diz respeito aos períodos de visitação, também foi notada uma diferença, que se apresenta pela ausência de sazonalidade, passando a ser mais distribuída por todo ano.

Não tendo sido desenvolvido um Plano de Comunicação prévio, a divulgação desta Rota teve como base inicial as redes sociais como o *instagram*, o *facebook* e o *linkedIn*, e mais recentemente as agências de viagens digitais como; o Tripadvisor, da Viator, ou a Civitatis. Têm também realizado investimento no sentido dos motores de busca digitais, o que lhes permite prioridade e destaque na ordem de aparição nas preferências dos utilizadores. Não deixam, no entanto, de ter os panfletos ou desdobráveis ou *flyers* essencialmente presentes na sede, mas também presentes no Posto de Turismo de Vila Viçosa, e em alguns hotéis dos municípios envolvidos que começam agora a solicitar que os disponibilizem também, para que os recomendem aos seus hóspedes.

Como fontes de financiamento tem tido algumas candidaturas de fundos europeus, nas quais, dado o alargado âmbito das suas valências, não tem sido apenas as centradas para a rota, mas tem sido essas que tem dado sustentabilidade à existência da associação e por conseguinte à atividade da Rota.

6.1.4. Quadro comparativo e considerações

Quadro 3 - Comparação dos projetos exploratórios de contexto nacional.
Elaboração própria

Denominação	Rota do Românico	Rota Histórica das Linhas de Torres	Rota do Mármore do Anticlinal de Extremoz
Fatores impulsionadores da iniciativa	Taxa elevada de desemprego na região; Necessidade de infraestruturação; Existência de recursos primários com valor arquitetónico e histórico constantes na Região.	Existência de recursos primário com importante valor histórico de âmbito nacional e europeu;	Projeto em contexto de pós-graduação; Existência expressiva de recursos primários com importante valor geológico com grande expressão na região, nacional e Internacional.
Significado	Valor histórico, cultural relativo ao testemunho de um estilo arquitetónico. Vínculo da comunidade na sua ligação de vivência dos locais no seu ciclo de vida	Valor histórico, marca de um acontecimento de âmbito nacional e internacional.	Valor económico e cultural e científico no âmbito nacional e internacional.
Objetivos	Desenvolvimento e coesão territorial – desenvolvimento ambiental (Saneamento, aterros sanitários, abastecimento de água; recuperação de recursos primários; Dinamização do Turismo e promoção cultural; Apoiar o emprego na região.	Desenvolvimento territorial, - recuperação dos recursos primários; Implementação de um produto cultural; promoção cultural; Dinamização do Turismo;	Desenvolvimento Territorial – Implementação de um produto cultural; Promoção cultural; Dinamização do Turismo
Parceiros oficiais	CCDR, Norte, IPPAR/ DGEMN (atual IP); Turismo de Portugal, IP; Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região do Norte; Igreja Católica – Diocese do Porto; Rota Transromânica; Conselho da Europa; Direção Regional de Cultura do Norte; Turismo do Porto e Norte Portugal.	Turismo de Portugal, IP; Rota Napoleónica Europeia (Destination Napoleón), do Conselho da Europa; https://www.rhlt.pt/pt/socios-rhlt/	Tem tido ajuda informal das Câmaras Municipais na divulgação com informação disponível no Posto de Turismo; Apoio das Universidades: ISCTE e Universidade Nova para publicações e investigação. Rede Nacional do património Cultural Imaterial. https://rotadomarmoreae.com/pt/partners
Implantação Territorial	Região do Vale do Sousa, Douro e Tâmega.	Região Norte da cidade de Lisboa, até Torres Vedras	Área dos Municípios de Extremoz, Vila Viçosa e Borba.

		entre o Atlântico (limite oeste) e o Rio Tejo(limite este);	
Recursos Primários	Construções do estilo românico; Centro de Interpretação em Lousada.	Construções Históricas das Invasões Francesas; Centros Interpretativos (Arruda; Bucelas; Mafra; S. Monte Agraço; Torres Vedras; Vila FX)	Pedreiras localizadas nestes municípios (3 percursos); património edificado com utilização do mármore.
Modelo de gestão	Criação de uma entidade, com equipa técnica própria para a gestão da Rota – Comunidade Urbana do Vale do Sousa (promotora/gestora)em estreita ligação com as Câmaras Municipais.		Criação (2011) de uma Associação (CECHAP) sem fins lucrativos, que desenvolve outras vertentes descentradas da Rota, com alguns recursos humanos próprios.
Modelo de comunicação	Foi desenvolvido um modelo/plano: Desenvolvidas comunicações/conferências da temática/publicações; materiais didáticos , recursos audiovisuais promocionais; linha de <i>merchandising</i> . Sinalética viária. <i>Site</i> próprio.	Sem modelo de comunicação prévio, foi sendo divulgada por cada Câmara Municipal que integrava a PILT. Desde a constituição da Associação RHLT(2014) que é esta entidade que tem essa competência, em paralelo com C. Municipais; <i>Site</i> próprio.	Sem modelo de comunicação prévio. Divulgação através de redes sociais (Instagram; Facebook e linkedIn). Mais recentemente com as as Agências de Viagens – Tripadvisor; viator; civitatis. <i>Site</i> próprio.
Financiamento	Iniciou com Quadro Comunitário de Apoio II (1995-1999). E Q.C.A. III (2000-2006); Fundo Europeu -Ação	Candidaturas a fundos europeus - EEGrants. Bicentenário das Invasões	Fundos destinados a Associações sem fins lucrativos. Candidaturas de âmbito europeu; Doações;

	Integrada de Base Territorial Bilhética.	Francesas Quotas.	Bilhética. Quotas.
Locais virtuais com informação	https://www.rotadoromano.com/pt/	https://www.rhlt.pt/pt/	https://rotadomarmoreae.com/pt

No que ao modelo de gestão diz respeito, verificamos que um dos projetos iniciou de forma individual, sem o envolvimento das câmaras municipais dos respetivos municípios onde a rota se encontra implantada - o projeto da Rota do Mármore do Anticlinal de Extremoz. E apesar do apoio da academia, ao nível dos conteúdos, disponibilizando ferramentas de investigação, foi com a instituição uma Associação de natureza cultural sem fins lucrativos, com apenas alguns recursos humanos disponibilizados a tempo inteiro e outros a tempo parcial, que arrancou e se mantém até hoje.

As outras duas Rotas - do Românico e a Histórica das Linhas de Torres tiveram ambas no seu início a reunião de vários intervenientes em torno do mesmo objetivo e recurso, ainda que comparando se verifique que, a natureza dessa ligação apresenta-se diferente. Ambas se iniciaram com a junção de interesses e esforços que podemos apelidar de supramunicipais. Mas, se a primeira nasce desde logo apoiada pela respetiva entidade de regional (CCDR) e com recursos humanos alocados apenas à sua missão criando ela própria uma entidade -a Rota do Românico do Vale do Sousa, a segunda desenvolve primeiramente trabalho de forma individual em cada município interveniente, mantendo, no entanto, a mesma missão e trabalhando de forma concertada. Verificamos, no entanto, que a Rota do Românico se tem mantido sempre como uma entidade própria alargando os seus intervenientes e território, a segunda acabou por caminhar nesse sentido e desde 2014 tem uma Associação que trabalha exclusivamente para a sua missão, apesar dos seus recursos humanos terem vínculos diferentes. No seu seio as matérias executivas e administrativas têm recursos humanos próprios, o que já não acontece com o objeto técnico cujos recursos humanos são designados por cada município interveniente, em colaboração estreita.⁴⁰

Sobre as parcerias verifica-se que aqui se destaca a Rota do Românico por desde sempre pode contar com parcerias a vários níveis, não só do nível institucional, com os municípios, mas também com os próprios proprietários, nomeadamente as Dioceses, e outros proprietários e intervenientes ao nível dos recursos secundários, envolvendo a restauração e alojamento. A Rota Histórica das Linhas de Torres tem também feito o mesmo caminho apesar de ter vindo

⁴⁰ Estatutos da Associação da Rota Histórica das Linhas de Torres. https://www.rhlt.pt/wp-content/uploads/2022/01/Estatutos_RHLT.pdf.

a ser de uma forma mais intermitente, tendo sido fulcral a comemorações dos 200 anos das Invasões Francesas para que essa abrangência de parceiros se viesse a concretizar.

Numa escala menor, também podemos dizer que a RMAE tem vindo a fazer esse caminho. Em comum todas estas Rotas têm a integração em rotas de âmbito mais alargado quer de âmbito nacional, quer europeu, respetivamente; a Transromântica (RR); a *Napoleon Destination* (RHLT); e a Rede Nacional do Património Cultural Imaterial (RMAE). Assim, podemos concluir que todas têm conseguido envolver parceiros apesar de diferentes dimensões dos mesmos, todas estão agora englobadas em redes de apoio com maior dimensão.

Os modelos de divulgação, ou planos de comunicação são diversos. Enquanto a RR tem mais uma divulgação a nível territorial regional, sendo essencialmente descoberta pelo turista em trânsito, que dela toma conhecimento quer pelos recursos secundários quer pelos centros interpretativos, associados a uma sinalética regionalmente implantada, e com uma comunicação mais dentro da comunidade científica, a RHLT sai um pouco mais da realidade da sua região e da apenas dimensão cultural, quer pela divulgação da sua revista, quer pelo envolvimento do Turismo de Portugal. A RMAE talvez por não ter tanto envolvimento dos municípios, e apesar do apoio e trabalho desenvolvido no âmbito da investigação académica e divulgação no meio, é a que recorre mais as redes sociais e plataformas de “venda”/Divulgação turística, as quais se salienta, têm se demonstrado muito frutíferas, tendo em consideração o incremento de visitantes que tem tido mais recentemente (2022).

Finalmente, sobre o financiamento podemos concluir que todas têm tido financiamento de candidaturas europeias. A RR desde o início, e com financiamentos direcionados mais no âmbito do planeamento territorial. A RHLT não tendo gozado desde o seu início de financiamento europeu acaba por vir a gozar já dentro da dimensão patrimonial e cultural dos seus recursos com o financiamento da EEA Grants, e depois com as comemorações do Bicentenário das invasões francesas. Já para a RMAE, o seu financiamento deve-se a candidaturas mais centradas na atividade de uma associação sem fins lucrativos a CECHAP, portanto mais descentrada da missão da rota em si, mas no âmbito da investigação e desenvolvimento cultural de âmbito alargado.

6.2. Gestão do Património Cultural no contexto internacional, as rotas: três exemplos

6.2.1. Os Moinhos de Kinderdijk – Países Baixos

Na região de Kinderdijk, no cruzamento dos rios Noord e Lek, no sul da Holanda, numa região administrativamente sob alçada de dois municípios o de Molenwaard e o de Alblasterwaard, ergue-se um conjunto de moinhos de vento, registados já desde a Idade Média.

Ao longo dos séculos, com altos e baixos, foi sendo construído um sistema cada vez melhor que inclui moinhos, mas também diques, reservatórios, estações de bombagem, edifícios administrativos que materializam a ação centenária dos Países Baixos na drenagem de partes do seu território e na sua proteção. Os moinhos da região de Kinderdijk-Elshout foram construídos para bombear água entre o rio e as terras baixas. Os 19 moinhos que ainda hoje se encontram no local, foram construídos por volta de 1740, e são parte de um sistema mais alargado de controlo de água que evitava enchentes. Atualmente, são um símbolo do controle de água dos holandeses. Mesmo dentro de uma mesma área, têm designações diferentes também ligadas às suas diferentes tipologias.

Os moinhos estão alinhados em duas fileiras opostas, formando uma imagem espetacular. Este sítio foi reconhecido pela UNESCO como Património da Humanidade em 1997, com a designação de “Rede de Moinhos de Kinderdijk-Elshout”. Associado a esta classificação está a construção do seu centro interpretativo, o qual foi inaugurado pela Rainha Beatriz, em 2019⁴¹, no qual é apresentada a história deste lugar sob três temas: gestão da água, os seus moleiros e inovação.

A sua preservação, no entanto, esteve em causa. Depois do período da II Guerra Mundial no qual os Moinhos de Kinderdijk tiveram uma utilização intermitente, estes acabaram por ficar um período totalmente parados. Este período do pós-guerra foi um período muito difícil para os Países Baixos/Holanda, e foi durante esse espaço de tempo que toda a zona de Roterdão, incluindo Alblasterwaard, teve a sua recuperação urbana e se preparou uma recuperação económica.

Sem dinheiro para a reabilitação e manutenção dos moinhos, estava planeado num estudo desenvolvido para aquela área, dar prioridade à construção de uma estação de bombeamento auxiliar. Nestes planos, os oito moinhos Overwaard estavam na lista para serem demolidos. É

⁴¹ <https://whc.unesco.org/en/news/2028/>.

nesse momento, em 1951 que, como patrona da Associação *De Hollandse Molen*, a Rainha Juliana visita Alblasserwaard, e fez uma visita ao Waardhuis, onde foi recebida por membros do conselho da água Overwaard. Não se sabe exatamente o que foi falado nessa reunião, contudo verificou-se uma reviravolta nos planos para estes moinhos, tendo-se dado desde logo passo no sentido da sua reabilitação.

Durante os meses de verão é ainda possível ver os 19 moinhos em funcionamento. Três dos moinhos - “Windmill de Blokker” de 1630, “Windmill n.º 2 Nederwaard” de 1838 and “Windmill n.º 4 Overwaard” de 1840, estão musealizados visando o conhecimento do seu funcionamento, apresentando a maquinaria em laboração e toda a informação histórica referente estes exemplares, num deles é apresentado um filme a contar a história destes moinhos. Atualmente estão mais dois moinhos a ser recuperados para passarem a ter condições para visita. Este sítio considerado património mundial, dispõe ainda de uma estação de bombeamento de água – Wisboomgemaal, que está musealizada na qual é apresentado ao visitante o funcionamento e história da mesma. No inverno, é possível patinar no gelo formado no canal ao longo de Kinderdijk, transformando-se no local de passeio para muitas famílias.

Associadas aos moinhos existem várias iniciativas, desde visitas guiadas com visionamento do filme acerca destes moinhos; a percursos cicláveis, pedestres e de barco. Para a realização destas iniciativas, este sítio conta com 200 a 250 voluntários, que se distribuem entre o acompanhamento das visitas guiadas, a função de guiar os passeios de barco, a fazerem pequenos trabalhos de manutenção nos edifícios. Conta ainda com 50 a 60 funcionários, os quais estão afetos e distribuídos pela equipa de marketing, pela equipa de gestão, com 9 a 12 moleiros cuja presença é exigida para o devido acionamento funcionamento dos moinhos.

Outras iniciativas, ainda que descentradas da temática, também têm lugar aqui. Disso são exemplo exposições temáticas, como a de fotografia que já é periódica. E com maior dimensão têm concertos de música clássica – um por ano, pelo menos. Anualmente, também ocorre a semana da iluminação, na qual os moinhos são alvo de instalações de *Lightdesign*, ficando assim num cenário diferente durante a noite.

Como Rede de Moinhos de Kinderjik-Elshout, em 2001 foi criada a entidade que gere e operacionaliza este sítio, a qual, para além da preservação e valorização deste património, tem como objetivo maior a transmissão do seu valor patrimonial. A ampliação de competências surgiu com a relativamente recente intensificação do turismo. Para conseguirem o objetivo de uma gestão sustentada, como financiamento base capaz da manutenção destes moinhos e

deste sítio, têm contratos com agências de viagens, em que muitas delas são essencialmente plataformas digitais que comercializam a oferta deste sítio, nomeadamente os cruzeiros fluviais que têm este local como porto, para fruição das experiências proporcionadas por esta equipa.

A construção da interpretação deste sítio de interesse cultural que é transmitida aos visitantes envolveu vários atores que a testaram, várias sensibilidades e saberes, e teve e tem origem neste território. Em primeiro lugar envolve todo o território denominado de Alblasserwaard e transmite a sua autenticidade. Depois, o turismo é um meio e não um fim. Conduzidos pelos valores da UNESCO: preservar o património, protegendo-o e valorizando-o, proporcionando e facilitando o seu acesso, tornam este património um meio de educação para todos os interessados. Fazer o movimento que, parte do turismo de massas com hora marcada e caminha no da aproximação ao turista e visitante que vem consciente do conhecimento/saber que vai adquirir. O percurso de visitação e a experiência proporcionada estão delineadas para uma autêntica experiência patrimonial - tendo a consciência que é um bem seu, ou melhor ainda, adquirindo esse sentimento depois da experiência. Como base importante na transmissão desta “história” está a cultura calvinista intrínseca e presente neste território. Finalmente, esta transmissão é feita em três níveis: Regional/Local, em que se enquadra no ADN da comunidade local, sendo assim, suportada por esta. Desta forma, a mensagem educativa consegue ser partilhada com os visitantes de forma hospitalar, com uma exploração saudável e em equilíbrio com os valores culturais e naturais em presença. No nível suprarregional extravasa a área dos moinhos e de Alblasserwaard, e constitui-se naquela que é a superfície de água Het Verhaal, que toca outras linhas de herança da Holanda do Sul (Região dos Países Baixos) como a antiga linha de água holandesa, Dordrecht e Biesbosch. E nos planos nacional e internacional porque esta estória tem como base um valor universal e está conectada com outros sítios Património Mundial relacionados com a água, nos Países Baixos, conduzindo a um posicionamento que atrai o interesse da comunidade internacional.

Atualmente, estão já a trabalhar em novas matérias que podem ser conteúdos para transmissão de mais conhecimento, as quais tendo palco neste sítio irão ampliar a sua oferta de conteúdos culturais. A comunidade de Alblasserwaard (moleiros, gestores de água, agricultores e cidadãos) está a trabalhar num novo e mais dinâmico equilíbrio com a natureza. As lições do desenvolvimento do Kinderdijk e do Alblasserwaard podem ser úteis para pessoas de todo o mundo. Afinal, as alterações climáticas ameaçam tornar inabitáveis muitas partes do mundo: a biodiversidade está sob pressão, o nível do mar está a subir, as cidades nos deltas estão ameaçadas pela água, outras áreas estão a secar, os solos estão a diminuir e a

escassez de alimentos está iminente. Os Países Baixos passaram 750 anos a desenvolver competências para resolver estes problemas por si próprios:

"Há 750 anos que mantemos a natureza sob controlo com a ajuda de moinhos, estações elevatórias, drenagens e diques de anel. Tem sido tudo sobre sobreviver e manter o nosso pólder habitável. Os efeitos a longo prazo de 750 anos de gestão holandesa da água de diques e drenagem apresentam-nos novos desafios"⁴².

A Holanda, que já teve 10.000 moinhos de vento, atualmente tem mais de 1.000 moinhos verticais considerados como históricos. É o país do mundo que tem mais moinhos preservados. Os moinhos verticais dividem-se em vários tipos, como o moinho de poste, moinho de poste oco, moinho de torre e moinho "smock" ("bata", assim chamado por lembrar esse tipo de roupa). Todos são, na verdade, variações do moinho de poste, no qual um poste é erguido verticalmente e suas pás podem ser giradas na direção do vento. Os outros tipos de moinhos de vento verticais alargaram a área interior do poste, para servir de casa ao moleiro.

Cada tipologia tem um propósito específico: bombeiar água, manter as terras baixas secas, serrar madeira, ou moer grãos.

São muitos os territórios do país conhecidos pelos seus moinhos. Atualmente quase todos recebem visitas, fazendo parte dos percursos turísticos: Moinhos de Socheiam – São os mais altos do mundo. Dos 20 moinhos originais, restam apenas cinco. Em 2006, construíram uma turbina eólica na área com a aparência de um moinho de vento original; Zaanse Schans - uma das atrações turísticas mais populares do norte da Holanda, tem uma coleção de casas e moinhos de vento históricos para as pessoas verem como a Holanda era nos séculos anteriores; Amsterdão – a cidade tem oito moinhos de vento. Desses, o Molen van Sloten serve para drenar terras, o De Otter é o único moinho para serrar madeira ainda em operação e o Gooyer fica ao lado da Brouwerij 't IJ, uma popular cervejaria.

Com todos os municípios detentores de sítios com moinhos, ou com moinhos isolados integrados, a trabalhar em rede e em uníssono para valorização do moinho holandês, sustentam o símbolo de identidade dos Países Baixos. Para atingirem este objetivo contam ainda com várias agências governamentais e com o Conselho Nacional da Água. Várias organizações do âmbito do Turismo têm laços e se auxiliam das valências deste Sítio do Património Mundial. A Holanda assinala o Dia Nacional dos Moinhos no segundo sábado de maio.

⁴² Excerto da entrevista realizada a Paul Golembiewski, coordenador da equipa de moleiros e responsável pela manutenção dos 19 moinhos e por todos os locais integrantes do percurso de visitação deste sítio.

6.2.2. Os moinhos de vento da Consuegra – Espanha

Integrada na região de Castilla-la-Mancha, a Cidade de Consuegra, dista de Madrid 133 km, e atualmente, ainda possui 13 moinhos de vento.

Constituindo uma imagem singular e inesperada de quem se aproxima vindo da planície de Consuegra, os moinhos situados num monte, onde o vento polar de outono os fazia acionar na sua plenitude, datam do início do século XVI, serviam para transformar trigo em farinha e apesar de terem parado de funcionar no século XX, têm sido alvo de várias operações de reabilitação e conservação desde as suas últimas décadas.

A Rota dos Moinhos da Consuegra é circular e facilmente acessível, uma vez que os moinhos se encontram a pouca distância uns dos outros. Está integrada dentro de uma rota de âmbito territorial mais vasta, dedicada e com base na novela medieval de literatura universal D. Quixote de La Mancha, sendo considerada como o primeiro Itinerário Cultural Europeu baseado numa personagem literária, e um dos percursos de ecoturismo mais importantes da Europa. Neste percurso são divulgados os famosos episódios quixotescos, locais inesperados, lendas que remontam ao século do ouro espanhol, batalhas heroicas, amores de fronteira, tradições enraizadas que foram transmitidas de geração em geração, belas paisagens naturais, um valioso património e todo um paraíso gastronómico aliado às Denominações de Origem Controlada.

Os doze moinhos que estão recuperados têm nomes ligados à obra de Cervantes. Os moinhos são: Sancho, Rucio, Bolero, Espartero, Mochilas, Mambrino, Vista Alegre, Cardeño, Alcancía, Chispas, Canallero del Verde Gabán e Clavileño. Estes moinhos são utilizados duas vezes por ano para as festas da cidade. Quatro deles conservam a maquinaria em bom estado. Destaca-se o Moinho Sancho, do século XVI, com o mecanismo de moagem operacional é nele que se realizam visitas guiadas nas quais é explicado o seu modo de funcionamento. O Mambrino é uma loja de artesanato, o Bolero é um posto de Turismo, e outro Canallero del Verde Gabán é um restaurante/bar gastronómico.

Estes moinhos são o cenário da festa da Rosa de Açafrão, de Consuegra, que se realiza no final de outubro desde 1963. Com o objetivo de divulgar a essência cultural de Castilla-la-Mancha, através da gastronomia, artesanato história e tradições populares, a programação deste evento é muito variada, tendo início com a aclamação de Dulcinea e das Damas de Honra. De entre as suas atividades destacam-se “a moagem da Paz e do Amor”, que tem lugar no moinho Sancho triturando para a ocasião, trigo, para transformá-lo em farinha; são realizados concursos de monda da Rosa de açafrão, que consiste na separação do açafrão da

sua flor no menor tempo possível. Os açafroeiros são os grandes protagonistas desta festa; uma atividade de cozinha tradicional manchega e um festival folclórico, no qual participam grupos de toda a região. Exposições, atividades culturais e competições desportivas completam o programa.

Esta Rota é gerida pelo *Ayuntamiento de Consuegra*, através da Oficina de Turismo de Consuegra. E como objeto crucial os moinhos de Consuegra, têm apresentação e divulgação no Portal Oficial do Turismo de Espanha.

Em Espanha existem muitos outros roteiros que têm como objeto principal moinhos. Associados aos de Consuegra existem os de Madrilejos; os El Romeral, Tembleque e o roteiro Mota del Cuervo, Belmonte. Os Moinhos do Folón e do Picón, são um grupo de 67 moinhos dispostos em cascata, declarados *Bem de Interesse Cultural*, pela Junta da Galiza, por constituírem parte do rico património etnográfico da comarca do Rosal, encontrando-se já mencionados em documentos do século XVII. Atualmente, existe uma rota de “trekking” assinalada, com a possibilidade de fazer visitas guiadas gratuitas, que têm também como objetivo apresentar o funcionamento desses moinhos.

Em Portugal a Borealis é uma agência de viagens e animação turística portuguesa, que desenvolve atividades centradas no turismo de natureza, trekking, experiências e tradições, expedições e viagens. A Rota de D. Quixote é um produto cultural, divulgado e operacionalizado pela Borealis.

O Tripadvisor operacionaliza a venda desta rota associada à cidade de Madrid e Toledo numa excursão de um dia (10h) com várias e opções de escolha de visita. Numa associa a experiência com prova de vinhos e gastronómica.

O site da *National Geographic* Portugal dedicou á Rota de D. Quixote de La Mancha uma matéria/peça a 21 de abril de 2022.

6.2.3. Os moinhos de Lassithi – Grécia

Desde o século XV, época em que os Venezianos ocuparam Creta, o moinho de vento é um símbolo do planalto Lassithi (altitude: 860 m). Como a mais pequena parcela cultivável possui o seu próprio moinho, o território chegou a contar cerca de 14 000, espalhados por 24 km². São de facto pequenas eólicas que servem essencialmente para irrigar as culturas de batata, especialidade do planalto.

A partir dos anos 70 do século XX o êxodo dos jovens e a depressão agrícola provocaram a degradação desta componente típica da paisagem local: por falta de manutenção, um número cada vez maior destes belos pequenos moinhos brancos foi caindo em ruínas.

Conscientes do risco de desaparecimento deste património único, alguns responsáveis locais decidiram restaurá-los e utilizar este símbolo de identidade como um trunfo para o desenvolvimento integrado do planalto de Lassithi. Coletividades locais, cooperativas agrícolas, cooperativas de mulheres e associações culturais constituíram uma agência de desenvolvimento que se tornou membro do grupo LEADER I⁴³. Um longo processo de sensibilização da população foi de seguida empreendido. Uma vez aceite a ideia pela maioria dos residentes, o Grupo de Ação Local (GAL) organizou um programa de formação: 20 pessoas, jovens em maioria, aprenderam a construir e a restaurar os moinhos com a ajuda de artesãos, geralmente idosos e únicos detentores deste saber-fazer. A Escola Politécnica de Atenas também colaborou e cada participante na formação teve de restaurar um moinho.

Foi de seguida realizado um inventário dos moinhos e 300 deles foram selecionados para a operação de restauro em grande escala que decorreu entre abril e dezembro de 1995, e que beneficiou tanto os jovens, que foram empregados para efetuar o trabalho, como os artesãos e pequenas empresas locais, que produziram materiais e peças necessárias à reabertura dos moinhos. Esta operação inscreve-se num programa mais vasto de valorização do património, que também implicou a abertura de um Museu das Tradições locais em 1995, o restauro de um convento com vista à sua transformação em Museu da História Natural, a criação de pequenos restaurantes e alojamentos turísticos.

Todas estas ações visam o melhor aproveitamento do turismo de passagem, pois o planalto (situado a 40 km da costa) atrai entre 180.000 e 200.000 visitantes por ano.

O restauro dos moinhos representou um investimento de 279.583 ECU, sendo 20.000 para formação, 100.000 ECU em salários e 159.583 em materiais locais.

A situação económica deste planalto de difícil acesso continua a ser muito frágil, mas a reabilitação dos moinhos que embelezam a paisagem, a valorização dos saber-fazer locais tradicionais e o aumento sensível das capacidades de acolhimento contribuem para a consolidação dos empregos existentes e até para a criação de novos e convencem a população de que é possível haver futuro para o seu território.

⁴³ O programa LEADER, introduzido em 1991, é o método participativo e ascendente da UE para a política de desenvolvimento rural, tendo posteriormente sido alargado às zonas costeiras e urbanas. Centra-se em grupos de ação local (GAL) e grupos de ação local da pesca (GAL-Pesca) compostos por membros dos setores público e privado das comunidades rurais ou costeiras. Os grupos de ação local incentivam as comunidades a contribuírem para a conceção de uma estratégia de desenvolvimento local e são responsáveis pelo lançamento e financiamento de projetos destinados a satisfazer as necessidades locais.

6.2.4. Quadro comparativo e considerações

Quadro 4. Comparação dos projetos exploratórios de contexto internacional.
Elaboração própria

	Países Baixos	Espanha	Grécia
Denominação	Moinhos de Kinderdijk	Moinhos de Consuegra	Moinhos de Lassithi
Fatores impulsionadores da iniciativa	Após a II Guerra Mundial, procura de identidade dos Países Baixos.	Após a integração de Espanha na Comunidade Europeia, goza de apoio institucional.	Iniciativa de entidades políticas para preservação de símbolos de identidade local, sem preservação a iniciar processo de degradação acelerada.
Significado	Valor histórico, cultural e científico relativo ao testemunho tecnológico. Pela posição territorial e na paisagem. Pelo vínculo da comunidade na sua ligação de vivência quotidiana. Importância de âmbito nacional.	Valor histórico e cultural. Pela posição territorial e na paisagem. Incluído no valor cultural pela literatura alcança o âmbito internacional	Valor cultural e científico relativo ao testemunho tecnológico. Pela posição territorial e na paisagem. Pelo vínculo da comunidade na sua ligação de vivência quotidiana. Importância de âmbito nacional.
Objetivos	Recuperação de imóveis de interesse Cultural e identitário. Promoção cultural interna e externa. Dinamização do Turismo. Criação de uma imagem identitária e uma marca.	Recuperação de imóveis de interesse Cultural e identitário. Promoção cultural interna e externa. Dinamização do Turismo. Criação de uma imagem identitária e uma marca.	Recuperação de imóveis de interesse Cultural e identitário. Promoção cultural interna e externa. Dinamização do Turismo. Criação de uma imagem identitária e uma marca. Desenvolvimento territorial, local.
Parceiros oficiais	Casa Real dos Países Baixos;	Turismo de Espanha.	Autoridade Metropolitana de Lassithi, Agios Nikolaos. Escola Politécnica de Atenas
Implantação Territorial	Comunidade de Alblasserwaard	Consuegra, Região autónoma de Castilla la Mancha	Região de Lassithi.
Recursos Primários	Moinhos; Estação de Moagem; Centro Interpretativo	Moinhos; Castelo Medieval	Moinhos
Modelo de gestão	Teve sempre uma entidade própria de gestão, a qual foi reforçada, aquando da classificação pela UNESCO como	É gerido pelo Ayuntamiento da Consuegra, nomeadamente, pela oficina de Turismo da	É gerido pelo Município de Tzermiado. Mas grande parte dos moinhos são propriedade privada. Há algumas unidades integradas num museu etnográfico.

	Património Mundial.	Consuegra.	
Modelo de comunicação	Estão presentes nas plataformas digitais de venda, como a Tripadvisor ou a civitatis e outras equivalentes. Site próprio.	Estão presentes nas plataformas digitais de venda, como a Tripadvisor ou a civitatis e outras equivalentes. Integrado no Site do turismo da Consuegra.	Estão presentes nas plataformas digitais de venda, como a Tripadvisor ou a Civitatis e outras equivalentes. Estão integrados no site do Museu do Homo Sapiens. Não têm site.
Financiamento	Iniciou com a ajuda aos países assolados pela II guerra Mundial. Decorrente da Classificação Património Mundial pela UNESCO.	Não foi possível saber.	Ações Comunitária de Desenvolvimento e Economia Rural - Leader I
Locais virtuais com informação	https://kinderdijk.com/	https://www.consuegra.es/es/ https://www.spain.info/pt_BR/lugares-interesse/cerro-calderico-doce-molinos/	https://www.greeka.com/crete/lassithi/sightseeing/windmills/

O projeto holandês começou de forma individual, tendo como apoio institucional a família real e as políticas atribuídas a nível nacional sequentes à II Guerra Mundial, desenhadas para a construção dos países assolados pelo holocausto. Os outros dois projetos vêm a sua viabilidade após a integração na União Europeia. Espanha em 1986 e Grécia em 1981.

Em Espanha os moinhos têm vindo a ser recuperados desde 1986, com a instalação de uma Escola Profissional em Consuegra. Os da Grécia com o programa Leader instituído em 1991, gozaram das suas políticas de desenvolvimento rural, também com uma parceria protocolada com a Escola Politécnica de Atenas que visou a sua recuperação. Portanto a todos foi alocado financiamento vindo do exterior com de programas que visam o impulso do desenvolvimento daqueles territórios.

Todos os projetos identificaram, de forma prévia, os recursos que tinham e o seu valor identitário para as respetivas comunidades. Na sua gestão o caso dos Países Baixos é o que tendo iniciado de forma isolada e com gestão própria, é o que mais tem tido uma continuada operacionalidade no território. Quer em Espanha, quer na Grécia são locais que vêm a sua

gestão dependente de eventos turísticos, ou da gestão determinada por entidade com uma abrangência mais alargada do que apenas a estas construções – os moinhos e a sua história. O caso da Grécia parece mesmo que, alguns exemplares integrarão uma gestão muito “caseira” com um museu de carácter quase privado. Todos fazem parte de pacotes de turísticos associados a circuitos de entretenimento e lazer, apostando na classificação de Património Mundial da Unesco, o caso dos Países Baixos, teve um grande incremento quer ao nível das infraestruturas, quer aos conteúdos disponibilizados, sendo o caso que mais se destaca pela positiva naquilo que é a estruturação da sua programação e interpretação de âmbito cultural.

CAPÍTULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1. Considerações finais sobre os projetos exploratórios

Na reflexão realizada aos projetos exploratórios da presente investigação e aos seus modelos de gestão, considerando a sua organização funcional, podemos distinguir três casos: os que têm uma equipa própria – a Rota do Românico e os Moinhos de Kinderdijk; os que para seu apoio e desenvolvimento foi criada uma entidade, uma associação – A Rota Histórica das Linhas de Torres e a Rota do Mármore do Anticlinal de Extremoz; e os que são geridos pelos próprios municípios – os moinhos da Consuegra, e os moinhos de Lassithi.

Encontramos transversalidade em outros temas. Quanto aos parceiros todos têm tido parceiros institucionais quer do sector governativo quer do sector académico. E no desenvolvimento do projeto têm envolvido parceiros do sector privado, nomeadamente, nos recursos secundários das suas rotas. Neste ponto importa salientar a importância dos parceiros como as agências de viagens presentes como plataformas digitais têm nos projetos que não têm entidade própria, uma vez que são estes que mantêm visibilidade destes projetos de forma continuada, com especial importância para os Moinhos da Consuegra e os de Lassithi.

E todos estão integrados em redes de maior dimensão dentro da mesma temática ou com eles relacionada, ficando só a dúvida dos moinhos de Lassithi que não conseguimos saber.

No acesso ao financiamento todos têm tido acesso a programas de nível europeu, sendo que aos dois para os quais foram criadas entidades próprias desde o seu início e se mantém – Rota do Românico e Moinhos de Kinderdijk, tiveram no seu começo programas financeiros para eles desenhados. A Rota do Românico, claramente, com a resolução do conselho de ministros nº 164/97 de setembro, e os Moinhos de Kinderdijk podemos inferir num primeiro momento pela reviravolta que aconteceu ao seu destino após a visita da rainha Juliana, que no âmbito do financiamento recuperação dos territórios após a segunda guerra mundial, passaram de integrados num plano que estabelecia a sua demolição, a um outro que estabeleceu a sua recuperação e valorização, e num segundo momento aquando da sua classificação pela UNESCO.

Exceção feita à Rota do Mármore AE, todos têm os municípios envolvidos no investimento que é feito para sua operacionalidade. Sendo que todos têm uma abrangência supramunicipal, seja pela entidade que atende sua missão que tem essa dimensão – Rota do Românico, Rota Histórica das Linhas de Torres, Moinhos de Kinderdijk ou chama a si esse

desígnio - a Rota do Mármore AE, seja porque, tendo como parceiros, entidades institucionais com essa dimensão, acabam por ser geridos nessa ótica, os moinhos da Consuegra com o Turismo de Espanha, quando englobado na Rota de D. Quixote de la Mancha, e os Moinhos de Lassithi pela Autoridade Metropolitana de Agios Nicolau.

Relativamente á sua comunicação, todos os projetos usam o suporte digital.

Exceção feita aos Moinhos de Consuegra e aos Moinhos de Lassithi, todos têm site próprio, sendo que o projeto de Espanha encontra destaque no site oficial do turismo da Consuegra. Estes estão também presentes nas redes sociais.

Verificamos ainda que os projetos têm uma comunicação muito próxima com a comunidade local e com a comunidade científica, sendo palco ou participando de eventos de carácter científico ou com publicações, sobre a temática ou a eles relacionados. A Rota Histórica das Linhas de Torres tem mesmo uma publicação - a revista INVADE. Realizam ainda, workshops ou programas dedicados à comunidade educativa. Os Moinhos de Lassithi no princípio também muito próximos ou envolvendo a Comunidade Local e Científica não nos foi possível aferir se ou como mantém essa proximidade.

Já, acima, foi nomeada a importância das plataformas digitais de agências viagens nestes projetos, onde se constata que essa importância se repercute de forma inversa, relativamente à ao grau de vínculo da entidade gestora. A Rota do Românico numa pesquisa rápida através de um dos motores de busca, verifica-se que é a menos ligada a estas plataformas, estando mais presente na informação veiculada pelos *sites* de entidades institucionais governativas parceiras.

Ainda dentro da comunicação entendida como Marketing Cultural, todos têm iniciativas como eventos que os divulgam. Na Rota do Românico usando os seus recursos principais, os edifícios, nomeadamente as igrejas, com concertos de música; a RHLT nomeamos aquele que teve muita importância no seu desenvolvimento, como a o Bicentenário das invasões francesas e todos os eventos culturais dele sucedidos, o jogo para crianças em parceria com a Science4you, e os eventos de turismo de natureza, com as caminhadas a divulgarem os lugares e fortes e ligados às linhas de defesa. A Rota do Mármore com as exposições de escultura utilizando o mármore como suporte. Os moinhos de Kinderdijk com o concerto de música clássica no seu sítio e o festival de iluminação tendo os moinhos como suporte. Os moinhos da Consuegra com o seu festival anual da Rosa Açafrão e a sua ligação à Rota de D. Quixote de La Mancha, e por fim os moinhos de Lassithi com a integração de alguns exemplares no Museu do Homo Sapiens, apesar da dimensão deste último. Verificamos que, associando os recursos patrimoniais ou sendo lugar de apresentação de outras manifestações

culturais ou outras que os envolvam, é-lhes acrescentado valor e é fator de divulgação e aproximação com as comunidades.

Verificámos que, - apesar de não termos essa informação relativamente aos casos internacionais, todos os outros projetos detêm mecanismos capazes de lhes aportar informação capaz de realizar uma aferição de quem é o seu público, sendo que a Rota do Românico tem já o seu estudo, realizado em dois momentos.

Por fim, é de salientar que a Rota do Românico tem também realizado um mecanismo de aferição e garantia de qualidade, com a implementação do selo da Rota do Românico às iniciativas de parceiros.

Tendo em consideração a confrontação efetuada entre os projetos e as entrevistas realizadas, podemos dizer que:

A existência de uma entidade dedicada à missão, com recursos humanos próprios é relevante para a sua continuidade da sua operacionalidade e para a que garantam uma comunicação de qualidade.

Que para a sustentabilidade todas envolvem a dimensão turística e que a sua importância é inversa à capacidade que a entidade gestora tem de veicular a dimensão cultural. No entanto, mesmo os Moinhos de Kinderdijk têm necessidade de ter parceiros do sector turístico.

E para todos foi vital o financiamento em programas de âmbito de recuperação territorial, envolvendo a União Europeia.

7.2. Perspetivas para os Moinhos do Barreiro

Após a concretização deste trabalho, importa apresentar a opinião e as sugestões fundeadas no conhecimento que nos proporcionou, inscrevendo o que cremos ser um contributo para o caminho a ser feito na elaboração do projeto dos Moinhos do Barreiro.

O comprometimento com o projeto parece-nos vital. E nesse comprometimento cabe recursos humanos dedicados ao mesmo, técnicos e executivos capazes de estabelecer parcerias, nomeadamente institucionais com capacidade de alavancar o seu início. Pudemos verificar isso com todos os projetos. Mas, as parcerias figuram essenciais em todo o desenvolvimento dos projetos, e verificámos como no trajeto de todos os projetos, a ampliação da natureza e do espectro das parcerias é fundamental para a sustentabilidade dos mesmos. Por exemplo, Kinderdijk começa com parcerias institucionais, como a casa Real dos Países Baixos. E seguiu aliando outros ao longo do percurso, com um salto vital com a classificação pela UNESCO que proporcionou mecanismos essenciais, nomeadamente, a

criação de uma entidade própria. E nesse percurso não deixou de se apoiar na dimensão mais turística e de se aliar aos parceiros desse sector para garantia de sustentabilidade, com a integração dos agentes de viagens, nomeadamente, dos cruzeiros fluviais.

Depois assistimos à importância de no âmbito do financiamento a sujeição a candidaturas desenhadas dentro das temática ou com ela de alguma forma relacionada. Vimos como o *EEGrants Portugal* foi relevante para o projeto da Rota Histórica das Linhas de Torres. E pudemos concretizar com a indicação que, existe dentro desse mesmo mecanismo financeiro um aviso, destinado ao património Cultural Património Cultural destes territórios costeiros⁴⁴. Mas, existe ainda uma multiplicidade de possibilidades com o estabelecimento de parcerias com a academia ou com instituições ela relacionada como por exemplo, com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, ou com outros programas de âmbito europeu como o Europa Criativa.

Depois vimos como a inovação e criatividade, concretizada no *Marketing Cultural* importam na comunicação e criação de vínculo com as comunidades. Com a realização de eventos, muitas vezes descentrados da temática da rota, sendo incluídos e inclusivos de uma política cultural global, socorrendo-se de referências culturais diversas, complementares que apelem e criem dinâmicas amplas, que renovem e originem comunidades e cumplicidades de gosto. Será assente na criatividade e inovação das suas narrativas, que melhor o poderemos comunicar o Património Cultural, diríamos até preservar, garantindo a sua verdade e identidade. E como exemplo podemos dar a Rota do Românico, os Moinhos de Kinderdijk com os concertos de música clássica e o festival de Iluminação, e a Rota Histórica das Linhas de Torres com as Comemorações do Bicentenário das Invasões Francesas.

Cremos haver, no Barreiro, espaço de diálogo para se caminhar nesse sentido. E disto que dizemos, damos o exemplo da reconstrução que foi realizada de um dos exemplares de moinhos de maré que fazem parte do património moageiro existente no território do Barreiro. Estando já muito degradado, e muito embora fosse aquele que mais de perto a comunidade barreirense estava mais ligada, pela proximidade que tem à área urbana, e pelas sucessivas refuncionalizações, sempre ligadas à função de moagem – moinho, casa do moleiro, armazém de cereais, ao invés de se fazer uma reconstrução conservadorista do pré-existente, foi construído um edifício, numa abordagem mais próxima da critica de conservação, com uma volumetria apoiada na imagem cognitiva de âmbito popular geral e iconográfica produzida, de um moinho de maré, em alvenaria de betão à vista, apresentando um grande vão envidraçado.

⁴⁴ <https://www.eegrants.gov.pt/pt/programas/cultura/concursos/desenvolvimento-local-atraves-da-salvaguarda-e-revitalizacao-de-patrimonio-cultural-costeiro-aviso1/>.

Atualmente, tem a função de *Wellcome Centre*, do Sítio de Interesse Municipal de Alburrica e Mexilhoeiro, e é aqui que são iniciadas as visitas guiadas, a este Sítio de Interesse Municipal.

E mais recentemente a iniciativa que teve lugar por altura das festas de verão do Barreiro, no qual esse mesmo centro de acolhimento ao visitante, foi por esse período de tempo um bar com uma ampla esplanada que serviu de encontro e convívio à população Barreirense e a quem visitou o Barreiro durante esse período.

O Barreiro é detentor de um rico património industrial. É importante que este projeto possa fazer ligação com esse património.

A elaboração desta investigação teve o seu impulso numa iniciativa da Câmara Municipal do Barreiro. Pretende-se assim, que esta entidade pela inherência do seu âmbito institucional, lhe permaneça estreitamente ligada. Acreditamos que, será indispensável a colaboração sistemática e intensa da autarquia com a iniciativa privada, e que só esta convergência, o poderá sustentar uma estratégia cultural a esta aplicada. Sabemos que nem sempre será fácil, muito embora se venha fazendo um caminho cada vez mais consistente na desmistificação da importância do valor económico do Património Cultural, ainda que existe um grande preconceito, que o torna quase intocável desse ponto de vista. A esta ideia também não é alheio o facto de ser uma figura da esfera do coletivo, não podendo assim, uma minoria tirar partido daquilo que é de todos. Sobre isto que dizemos, e a contrariar, veja-se o exemplo da Rota do Românico que para além da recuperação dos seus recursos construídos, tem levado a o desenvolvimento dos territórios da Comunidade intermunicipal do Vale do Souza, Douro e Tâmega. Somos de opinião do que defende, David Throsby, que os objetivos das políticas culturais incluem objetivos económicos. O autor menciona que na criação das políticas culturais têm de se ter em conta os valores culturais como também os valores económicos. As dimensões económicas, que são de interesse público e atualmente uma prioridade para as políticas públicas, são evidentes em áreas como as artes, o cinema e todo o património cultural.

Durante muito tempo, em amplos sectores da área cultural, existiu um preconceito anti mercado e a crença numa incompatibilidade ou necessária oposição entre produção cultural e circulação mercantil. e é provável que essa crença nunca tenha sido mais que uma mistificação ideológica é, no entanto, evidente que, ao longo das duas últimas décadas, se foi tornando óbvio que cultura e indústria ou arte e mercado teriam de ser pensados em conjunto sob pena de nada se compreender da situação contemporânea e de, portanto, nela se não poder intervir eficazmente. Tornou-se claro para todos os agentes culturais que o mercado é uma dimensão decisiva da existência social de quaisquer bens culturais nas sociedades atuais e

que, portanto, as dimensões mercantis da atividade artística têm de ser pensadas em articulação com as dimensões criativas sob pena de se abdicar da capacidade de ter qualquer intervenção cultural consistente e também, portanto, de fazer política cultural de um modo eficaz. (Melo, 2016) Somos também de opinião que para a sustentabilidade deste projeto será da maior relevância, em termos operacionais, «fazer corpo» com os nomes, pólos, elos e círculos artísticos e culturais com mais dinamismo e potencialidade em cada conjuntura e contexto social específicos, quer sejam associados ao território circunscrito do município, quer ainda no âmbito nacional. (Melo, 2016)

Por último, muito embora este trabalho incida sobre uma ideia de desenvolvimento de um projeto num território de âmbito municipal, não queremos deixar de frisar a importância do envolvimento de nível supramunicipal. Vimos a importância que tem tido a Rota do Românico no desenvolvimento dos territórios do Vale do Sousa, Douro e Tâmega, com as dinâmicas geradas, primeiro com a recuperação dos seus recursos primários – as construções de estilo românico; construção dos Centros Interpretativos e toda a dinâmica educacional, de produção cultural e científica envolvendo estes recursos; sucedendo-lhe a associação dos recursos secundários de restauração e alojamento.

O estuário do Tejo, nomeadamente margem esquerda, tem recursos para isso. Há mesmo notícia de que, no tempo do seu apogeu, entre os séculos XV e XVII, serem mais de sessenta moinhos de maré. Atualmente, no concelho do Seixal ainda existem quatorze, sendo que se destaca o Moinho de Maré de Corroios, pela sua recuperação, a qual é já referência internacional. Atualmente testemunha um importante passado da região e funciona como um centro interpretativo, oferecendo a todos os visitantes uma exposição de longa duração denominada 600 Anos de Moagem no Moinho de Maré de Corroios. O moinho de Maré de Alhos Vedros do concelho da Moita, igualmente recuperado alberga um espaço cultural polivalente. Neste último, concelho preexiste ainda um moinho de vento recuperado. E finalmente o Moinho de Maré do Montijo, igualmente recuperado e também de propriedade do município.

Assim, aproveitamos a oportunidade para inscrever um repto à Comissão de Coordenação de Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo e aos presidentes destas autarquias para que um projeto sustentado nos valores culturais da indústria moageira em presença neste território possa avançar. Lembrando que, de nada nos valerá dizer que em tempos existiram sessenta. Que os tivemos, mas, já não temos. Nesta questão do Património edificado, uma vez perdido nunca mais será recuperado.

Cientes que, não bastará, - apesar da importância que têm as plataformas digitais na comunicação deste património cultural, como já anteriormente vimos, que este património figure nessas plataformas⁴⁵. Cremos ser necessário mais, para um desenvolvimento territorial assente neste património, será necessário a criação de uma entidade, - em associação ou não, com uma missão e recursos humanos a este projeto dedicados, capaz de estabelecer parcerias a qual seja merecedora do comprometimento de atores chave, nos quais se incluí executivos e parceiros institucionais.

Outros há a fazerem esse caminho. É o caso dos Moinhos de Lousada⁴⁶.

7.3. Conclusão

A realização deste trabalho veio proporcionar o conhecimento sobre as fases e as possibilidades de caminhos para a implementação de uma rota de carácter cultural e turístico e os impactos e os processos que as entidades gestoras e as parcerias estabelecidas têm no concretizar desses projetos. Veio também reforçar a ideia de que, os programas financeiros aliados ao comprometimento dos executivos decisores são fundamentais para essa implementação tenha lugar.

Foi valorizado pela generosidade e disponibilidade dos entrevistados. E criou a oportunidade de conhecer os projetos selecionados mais profundamente, dando-nos a ideia do trabalho desenvolvido em diversas dimensões, que já se tornaram emblemáticos nesta tipologia de projetos culturais.

Durante a elaboração deste trabalho o constrangimento mais importante teve a ver com a indisponibilidade para a realização de uma entrevista de dois dos projetos selecionados – os Moinhos de Consuegra e os Moinhos de Lassithi.

⁴⁵ <https://lisboasecreta.co/os-moinhos-de-mare-da-margem-sul-do-tejo/>

⁴⁶ <https://www.sousasuperior.pt/destinations/parque-molinologico-e-florestal-de-pias/>

FONTES

Legislação

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, *Diário da República*, I Série- A, n.º 209. Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural.

Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, *Diário da República*, 1ª Série, n.º 173. Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de maio, *Diário da República*, 1ª Série, n.º 119. Define o quadro regulamentar dos planos diretores municipais.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, *Diário da República*, I Série, n.º 93. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJGIT).

Resolução do Conselho de Ministros nº 164/97 de 25 de setembro, *Diário da República*, I Série-B, n.º 222. Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa (PROSOUUSA).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril, *Diário da República*, 1 Série-B, n.º 62. Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo (PROTAML).

Decreto-Lei nº 10/2019, de 27 de março, *Diário da República*, I Série, n.º 61. Classificação de Monumento Nacional das Linhas de Torres.

Decreto-Lei n.º 161/2019, de 25 de outubro, *Diário da República*, I Série, n.º 206, Fundo Revive Natureza.

Conselho da Europa (2005), *Convenção-Quadro sobre o valor do Património Cultural para a Sociedade do Conselho da Europa* [Convenção de Faro].

ICOMOS (1999), *Carta Internacional do Turismo Cultural*.

UNESCO (1945), *Convenção que constitui a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* [texto constitutivo da UNESCO].

UNESCO (1976), *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea*.

UNESCO (2003), *Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.

Fontes Administrativas

Autoridade Tributária e Aduaneira, Serviço das Finanças, www.portalfinancas.pt acedido a 24/10/2023

Câmara Municipal do Barreiro (2017), *Estratégia para a Valorização do Património Moageiro do Barreiro*, Divisão de Planeamento, Ambiente e Mobilidade, Divisão do Património Cultural, pp. 10-14; 17-19.

Câmara Municipal do Barreiro, (2010-2021), *Grandes Opções do Plano*, Divisão Financeira e Patrimonial.

Câmara Municipal do Barreiro, *Plano Diretor Municipal do Barreiro*, 2.ª geração (em elaboração), Divisão de Planeamento, Ordenamento do Território e Informação Geográfica.

Câmara Municipal do Barreiro (2017), *Procedimento de Classificação como Sítio de Interesse Municipal o espaço característico envolvente de Alburrica e Mexilhoeiro*, Divisão do Património Cultural.

Comissão Europeia, Futurium, Plataforma de Políticas Públicas, <https://ec.europa.eu/futurium/en/culturecultural-heritage/final-action-plan-partnership-culturecultural-heritage.html> Acedido em abril 2021

Conservatória do Registo Predial do Barreiro, Livro de Escrituras Diversas livro n.º 5

Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (2015-2019), *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Região de Lisboa*, Lisboa: ERTL

Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa (2020-2024), *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo da Região de Lisboa*, Lisboa: ERTL

Estatutos da Associação da Rota Histórica das Linhas de Torres. https://www.rhlt.pt/wp-content/uploads/2022/01/Estatutos_RHLT.pdf. Acedido a 28/10/2023

Palácio da Ajuda,

Simões, José (2016), *Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico e da Visitação do Barreiro*. R.U.R - Estudos e Projectos Urbanos, Regionais e Locais

Fontes Orais

Entrevistas presenciais realizadas a:

Rosário Correia Machado, Diretora de Departamento, da Câmara Municipal de Amarante, realizada em 29 de dezembro de 2021.

Ricardo Hipólito, Diretor executivo da Rota do Mármore do Anticlinal de Extremoz, realizada em 3 de março de 2023.

Marta Fortuna, Técnica Superior da Divisão de Cultura, da Câmara Municipal de Torres Vedras, Presidente do Conselho Fiscal da Rota Histórica das Linhas de Torres.

Entrevista por email realizada a:

Paul Golembeowski, coordenador da equipa de moleiros e manutenção dos moinhos de Kinderdijk.

BIBLIOGRAFIA

- “A Rota de D. Quixote” (atualizado em 5 de junho de 2023), *National Geographic Portugal* [online]. Disponível em https://www.nationalgeographic.pt/viagens/a-rota-dom-quixote_3042. Acedido em 22 de abril de 2023.
- Alexandrino, José de Melo (2009), *O conceito de bem cultural*, Lisboa: Instituto de Ciências Jurídico-políticas/ Centro de Investigação de Direito Público.
- Babo, Elisa Pérez (2020), “Património Cultural e estratégias de desenvolvimento local: evolução em Portugal”, *Revista Património*, n.º 7, Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, pp. 30-37.
- Boddy, David, Paton, Steve (2011), *Management: An introduction*, 5.ª edição, Edimburgo: Financial Times Prentice Hall
- Byrnes, William, Management and the Arts 6e. Disponível em [Management and the Arts 6e](#). Acedido em 09 de janeiro de 2024
- Carbonell, Charles-Olivier (1981), *Historiografia*, Lisboa: Teorema.
- Cerezuela, David (2004), *Diseño y Evaluación de Proyectos Culturales*, Barcelona: Ariel.
- Choay, Françoise (2008), *A alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70.
- Chong, Derrick (2010), *Arts Management*. Oxon: Routledge.
- Collingwood, Robin George (1994), *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença.
- Costa, Joaquim Luís (2017), “O perfil dos visitantes e turistas dos centros de informação da Rota do Românico”, *Tourism and Hospitality International Journal*, vol. 9 (n.º 1), pp. 72-87.
- Creswell, John W. (2012), *Research Design: Qualitative, Quantitative and mixed methods approaches*, 3rd ed, Thousand Oaks: Sage Publications Inc.
- Custódio, Jorge (1986) “As questões da moagem no Barreiro na 1.ª metade do século XIX e o moinho gigante do Barão de Sobral”, *Um Olhar sobre o Barreiro*, n.º 4, Barreiro: Augusto Valegas, pp. 7 – 15.
- Custódio, Jorge (1990a), “Moinhos de maré em Portugal. Algumas questões do seu estudo e salvaguarda do ponto de vista do Património Industrial”, I Encontro Nacional sobre Património Industrial, vol. I, Lisboa: APAI/Coimbra Editora, pp. 343 – 389.
- Custódio, Jorge (1990a), “Método comparativo e método regressivo da detecção do moinho gigante do Barão de Sobral erigido no Barreiro”, *Encontro Nacional sobre Património Industrial. Actas e Comunicações*, vol. II, Lisboa: APAI/Coimbra Editora, pp. 737 – 761.

Figueira, Luís Mota (2013), *Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*, Tomar: Cespoga/ Instituto Politécnico de Tomar, Centro de Estudos Politécnicos da Golegã

Ferreira, Vítor Sérgio (2014), “Artes de entrevistar: composição, criatividade e improvisação a duas vozes”, In Torres, Leonor e Palhares, José Augusto (eds.), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação*, Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp.169-194.

Gonçalves, Catarina Valença; Carvalho, José Maria Lobo; Tavares, José (2020), *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*, Lisboa: Fundação Millenium BCP.

Henriques, Cláudia (2003). Turismo, Cidade e Cultura: planeamento e gestão saudável. Lisboa: Edições Sílabo.

Henriques, Eduardo Brito (2004), “O Património nas políticas territoriais”, IV Congresso da Geografia Portuguesa - Portugal: Territórios e Protagonistas, Guimarães, Universidade do Minho, 14 a 16 de Outubro de 2004, Associação Portuguesa de Geógrafos.

“Historial”, III Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, Hannover Disponível em : <https://sustainablecities.eu/conferences/hannover/> Acedido em: março 2021

“Historial”, *Rota do Românico* [online]. Disponível em <https://www.rotadoromanico.com/pt/rota/historial/>

Le Goff, Jacques (1997), “Memória”. In Romano, Ruggiero (dir.), Enciclopédia Eunadi, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-50.

Le Goff, Jacques (1997), “Documento/Monumento”. In Romano, Ruggiero (dir.), Enciclopédia Eunadi, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 95-106.

Machado, Rosário Correia (2008), “Rota do Românico do Vale do Sousa, Turismo e Património, projeto de desenvolvimento para o Vale do Sousa”, *Oppidum Revista de Arqueologia, História e Património*, número especial, Lousada: Câmara Municipal de Lousada, pp.239-256.

Magrinho, Sofia (2017), *A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)* [Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea], Lisboa: ISCTE.IUL.

Melo, Alexandre (2016), *Arte e Poder na era Global*, Lisboa: Documenta.

“Missão”, Palácio da Ajuda, , [online] Disponível em: www.palacioajuda.gov.pt Acedido junho de 2021

“Missão e Identidade”, Artemrede, [online] Disponível em: www.artemrede.pt Acedido em junho 2021

Monteiro, Ana Sofia (2016), *Criação do Distrito Literário de Lisboa* [Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura], Lisboa: ISCTE-IUL

Moura, Ângela (2012), *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 12, pp.91-110

Oglethorpe, Miles (2021), “Making our past work for a sustainable future”, In Marta Manso, Marta, Filipe, Graça e Tissot (eds.), *Cultura Material, Cultura Científica: Património Industrial para o Futuro*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Ciências e Tecnologia, pp. 19-24.

Pinheiro, Duarte (2012), *O perfil do Turista no Destino da Rota do Românico* [Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural], Braga: Universidade do Minho /Instituto de Ciências Sociais-

Pinheiro, Duarte (2015), “O perfil do Turista no Destino da Rota do Românico”, *Revista de Turismo e Desenvolvimento*, n.º 24, Aveiro: Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, pp. 21-28.

Raposo, Jorge (2003) “ Planos Diretores Municipais e Património: Um inquérito aos PDM 1.^a Geração”, *Revista Al-Madan*, II.^a Série, pp. 82-94

Reinfandt, Christoph (2008), “Reading texts after the linguist turn: Approaches from literary studies and their implications”, In Ziemann, Benjamin and Dobson, Miriam (eds), *Reading Primary Sources: The Interpretation of Texts from Modern History*, London: Routledge, pp. 37-54

“Rota do Fresco” (2023), *Spira - Revitalização Patrimonial* [online]. Disponível em <https://www.spira.pt/pt/projectos/rota-do-fresco>

Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), *As Políticas Culturais em Portugal*, Lisboa: OAC.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos; Pais, José Machado (org.) (2010), *Novos Trilhos Culturais. Práticas e Políticas*, Lisboa: ICS.

Serra, Joaquim Paulo; Piñeiro-Naval, Valeriano (eds) (2018), *Cultura, Património e Turismo na Sociedade Digital: Uma perspetiva ibérica*, Covilhã: Editora LabCom.

Silva, A. S. (2005), "Como financia o Estado as atividades culturais?", OBS, 14, pp. 75- 93

Silva, Augusto Santos (2007), "Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, pp. 11-33.

Silva, Augusto Santos (2014), "A democracia portuguesa face ao património cultural", *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, XIII, pp. 11-32.

- Silva, Augusto Santos, Elisa Pérez Babo e Paula Guerra (2015), "Políticas culturais locais: Contributos para um modelo de análise", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, pp. 105-124
- Silva, Luís (2007), "Os Impactos Locais do Turismo", *Tourism & Management Studies*, n.º 3, Faro: Universidade do Algarve, pp. 86-96.
- Simões e Silva, Ana Paula Amaral (2011), *Rotas turístico-culturais em Ílhavo*, [Projecto de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo], Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Simões, João Pedro Tomás (2012), *O Touring como contributo para o desenvolvimento do destino Médio Tejo-uma proposta associativa* [Projeto de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultura], Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- "Small group tour to Toledo, windmills & winery tour with lunch" (2023), Tripadvisor [online]. Disponível em https://www.tripadvisor.pt/AttractionProductReview-g187514-d13492488-Small_group_tour_to_Toledo_windmills_winery_tour_with_lunch-Madrid.html. Acedido em julho 2023
- "Toledo influente e Consuegra estudiosa, excursão de dia inteiro saindo de Madri" (2023), *Tripadvisor* [online]. Disponível em https://www.tripadvisor.pt/AttractionProductReview-g187514-d25387943-Influential_Toledo_Bookish_Consuegra_Full_Day_Tour_from_Madrid-Madrid.html. Acedido em julho de 2023
- Turismo Consuegra* [online]. Disponível em <https://consuegra.es/es/>.
- Throsby, David, (2001), *Economics and Culture*, Cambridge: Cambridge University Press
- Vilar, Emílio Rui (2007), "Sobre a Economia da Cultura", *Comunicação & Cultura*, n.º 3, Lisboa: UCP, pp. 131-144.
- World Tourism Organization (2018), *Tourism and culture synergies*, UNWTO, Madrid.

ANEXOS

Anexo A - Guião de entrevista a Rosário Correia Machado – Rota do Românico

Guião de entrevista

O presente guião realiza-se no âmbito de um projeto, para a obtenção de grau de mestre em Estudos e Gestão da Cultura no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

O guião de entrevista, que se segue é um guião de uma entrevista semiestruturada, tem como principal objetivo a realização do primeiro momento de entrevistas exploratórias numa perspetiva predominantemente qualitativa. Tem como objetivo permitir ficar com informação sobre o modo de governança de um programa similar existente – a Rota do Românico.

Para tal dirigimos o presente guião à sua diretora durante o período de 2006 a 2021.

Cabe-nos ainda esclarecer que na realização deste guião usamos a terminologia de Moinhos do Barreiro, a qual não sendo a única pela qual estes elementos patrimoniais são conhecidos (Moinhos de Alburrica ou Moinhos da Braamcamp), existem alguns, englobados no concelho, os quais fazem parte de outras freguesias (Coina e Palhais). Na nossa denominação estamos a nos referir a todos.

Protocolo da Entrevista

Solicitação da autorização para gravar entrevista. As informações recolhidas serão sujeitas a análise de conteúdo adequada, tendo em conta os objetivos do trabalho. Solicita-se que as respostas reflitam o seu parecer face ao desenvolvimento Rota em estudo designada – Rota do Românico. (Abreviada em RR)

Guião:

-
1. Qual é/foi a sua relação com a Rota do Românico?

Iniciou, logo em 1998, no arranque do projeto da Rota do Românico, como coordenadora Gabinete Técnico da Associação de Municípios do Vale do Sousa, este projeto fez parte do âmbito das competências daquela entidade e fazia a ponte entre a Comissão de coordenação e Desenvolvimento do Norte, e outras entidades como os

Municípios envolvidos. Em 2006 a Rota do Românico ganha corpo técnico e é nomeada sua Diretora, reconduzida em 2009 até 2021. Atualmente (Dezembro de 2021) é Diretora de Departamento de Cultura da Câmara Municipal de Amarante. Associação de Municípios do Vale do Sousa. Desde 2013 a 2021 fez parte dos corpos da Transromântica, em representação da RR.

2. Por falar na Transromântica, tenho muita curiosidade. O que é exatamente a Transromântica? E como aconteceu a integração da RR nesta rota de abrangência europeia? A existência de uma delas levou à alavancagem ou participou na constituição da outra? **A Rota Transromântica é uma entidade constituída numa Associação autónoma, fundada em 1986 por regiões europeias detentoras de património românico nos seus territórios, e atualmente tem sede em Magdeburgo, na Alemanha, que é o país com mais território com presença de património Românico incluído nesta rota, participando com uma rota circunscrita na região da Alta Saxónia. Teve início na continuidade de um projeto INTERREG, pelo Conselho da Europa para a Cultura, e é hoje um dos seus grandes itinerários culturais.**

A Transromântica começa por ser uma Rota quase na sua totalidade e com uma forte presença alemã, expandindo-se depois com Espanha e, a partir de 2013, amplia-se também com Portugal. De 2013 a 2019, a Alemanha e Portugal compunham a sua direção. Os membros têm diferentes formas de estar presentes. Portugal e a Alemanha participam com duas fortes rotas, estruturadas e de âmbito territorial alargado, mas outros países marcam presença com imóveis únicos, como o caso da região de Castilha-Leon; ou outra tipologia é a da França, que está presente com uma entidade – um Centro de Estudos que gere Património Cultural de âmbito mundial do estilo românico no seu país.

Estas diferentes tipologias correspondem diferentes pesos ou quotas com direito a votos dentro desta associação europeia que é a Transromântica. Constituída por uma rede de membros, já identificou os pontos comuns e fortes, as fragilidades. Um dos pontos fortes que vale apenas salientar é a estreita ligação empreendida e dinâmicas comuns, criando eventos simultâneos em todos os membros desta associação. No dia 9 de maio - o Dia da Europa, são realizados nos seus territórios lugares ou edifícios, eventos com a sua chancela. Esta rota tem ainda a capacidade de simbolizar o que é a Europa, no que é a inclusão da diferença. Representa num mesmo estilo arquitetónico variadas representações, quer por o seu suporte ser diverso, desde a madeira na Noruega, passando por diferentes pedras incluindo diferentes granitos, com a inclusão da pedra mármore e alabastro na Itália e na Sérvia, os quais

condicionam a sua apresentação quer no grafismo escultórico quer na composição conceptual das construções – como uso de contrafortes , nunca deixando os traços comuns que identificam o românico. “O Românico nasce e é a grande representação cultural, é o estilo e o legitimador, do Cristianismo, há assim um valor que nos une. O Românico mostra muito bem como a Europa se funde na diferença e na igualdade”

Foi de iniciativa da Trans românica, interpelar a Rota do Românico Portuguesa para primeiramente com colaborações, acabar por integrar aquela. Este interesse surge muito pela referência que a Rota do Românico já é a nível europeu. Tanto pela sua metodologia e estrutura como rota turística, como ainda, pelas boas práticas que exerce as quais que têm importância no desenvolvimento da região do Vale do Sousa. Desses práticas são exemplo o projeto pedagógico que realiza com a comunidade educativa no seu conceito mais alargado, o qual não sendo um projeto ou serviço pedagógico intrínseco, por si só é um projeto com características transversais no seu âmbito e forma, e o facto de abranger ainda uma forte componente de investigação com presença de uma comissão científica, fatores que fazem do projeto da Rota do Românico, na perspetiva europeia, um projeto de excelência.

3. Como foram envolvidos os parceiros? O que garantiu esse envolvimento e a sua sustentabilidade?

Foram precisos decorrerem cinco anos – desde 1998, para se estabelecerem os primeiros acordos/protocolos com os proprietários do património em causa, partindo-se logo para a recuperação arquitetónica dos recursos primários da Rota. A Diocese (Igreja Católica) foi desde o início envolvida, uma vez que grande parte do edificado da RR é sua propriedade, ou não sendo, está lhe afeto pelo Estado (Direção Geral do Tesouro e Finanças). E os autarcas. E claro que desde logo houve o entendimento que, a conservação e a salvaguarda desde edificado seria uma mais-valia, para além de que seria uma garantia nas estratégias políticas dos territórios abrangidos. Depois, foi a disponibilização de muito investimento e empenho, num momento, no qual, ainda não existia muita pressão turística, nem o turismo cultural tinha a expressão que tem hoje. Passaram 10 anos de 1998 a 2008. Mas, um projeto como este precisava deste tempo, e ao longo desse tempo a Rota ainda não era divulgada com essa estrutura. Até esse momento, as comunidades não tinham noção de que o românico lhes era um elemento comum, nem se tinha a noção do românico como circunstância histórica em si mesmo, dentro do território e do seu significado na dimensão nacional. Aqui, o facto de grande parte do património imóvel, que nos foi deixado e nos chegou até hoje, do românico

serem igrejas, foi facilitador na questão do reconhecimento, por proximidade pelas comunidades. A igreja representa o ciclo de vida na comunidade, nasce-se, batiza-se, casa-se e morre-se, e isto no Norte é muito claro.

Para além, destes parceiros, tivemos aqueles que detinham a tutela do património, na altura – o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P. IGESPAR), a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), e também um envolvimento muito grande do Turismo de Portugal, I. P. desde o momento zero da RR. Este envolvimento institucional foi crucial, em conjunto com os seis Presidentes de Câmara dos Municípios envolvidos, no início. E a ideia clara que um projeto com esta dimensão, não podia ser pensado a dois ou três anos.

A RR só começou a ser divulgada quando se estruturou como uma rota capaz de ser operacionalizada e usufruída. A partir desse momento, e porque uma das áreas de intervenção era claramente, a de uma rota turística, começou-se a fazer todo um envolvimento de parceiros com um mote muito importante: a rota do românico não é pública, é da comunidade, e, portanto, foi quase como a criação de uma família. Demos a nota que, o nosso desafio, - de criação desta rota, tinha de ser o desafio da comunidade. Que só conseguíamos esse objetivo se fossemos todos a jogo. Começou-se, então, a criar mecanismos com a cadeia de valor do turismo – já se tinha criado com a do património – começou-se de uma forma muito pedagógica a desenvolver guias que disponibilizassem a informação, clara e eficaz, ao turista. Começou-se a envolver os recursos secundários necessários a uma rota com esta dimensão territorial – restaurantes, alojamento, lojas e pontos de venda de artesanato. Para isso criou-se comissões de apoio, as quais, conjuntamente com cada município, fizeram um levantamento e estabeleceram a ponte com os proprietários para atender à resolução dos licenciamentos necessários à operacionalização destes recursos dentro da rota, e, portanto, estabeleceu-se um benefício. Na altura havia um déficit de alojamentos para pernoita, e foi um dos objetivos em que houve uma colaboração para ajudar as câmaras municipais a captar esse tipo de investimento. O território tinha que ser capacitado para dar resposta a essa necessidade, e as câmaras têm preocupações muito próprias de gestão de cada um dos seus territórios, não podiam sem a ajuda de uma entidade supramunicipal fazer esta ponte e este cerzir entre a necessidades de um território mais vasto.

4. Qual é o modelo de gestão aplicado?

A Rota do Românico é uma entidade supra municipal com uma orgânica própria que tem uma comissão executiva que trabalha todos os meses com cada câmara Municipal, há uma reunião mensal onde é feito esse trabalho, com objetivos próprios e uma agenda própria. A grande mais-valia da RR é sem dúvida ter uma equipa técnica dedicada a cem por cento à sua gestão, muito transversal e multidisciplinar e manter um modelo de gestão com ligação estreita com os municípios – normalmente através do vereador da cultura acompanhado de um técnico, e de ligação, também, com as outras entidades tutelares dos diversos âmbitos envolvidos. O exemplo de um programa educativo que é extensivo a todos os municípios que fazem parte da RR, estabelece-se com cada município, em cada ano, quais as escolas às quais vai ser proporcionado o projeto pedagógico daquele ano da RR.

5. Têm algum estudo de públicos?
6. Em sua opinião que está na base do sucesso da Rota ? Valor dos recursos primários? Modelo de gestão? Comunicação?

Outro grande fator, e o mais importante, de sucesso da Rota do Românico foi na sua gestão ter havido um compromisso por parte dos Presidentes de Câmara dos Municípios que integraram a primeira fase de arranque, investirem muito no projeto. E o que investiram mais foi, no tempo e na persistência dedicados a este projeto, com recursos despendidos no que se refere a recursos humanos. Desde logo, ficou acordado a indigitação de recursos humanos a tempo inteiro para a constituição do que seria a equipa com capacitação técnica e numa gestão própria da Rota do Românico. Quando esta Rota se inicia em 1998, e nesse tempo é urgente por aquela região do Vale do Sousa estar a viver um momento de crise, foi fundamental o papel da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento do Norte, naquilo que foi a identificação das prioridades, as quais, reconhecidas as mais visíveis que eram as de infraestruturas básicas – como as de saneamento de abastecimento de água, mas também educacionais e ambientais de âmbito territorial, mas que crucial era acima de tudo e, de forma obrigatória pensar no território, num projeto que, o, distingue-se e capacita-se a médio e longo prazo, numa lógica de coesão territorial e distintiva, de distinção do território – foi assim envolvido o património e o românico. Depois foram 10 anos de investimento, investimento, investimento. E esse investimento foi em tempo de estudo do território, de pesquisa e tratamento de conteúdos e materiais, em sistema de sinalética, na recuperação do património e a fazer intervenção que incluiu a envolvente às construções e os seus acessos.

A comunicação é fundamental, a persistência da comunicação e não uma comunicação muito erudita e muito certa ou por vezes formal.

7. É realizado o controlo de qualidade dos serviços? Como.

O selo de qualidade doa RR é um projeto, neste caso a envolver os parceiros da cadeia de valor do turismo – os recursos secundários da rota, que são os proprietários privados – de alojamento, restauração ou de artes tradicionais, que para estarem diretamente ligados á RR, obtêm o selo de qualifica os seus serviços, num processo que tem direitos, deveres e regras, para essa obtenção, que é periódica. Assim, estabelece-se uma relação duradoura, na qual há um benefício, mas também há compromisso e forma de manter a qualidade, um sentido de pertença e de identificação com o projeto da RR.

Anexo B - Guião de entrevista a Ricardo Hipólito - Rota do Mármore AE

Guião de entrevista

O presente guião realiza-se no âmbito de um projeto, para a obtenção de grau de mestre em Estudos e Gestão da Cultura no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

O guião de entrevista, que se segue é um guião de uma entrevista semiestruturada, tem como principal objetivo a realização do primeiro momento de entrevistas exploratórias numa perspetiva predominantemente qualitativa. Tem como objetivo permitir ficar com informação sobre o modo de governança de um programa existente –Rota do Mármore do Anticlinal de Extremoz.

Cabe-nos ainda esclarecer que na realização deste guião usamos a terminologia de Moinhos do Barreiro, a qual não sendo a única pela qual estes elementos patrimoniais são conhecidos (Moinhos de Alburrica ou Moinhos da Braamcamp), existem alguns, englobados no concelho, os quais fazem parte de outras freguesias (Coina e Palhais). Na nossa denominação estamos a nos referir a todos.

Protocolo da Entrevista

Solicitação da autorização para gravar entrevista. As informações recolhidas serão sujeitas a análise de conteúdo adequada, tendo em conta os objetivos do trabalho. Solicita-se que as respostas reflitam o seu parecer face ao desenvolvimento da gestão da empresa em estudo designada – Rota do Mármore do Anticlinal de Extremoz.

Guião:

-
1. Qual é a sua relação com a Rota do Mármore AE ?

Começou como aluno a elaborar de raiz a Rota, Mestre em História pelo ISCTE-IUL, atualmente é o Diretor Geral da Rota, Coordenador e Guia na mesma. É das Caldas da Rainha, e um apaixonado pelo Alentejo.

2. O que esteve na base da ideia?

Começou em 2007, numa Pós-Graduação no ISCTE-IUL com a unidade curricular principal designada Património e Projetos Culturais, ministrada pelo, então também coordenador do curso, Professor Alfredo Tinoco. Dois alunos o próprio Ricardo Hipólito e Carlos Filipe, elaboraram um trabalho de grupo, onde começou a ser delineada a RM. Como a sua estrutura já, no entendimento de Alfredo Tinoco, tinha

“pés para andar” foi também com o seu empenho que tudo se iniciou. O Professor Alfredo tinha já a experiência do Projeto Cultural das Minas do Lousal, hoje e desde 2010, Centro de Ciência Viva do Lousal. Foi então no desenvolvimento do trabalho académico realizado um dossier, com toda a estrutura da Rota o modelo de gestão pretendido e a listagem de parceiros a envolver.

3. Como foram envolvidos os parceiros? O que garantiu esse envolvimento e a sua sustentabilidade? Muitos dos parceiros foram desde logo, identificados no projeto ainda académico, alguns dos quais acabaram por não ser envolvidos por mesmo a nível nacional e institucional terem vindo a ser perdidas algumas iniciativas e ter-se verificado algum desinvestimento no sector da Indústria de extração dos mármores, assim quando o projeto chegou ao ponto de serem interpelados já lá não estavam. Por exemplo existia o Centro de Valorização da Pedra e das Rochas Ornamentais, que estava sediado em Borba e já não existe.

Como Carlos Filipe é de Borba, e Borba é um maio pequeno onde todos se conhecem, o Carlos Filipe teve mais facilidade nos contactos com os proprietários das pedreiras. Outro dos primeiros a ser contactado foi o Turismo do Alentejo. Havia na altura um outro grupo de pessoas ligadas ao LNEC, que tinham uma ideia semelhante, não tendo, no entanto, a parte patrimonial, apenas consideravam as pedreiras e a temática geológica. E foram estes os primeiros parceiros a serem interpelados. O Turismo, foi perentório em dizer que só estaria interessado se a parte patrimonial estivesse envolvida. Que sim a temática da geologia e Industria iria envolver um nicho de mercado de turistas, mas na opinião deles o património construído era fundamental.

4. Sabemos que esta Rota tem origem numa tese de mestrado, confirma? O que foi realizado para além dela. O que foi decisivo para que fosse uma realidade? A tese ajudou? Como? Não foi exatamente uma tese de mestrado, foi como dito anteriormente, um trabalho de grupo no âmbito da Pós-Graduação realizada por Ricardo Hipólito e por Carlos Filipe. O trabalho de grupo ajudou, por a sua estrutura ter sido avaliada como algo que tinha, desde logo, capacidade para implementação. Estavam identificados e planeados os vários passos a dar, de forma muito pragmática e clara. Para além do “desenho da Rota”, encontraram-se, - como é expectável, alguns obstáculos, como por exemplo, prejuízos relacionados com o “fosso de tempo”, entre a data de planeamento e a de implementação, isto é, na identificação dos parceiros inicial, ao tempo de interpelação já não existiam ou as suas dinâmicas tinham

abrandado. Também foi ponto de partida para a descoberta de outras rotas já implementadas, e assim também procurámos identificar, os obstáculos ou sucessos com os quais se tinham deparado para melhor nos prepararmos na implementação da RM, fomos ter com algumas pessoas que tinham já experiência neste tipo de produto cultural, e entrevistámo-las. Também testámos o nosso modelo, com grupos de amigos e familiares, testando várias rotas e temáticas que sempre quisemos integrar; a geologia e extração industrial, a aplicação em edificações patrimoniais e a utilização artesanal. Durante esse tempo passaram dois anos. Em 2010, fizemos o registo da propriedade intelectual da ideia da Rota do Mármore e iniciamos o processo de implementação de uma instituição ou entidade que sustentasse a RM. Entre realizarmos a noção dos gastos que a constituição de uma empresa implicava e as burocracias necessárias à instituição da entidade legal de direito privado, que somos hoje, levou um ano, com conclusão desse procedimento em junho 2011.

5. Qual é o modelo de gestão aplicado? O modelo de gestão é um dos pontos, que está para além do delineado no trabalho de grupo. O que hoje temos, é muito diferente do inicialmente delineado. Hoje, somos uma associação cultural sem fins lucrativos que tem uma abrangência muito para além da RMAE. Fundada em junho de 2011, a CECHAP, - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património⁴⁷, é constituída por pessoas singulares e coletivas, sediada em Vila Viçosa, iniciou a sua atividade mais ligada à investigação e é uma associação de divulgação cultural. Fez protocolos com a Academia, - ISCTE-IUL, Faculdade Nova de Lisboa e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e investimento foi feito em investigação nomeadamente, na área e naquilo que apelidamos de Património e História da Indústria do Mármore.

A partir de 2014 com a inscrição, no Registo Nacional Agentes de Animação Turística começamos a operar. Nessa operacionalização primeiramente contámos apenas com duas pedreiras, que conseguimos fossem mais acessíveis á visita de pessoas. Inicialmente havia muito a preocupação da permanência de pessoas por questões de segurança. Mas firmadas e explicadas as regras de segurança e os pré requisitos, mais pedreiras se juntaram aos nossos percursos, e para isso foram mesmo formalizados protocolos com esses nossos parceiros. E a partir daí temos sempre vindo a crescer.

⁴⁷ <https://www.cechap.com/quemsomos/>

Com a exceção, claro! do tempo da pandemia, o qual, aproveitamos para fazer trabalho de casa, e reorganizar o que não tínhamos tido nunca tempo de fazer.

Nesse crescimento tem sido muito importante a divulgação que temos conseguido fazer, primeiramente com as redes sociais, e agora mais recentemente com os agentes turísticos, fundamentalmente, com as plataformas digitais de venda de produtos turísticos e culturais – por exemplo: a tripadvisor ou a civitatis.

No que diz respeito aos Recursos Humanos afetos, à dinamização desta Rota, temos duas pessoas afetas a tempo inteiro que gerem as reservas e realizam as visitas guiadas. Primeiramente começamos por ter esses recursos também e essencialmente associados à CECHAP, mas atualmente estão afetas a tempo inteiro à RMAE, apesar do vínculo ser á CECHAP. Depois somos mais três pessoas; para além de mim mais duas pessoas – O Carlos Filipe como já referido também como eu fundador da Rota, Doutorado em História de Arte e Armando Quintas Doutorado em História, ambos coordenadores científicos. Todos fazemos visitas guiadas, quando o volume de visitantes assim o exige. Somos no total cinco pessoas a trabalhar com a RMAE.

6. Como é realizado o cálculo do valor monetário da Bilhética? O valor da Bilhete é 22.5€ atualmente. Inicialmente a nossa receita era muito baixa em razão de essencialmente o perfil ser os grupos das escolas cuja bilhética é de um valor irrisório ou apenas simbólico. Atualmente com a diferenciação do perfil do público, fundamentalmente após termos aderido às plataformas de venda digitais, subiu significativamente por se tratar rem de turistas , cujo valor da bilhética é superior. Tem sido fundamental para um planeamento financeiro a realização de estatísticas, que nos vão dando os sinais e com as quais conseguimos ter algum tipo de previsibilidade, com um intervalo de dois a três meses, o que importa para ao agendamento de eventos e na gestão da dinâmica associada.
7. É realizado o controlo de qualidade dos serviços? Como. Não é feito um controlo protocolado, nem tem medidas de contro e critérios previamente definidos. Não têm qualquer certificação dentro desse âmbito. Mas o melhor controlo que têm é composto pelos comentários que as pessoas inscrevem nas plataformas digitais de venda.
8. Têm algum estudo de públicos realizado? Não tem estudo realizado, mas têm informação organizada pelos canais de venda de bilhética. Pelos quais se tem vindo a notar uma alteração do perfil de público, consequencialmente ao período pandémico.

Até 2019 tinham essencialmente, cerca de 70% a 80% de público português, com especial enfoque nos grupos escolas e de Turismo Séniors, com alguns Espanhóis, Franceses e Belgas, também por é nosso entendimento por serem mais sensíveis ao Turismo Cultural associado ao Património Industrial. Atualmente, temos outras nacionalidades não tendo perdido os Portugueses, têm é mais público.

9. Quais são as Vossas expectativas no que diz respeito à sustentabilidade desta rota? Como sempre operaram dentro de uma Associação de âmbito cultural, mas mais alargado do a RMAE, têm uma série de eventos culturais descentrados da Rota que dão visibilidade e geram dinâmica mais relacionado com a associação, a qual também é geradora de recursos financeiros.

À data, estamos a elaborar um projeto, mais descentrado ainda que relacionado com a Rota, exatamente em atenção da sua sustentabilidade. Dos quatro percursos existentes – Visita às pedreiras; Visita ao Património de Vila Viçosa; visita ao Património de Extremoz e visita ao Património de Borba, estamos agora a traçar um percurso associada à gastronomia com caráter informal, contudo a dificuldade prende-se exatamente com a informalidade da grande maioria dos melhores locais para o chamado petisco, que não têm ... e talvez não queiram mesmo ter essa oferta, de garantirem a permanência e pontualidade da venda do mesmo produto, são mentalidades diferentes do turismo associado às plataformas digitais.

Por ser um produto prévio, único e irrepetível, estamos também trabalhar na pesquisa de um projeto que torne cada experiência diferente, na com o objetivo de voltarmos a ter o mesmo visitante, mais que uma vez.

Anexo C - Guião de entrevista a Marta Fortuna, Rota Histórica das Linhas de Torres

Guião de entrevista

O presente guião realiza-se no âmbito de um projeto, para a obtenção de grau de mestre em Estudos e Gestão da Cultura no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

O guião de entrevista, que se segue é um guião de uma entrevista semiestruturada, tem como principal objetivo a realização do primeiro momento de entrevistas exploratórias numa perspetiva predominantemente qualitativa. Tem como objetivo permitir ficar com informação sobre o modo de governança de um programa similar existente – a Rota Histórica das Linhas de Torres.

Cabe-nos ainda esclarecer que na realização deste guião usamos a terminologia de Moinhos do Barreiro, a qual não sendo a única pela qual estes elementos patrimoniais são conhecidos (Moinhos de Alburrica ou Moinhos da Braamcamp), existem alguns, englobados no concelho, os quais fazem parte de outras freguesias (Coina e Palhais). Na nossa denominação estamos a nos referir a todos.

Protocolo da Entrevista

Solicitação da autorização para gravar entrevista. As informações recolhidas serão sujeitas a análise de conteúdo adequada, tendo em conta os objetivos do trabalho. Solicita-se que as respostas reflitam o seu parecer face ao desenvolvimento Rota em estudo designada – Rota Histórica das Linhas de Torres.

Guião:

-
1. Qual é/foi a sua relação com a Rota Histórica das Linhas de Torres? É técnica superior na Câmara Municipal de Torres Vedras, na Divisão de Cultura, está integrada na equipa cujas competências integram o grupo dedicado à Rota das Linhas de Torres.
 2. O que esteve na base da ideia?

A Rota Histórica das Linhas de Torres começou por ser uma ideia de um grupo de municípios que de forma informal tomaram algumas iniciativas para a valorização do património edificado existente nos seus municípios do âmbito da defesa destes territórios, aquando das invasões francesas.

Com os recursos humanos das câmaras municipais, realizaram os levantamentos arqueológicos, arquitetónicos e históricos. Depois obtiveram o financiamento da EEA Grants⁴⁸, por candidatura - dos 152 edifícios inventariados, 30 foram valorizados - acessos, arquitetura, sinalética em 6 percursos mais pequenos cada um com um centro de interpretação. Esta candidatura deu o arranque, do que se constituiria mais tarde como a Rota Histórica dos Linhas de Torres.

No aniversário dos 200 anos das Invasões Francesas, foram realizados vários eventos. Durante aquele ano comemorativo o trabalho realizado foi muito focado na interpretação e educação patrimonial. E para a preparação de todo o trabalho foi instituída a Comissão executiva e consultiva, que em que cada Câmara Municipal contou com dois técnicos destacados para realização desse trabalho.

É então criada a Associação - Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, a qual hoje ainda existe que gere a referida rota, sendo a “casa mãe” do projeto.

3. Como foram envolvidos os parceiros? Primeiramente envolveram os municípios criadores da ideia, os quais depois de recuperados os recursos primários em cada um dos territórios envolveram as comunidades escolares e depois a educativa. Mais tarde, mais vieram a associar-se outros grupos. O ano das comemorações dos 200 anos das Invasões Francesas, foi muito importante. O Ministério da Defesa foi envolvido, e ainda o Turismo de Portugal. A candidatura do Turismo de Portugal permitiu um conjunto de ferramentas analógicas e digitais de divulgação, alargando assim a visibilidade e os grupos envolvidos. Agora a trabalhar redes, integrando parceiros como as cidades napoleónicas em dois âmbitos, o gerido pela “Napoleon Destination” e com os espanhóis com um itinerário ibérico.

4. O que garantiu esse envolvimento e a sua sustentabilidade?

A garantia da consciência do valor da temática, nos municípios - técnicos e poder político. A diversidade de formas de trabalhar a temática também tem muita importância. Por exemplo durante o ano de comemorações dos 200 anos, envolveram os parceiros comunidade escolar e outras comunidades locais. Contaram com o apoio institucional do Turismo de Portugal, e assim começam a receber o interesse dos

⁴⁸ <https://business.turismodeportugal.pt/pt/Investir/Financiamento/mais-oportunidades-financiamento/Paginas/eea-grants.aspx>

agentes turísticos. Foi realizado um filme, e uma série televisiva. A Associação foi a mentora da ideia da realização do filme e a sua realização teve a participação e apoio logístico das comunidades locais, nomeadamente a de Torres Vedras. Em relação ao filme “As Linhas de Wellington” foi um desafio proposto ao produtor Paulo Branco feito pela Comissão de Comemorações do Bicentenário das Linhas de Torres e que acabou por envolver uma vasta equipa internacional e atores bem conhecidos de todos nós como o Nuno Lopes, John Malkovich, Vitoria Guerra, Soraia Chaves, Catherine Deneuve, entre outros, contando, claro, com vários apoios financeiros.

Têm como parceiro a empresa de jogos para crianças “science for you” que desenvolveu um jogo de tabuleiro.

Associaram-se às cidades napoleónicas, e à federação que gere Destination Napoleon. A interpretação cultural (Story telling) tem muita importância, para a sustentabilidade da rota.

5. Qual é o modelo de gestão aplicado?

Muito do que é realizado de forma mais continua encontra lugar nos centros interpretativos que são de gestão municipal. Há, no entanto, todo o trabalho realizado é através da associação que podemos apelidar de “backoffice”, naquilo que é toda a habilitação e preparação de candidaturas capazes de proporcionar capacidade financeira e na instituição de produtos divulgadores como workshops e acções de networking com parceiros, sempre focados nos objetivos da sustentabilidade da Rota. Actualmente encontram-se as desenvolver Workshops de gastronomia da época e ações de networking com parceiros e potenciais parceiros no sentido de consolidar o produto turístico.

Estão ainda a elaborar candidatura para a aquisição e utilização de equipamentos de realidade virtual e aumentada.

6. Têm algum estudo de públicos?

Ainda não tem um estudo de públicos, mas têm a estatísticas e alguma informação dada pelas plataformas digitais que têm para marcação de visitas. No primeiro lugar como visitantes estão, os Ingleses e Espanhóis, mas recentemente têm vindo a receber mais Franceses e Brasileiros.

“Em relação à estatística de públicos, os dados que dispomos referem-se às entradas na rede de 6 Centros de Interpretação afetos à RHLT e as visitas guiadas que os

municípios dinamizam no âmbito desta temática. Os dados recolhidos são o número de visitantes e respetiva nacionalidade.

Todos os anos, durante os meses de verão, também recolhemos informação junto dos nossos visitantes através do preenchimento de um inquérito que nos permite saber o perfil do visitante nomeadamente, a origem; faixa etária; como teve conhecimento do Centro de Interpretação e se já visitou outros locais da RHLT.”

7. Em sua opinião que está na base do sucesso da Rota? Valor dos recursos primários? Modelo de gestão? Comunicação?

A Rota desde o seu início até hoje tem tido intensidades diferenciadas de desenvolvimento. Se no seu início foi fulcral a intervenção das Câmaras Municipais à data envolvidas, mais fundamental se revelou a instituição da Associação para a sua sustentabilidade. Pelo caminho as Câmaras actuaram também de forma diferenciada no seu envolvimento, tendo algumas se juntado mais tarde. Por um lado, a existência de alguns centros interpretativos tem assegurado a sua continuidade, contudo o papel da Associação e a sua gestão têm se demonstrado essenciais para que as iniciativas se apresentem uma realidade, e aconteçam “inputs” necessários à sua existência.

É realizado o controlo de qualidade dos serviços? Como. **Não têm qualquer controlo de qualidade.**

Muito obrigada, pelo seu tempo!

Anexo D - Guião de entrevista a Paul Golembeiwsky – Moinhos Kinderdijk, Países Baixos

Interview script.

This guide is prepared within the framework of a project, with a view to obtaining a master's degree in Cultural Studies and Management at the Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

The script of the interview, which follows is a script of a semi-structured interview, has as its main objective the realization of the first moment of the exploratory interviews in a predominantly qualitative perspective. It is intended to provide information on the governance of an existing program: Kinderdijk mills.

It is also up to us to clarify that in the realization of this script we use the terminology of Moinhos do Barreiro, which is not the only one by which these patrimonial elements are known (Moinhos de Alburrica or Moinhos da Braamcamp), there are some, encompassed in the municipality, that are part of other parishes (Coina and Palhais). In this denomination we refer to all.

What we know of the Kinderdijk mills

The 19 mills were built around 1740 as part of a larger water control system that prevented flooding. Now they are a symbol of Dutch control of water.

The mills are lined up in two opposite rows, forming a spectacular image.

This unique place was recognized as a World Heritage Site by UNESCO in 1997.

In July and August, you can see the 19 mills in operation. And two of them are a museum.

In another, named Molenwerkplaats, it works as a place for workshops, where guides explain the groups how windmills work and are maintained.

And associated with this site is the Wisboomgemaal Visitor Center, where you can watch a movie about these mills.

Associated with the mills in the Netherlands there are several initiatives of this guided tours to walking and boat trips.

The Netherlands marks National Mill Day on the second Saturday in May.

Interview protocol

The information collected will be subject to an appropriate content analysis, taking into account the objectives of the work. It is requested that the answers reflect their opinion on the development of the management of the company under study called – Kinderdijk mills.

Interview script:

1. What is your relationship with the Kinderdijk mills?

My role is chief heritage officer! I am responsible for the team of millers and the maintenance of 19 windmills, furthermore I am responsible for all locations that can be visited.

2. What was the idea of its recovery and dynamization based on? When the idea came up?

Queen Juliana saves the mills from the demolition hammer. The summer of 1951 is crucial for the preservation of the mill complex. After the Second World War, work is underway to rebuild the region of Rotterdam and its surroundings, including Alblasserwaard. It is an economically difficult time for the Netherlands. Whereas during the war the mills are in temporary use, after the war they are stopped for good. There is no money for maintenance and the plan to build a new auxiliary pumping station is given priority.

The eight mills of the Overwaard are on the list to be demolished. Until Queen Juliana paid a working visit to the Alblasserwaard in July 1951. While Prince Bernhard had a guided tour of the shipyards Kinderdijk, the queen paid a visit to the Waardhuis, where she was received by board members of the Overwaard water board. At the time of her visit, Juliana carries the honorary title Patroness of the De Hollandse Molen Association.

What exactly was discussed that day was and remains a secret, but the result is visible to this day: the eight mills of the Overwaard, the eight mills of the Nederwaard, two of the polder Nieuw- Lekkerland and the Blokker together form the 19 mills of UNESCO World Heritage Kinderdijk-Elshout.

Over the centuries, with ups and downs, an ever-improving system of mills and pumping stations was constructed. The boezems still serve as buffers for excess water. Water from the low storage basin can be pumped by the storage basin mills to the high storage basin when there is too much water, but it can also flow back in dry times. Thus the wind is used in the service of the people, the land and the water around Kinderdijk.

UNESCO World Heritage Site Kinderdijk tells a story of three themes: water management, millers and innovation. Through hard work and smart organization, residents keep their land livable. 1,000 years ago, the Alblasserwaard was still a large peat swamp wedged between rivers, but by digging ditches the Dutch drained this area. To survive the battle with the water, they made this unlivable area livable and fertile. The Alblasserwaard came into being.

3. Who started – a single entity or there were partners?

We were founded in 2001 to manage and operate the World Heritage Site recognized by UNESCO in 1997. Besides maintaining and preserving the mill complex, education, telling the Kinderdijk story, is another important goal. Extensive tasks, which have only become more extensive with the growth of tourism.

4. How did the partners participate? What ensured this participation and its sustainability?

We have several partners. We are site Holder of Unesco World Heritage, and we have the various municipalities. Also various government agencies and the water board. Also, several tourist organizations that use our services.

5. What are the mechanisms that have been active in the realization, maintenance, and sustainability of this site (Touristic/cultural product)?

Principles of The Story

The following starting points were used to arrive at the Story of UNESCO World Heritage Kinderdijk that is told to visitors. These principles originate from the area perspective and have been tested with involved actors:

- a. The Story of Kinderdijk we want to tell visitors is authentic and covers the entire Alblasserwaard.
- b. Tourism visits are a means and not an end. Leading the UNESCO values: Maintaining the heritage by keeping it accessible, protecting and enhancing it. And providing education to interested visitors.

- c. Movement from mass tourist spot with hourly tourism to more authenticity and visitors who consciously come for The Story of Kinderdijk. The Story invites to experience an authentic 'heritage experience'.
- d. The culture of the region (expressed, among other things, in Sunday rest and Calvinistic attitude to life) is an important part of The Story.
- e. The Story of Kinderdijk intersects and touches all three scale levels that affect Kinderdijk, namely:
 - i. Regional/local: The Story fits the DNA of and is supported by the inhabitants of the mill area and the surrounding region. In this way, the educational message can be shared with visitors in a hospitable way, with a healthy exploitation that is in balance with the livability and the environment.
 - ii. Supra-regional: Het Verhaal embraces a larger area than the mill area and Alblasserwaard and also touches other Zuid-Holland heritage lines (such as the old Dutch Waterline, Dordrecht and the Biesbosch);
 - iii. (Inter)national: The Story tells something universal, is connected to other water-related World Heritage sites in the Netherlands and leads to a positioning that attracts (inter)national tourists who are really interested.

Towards a new balance between humans and nature.

To survive into the future and keep livable land, we are now going through a major change. For 750 years we have kept nature in check with the help of mills, pumping stations, drainage and ring dikes. It's been all about surviving and keeping our polder livable. The long-term effects of 750 years of Dutch water management of dikes and drainage now present us with new challenges. Peat subsidence and subsidence are accelerating, biodiversity is declining, and climate change is forcing us to reshape our water system and land use. No longer focused solely on draining water but focused on moving with nature. The community in the Alblasserwaard (millers, water managers, farmers and citizens) is working on a new and more dynamic balance with nature. In our dealings with water, nature and living space, we are still learning lessons every day. These lessons are also useful for the rest of the Netherlands.

'Bring in the Dutch'

Lessons from the development of Kinderdijk and the Alblasserwaard may be useful for people all over the world. After all, climate change threatens to make large parts of the world unlivable: biodiversity is under pressure, sea levels are rising, cities in deltas are threatened by washing water, areas are drying up, soils are falling and food shortages are looming. The Netherlands has spent 750 years building expertise to solve these problems for itself. What lessons do we take away to help people in the rest of the world survive?

6. Is there any kind of cultural/touristic event, like a festival or another kind of event, that occurs at this location?

We have several events. The Delta concert (classical music) in June this year. Also, there are the lighting week. All mills are then illuminated in the evening. There are also smaller events throughout the year. Photo exhibitions, for example.

7. We know that there are other sites based on mills, associated with those of de Socheiam; Zaanse Schans and those of Amsterdam – o Molen van Sloten; o De Otter e o Gooyer. Do they all operate separately or is there some kind of cooperation? Can we say that they work as a cultural/tourist route? And if so, is that a sustainability factor for everyone's maintenance?

We all work together in an umbrella foundation for our product the Dutch mill. There are still 1,200 mills in active use in the Netherlands. But nowhere else in the world are there so many mills together than at Kinderdijk. That makes our area very special compared to other mill foundations. But the Zaanse Schans, for example, has more variety in types of mills such as grain mills and sawmills. So, everyone has something special to offer.

8. Do you have any audience studies conducted? Who else visits the mills? Dutch or foreign? Do you verify a link of identification and identity with this heritage by the closest community? How does this link manifest itself?
9. Do you have an associated educational program? Are schools/educational institutions partners? How important this connection has been.
10. In your opinion what is the factor for the success of this place? Value of primary resources: mills? Management model? Its dynamization or communication? What is the management model applied?
11. As has been much discussed, tourism or the excessive load of tourists can prove to be harmful (environmentally and even economically) to these places. Do you share this concern? What mechanisms have you adopted to control this situation?
12. Is the quality control of the services carried out? How.

13. How is the monetary value of ticketing calculated? What are the criteria?
14. What are your expectations regarding the sustainability of this site (As a cultural/Touristic product)?

Thank you so much for your time!